

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E O PERÍODO DA DITADURA: O PAPEL
DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA SUBIMPERIALISTA**

**UBERLÂNDIA
2026**

HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E O PERÍODO DA DITADURA: O PAPEL
DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA SUBIMPERIALISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Relações
Internacionais do Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Uberlândia, sob a orientação da
professora doutora Marisa Silva Amaral.

**UBERLÂNDIA
2026**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C957
2026

Cruz, Heitor Novelini da, 2001-
O subimperialismo brasileiro e o período da ditadura [recurso eletrônico] : o papel do Estado na consolidação da dinâmica subimperialista / Heitor Novelini da Cruz. - 2026.

Orientadora: Marisa Silva Amaral.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.470>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Amaral, Marisa Silva, 1982-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO E O PERÍODO DA DITADURA: O PAPEL
DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DA DINÂMICA SUBIMPERIALISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Relações
Internacionais do Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Uberlândia, sob a orientação da
professora doutora Marisa Silva Amaral.

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 29 de junho de 2026

Prof. Dr. Marisa Silva Amaral (IERI/UFU)

Profa. Dra. Roberta Sperandio Traspadini (ILAE/UNILA)

Prof. Dr. Diógenes Moura Breda (IERI/UFU)

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, ao qual me dediquei de corpo e alma, vejo que talvez a tarefa mais difícil talvez seja escrever esses agradecimentos. Isso porque se trata de uma tarefa impossível: sumarizar em poucas linhas o impacto real de pessoas reais que não somente me ajudaram a chegar até a linha de chegada, mas fizeram o caminho valer a pena.

Nessa empreitada impossível, começo agradecendo à família que esteve comigo desde o início da vida: minha mãe Neia e meu pai José Marcos, que trabalharam a vida toda para que esse sonho fosse possível; minha irmã Helena, que me inspira a continuar escrevendo, me mostrando que se trata de um talento que corre no nosso sangue; minha avó Titi, que me manteve firme com seus cafês “amargos” e suas gorjetas sempre generosas; meus padrinhos, Carlinhos e Gislene, que sempre cuidaram de mim como filho; meus tios Evaldo e Marisete, que estão comigo desde o início da minha trajetória acadêmica; e minha tia Roseli, que me abraçou quando entrei no mestrado, e hoje assiste do céu mais essa conquista. A meus primos especiais, Carol, Vinicius e Vitor, os quais creio ter inspirado e tomado como inspiração.

Agradeço também a família que conheci no caminho: minha namorada Brida, minha maior inspiração e incentivo acadêmico, que me empurrou quando as pernas pararam de andar; aos meus amigos Bárbara, Dom, Babi, Ana Paula, Gabriel, Letícia(s), Malu, Tiago, Yasser, Murilo, Ítalo, Nicole, Leo e tantos outros que marcaram e marcam minha vida, pois sem vocês não teria graça. Talvez vocês sejam os únicos que sabem o peso concreto das escolhas que fiz e das coisas que abdiquei para que esse sonho se tornasse realidade.

Por fim, agradeço ao Grupo de Estudos sobre Capitalismo Contemporâneo, meu estimado CACO, em especial a meus exemplares amigos Gabriel, Mateus e Lais, que uma vez se sentaram comigo em uma mesa para definir meu projeto de mestrado, e continuaram lá para ver o desfecho.

Foi só por conta de vocês, obrigado.

“Há três tipos de gente
Os que imaginam o que acontece
Os que não sabem o que acontece
E nós que faz acontecer”

Sabotage e Black Alien

RESUMO

O presente trabalho analisa o papel do Estado brasileiro na consolidação do subimperialismo durante a ditadura militar (1964-1985), à luz da Teoria Marxista da Dependência. Parte-se do pressuposto de que o golpe de 1964 possibilitou a formação de um novo bloco no poder, composto por frações do capital nacional, capital estrangeiro e elite militar, que utilizou o Estado como instrumento central para viabilizar um novo padrão de acumulação. Sustenta-se que o Estado assumiu funções ampliadas nas esferas econômica, política e social, atuando para resolver problemas de realização do capital e articular elementos estruturais para alçar a economia brasileira a um patamar subimperialista. Entre esses elementos, destacam-se a superexploração da força de trabalho e as transferências estruturais de valor; a composição média do capital; o esquema tripartite de realização de mercadorias; a hegemonia regional e a cooperação antagônica com potências imperialistas. Argumenta-se, ainda, que o caráter autoritário do regime foi fundamental, sobretudo nos anos iniciais, para conter conflitos sociais e permitir a implementação desse modelo, com destaque para medidas repressivas como o AI-5 e o período do Milagre Econômico. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1970, observa-se a progressiva substituição da coerção direta por mecanismos mais sofisticados de dominação, contribuindo para a reprodução do padrão subimperialista em contextos de maior legitimidade democrática. Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem histórico-dialética, articulando dimensões econômicas, políticas e sociais para compreender a atuação do Estado e suas implicações na dinâmica da dependência no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Dependência; Ditadura militar; Estado; Subimperialismo.

ABSTRACT

This study analyzes the role of the Brazilian State in consolidating subimperialism during the military dictatorship (1964–1985), based on the Marxist Theory of Dependency. It assumes that the 1964 coup enabled the formation of a new power block composed of fractions of national capital, foreign capital, and the military elite, which used the State as a central instrument to establish a new pattern of capital accumulation. The study argues that the State assumed expanded roles in the economic, political, and social spheres, acting to resolve capital realization constraints and to articulate structural elements that elevated the Brazilian economy to a subimperialist stage. Among these elements are the super-exploitation of labor and structural transfers of value; the average organic composition of capital; the tripartite scheme of realization; regional hegemony; and antagonistic cooperation with imperialist powers. It is further argued that the authoritarian nature of the regime was crucial, especially in its early years, to suppress social conflicts and enable the implementation of this model, particularly through repressive measures such as Institutional Act No. 5 and the period known as the Economic Miracle. However, from the second half of the 1970s onwards, there was a gradual replacement of direct coercion by more sophisticated mechanisms of domination, contributing to the reproduction of the subimperialist pattern under conditions of increasing democratic legitimacy. Methodologically, the study adopts a historical-dialectical approach, articulating economic, political, and social dimensions to understand the role of the State and its implications for the dynamics of dependency in Brazil.

Keywords: Brazil; Dependency; Military dictatorship; State; Subimperialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Investimentos dos Estados Unidos no Exterior (em bilhões de dólares)

Figura 2 – Valor do Investimento Direto dos Estados Unidos no Exterior por tipo de atividade (em milhões de dólares)

Figura 3 – Nexos da categoria Subimperialismo para Luce (2011)

Figura 4 – Indústria Bélica Brasileira: Principais Empresas e Produtos (1985)

Figura 5 – Inovações militares desenvolvidas no Brasil e apresentadas como de uso múltiplo

Figura 6 – Origem do Investimento Fixo no Brasil em 1969 (em % do PIB)

Figura 7 – Despesas Totais do Setor Público por Setores de Atividade Econômica no Brasil, em 1969 (em % do PIB)

Figura 8 – Gastos militares do Brasil em % do PIB (1960-2020)

Figura 9 — Movimentação do salário-mínimo real entre 1958 e 2018, em Reais

Figura 10 — Crescimento do PIB em % (1964-1985)

Figura 11 — Setor automobilístico brasileiro: exportações e dinamismo (1966-1977)

Figura 12 — Crescimento da Dívida Externa do Brasil (1964-1984) em US\$bi

Figura 13 — Composição Percentual das Exportações Brasileiras (1970-1983)

Figura 14 – Síntese dos Indicadores Econômicos: Anos agregados (1964-1983)

LISTA DE ABREVIACÕES

AI-5 – Ato Institucional 5

BNDE(S) – Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (e Social)

EIR – Exército Industrial de Reserva

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IGP – Índice Geral de Preços

MRE – Ministério das Relações Exteriores

ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

TMD – Teoria Marxista da Dependência

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1 — ECONOMIAS E ESTADOS DEPENDENTES À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	14
1.1. Notas sobre as economias dependentes latino-americanas.....	14
1.2. Características do regime de acumulação com hegemonia das finanças	24
1.3. Notas sobre o Estado capitalista dependente.....	28
2 — A FORMAÇÃO “SUI GENERIS” DO ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE DO BRASIL E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO	43
3 — O PAPEL DO ESTADO E DA DITADURA MILITAR NA CONSOLIDAÇÃO DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO	54
3.1. Governo Castelo Branco e Governo Costa e Silva (1964-1969).....	54
3.2. Governo Médici e Governo Geisel (1969-1979).....	75
3.3. Governo Figueiredo (1979-1985) e reflexões sobre o subimperialismo no cenário contemporâneo	89
CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Nas investigações acerca do modo de produção capitalista, é indispensável tratar do papel do Estado enquanto mecanismo central para sua reprodução e bom funcionamento. Esse papel, entretanto, é dotado de alta complexidade e vinculado à conjuntura espaço-temporal. No caso particular do desenvolvimento capitalista na América Latina, de modo geral, e no Brasil, em específico, verificamos um cenário de alta pluralidade política e de intensa agudização da luta de classes a partir dos anos 1960. Nesse contexto, o golpe militar de 1964 e a ascensão dos militares ao controle do aparelho estatal no Brasil conformaram um novo bloco no poder caracterizado por uma união instável entre a elite militar, frações dominantes do capital nacional e o capital estrangeiro. Esse bloco no poder, por sua vez, valeu-se do Estado ditatorial para articular suas demandas e interesses em comum. Nesse contexto, Ruy Mauro Marini reconhece a expressão de uma dinâmica subimperialista no Brasil, fundamentalmente pautada na superexploração da força de trabalho e nas transferências estruturais de valor, e representando o estágio desta economia dependente em que predominam os monopólios e o capital financeiro.

Diante disso, o presente trabalho tem por intuito discorrer acerca da seguinte problemática: como se deu a atuação do Estado brasileiro na conjuntura da ditadura militar (1964-1985) no sentido de viabilizar a cristalização da dinâmica subimperialista na economia do país? Partimos da hipótese de que o Estado, articulado pelo bloco no poder, assumiu funções diversas para sanar problemas de realização no processo de valorização do capital, facilitando — mediante uma atuação ativa nas esferas econômica, política e social — a consolidação dos elementos que constituem os nexos da categoria do subimperialismo: composição orgânica média; esquema tripartite do capital; hegemonia em um subsistema regional; e cooperação antagônica com as potências imperialistas (Luce, 2011). Como é característico de um Estado capitalista dependente, o Estado brasileiro nesse período assumiu funções alargadas, suprimindo em grande medida as necessidades das frações dominantes para garantir a consolidação de um novo padrão de acumulação e reproduzindo-o a longo prazo. A ausência de um Estado interventor que cumprisse funções *a priori* pertencentes ao capital inviabilizaria esse processo, ou o tornaria decisivamente mais difícil.

Além disso, a formação política da ditadura foi importante para garantir ao Estado maior capacidade de gerenciamento sobre decisões fundamentais para a consolidação desse novo padrão de acumulação nos anos 1960. Os gastos militares foram de suma importância para viabilizar o esquema de realização de mercadorias do Brasil subimperialista, e o Milagre

Econômico expressou a constituição de um ciclo de crescimento sem retorno social real, aprofundando as consequências da dependência na economia brasileira. Não somente, a censura e o caráter repressivo a movimentos opositores alteraram os marcos da luta de classes e deixaram as vanguardas de esquerda em condições de luta muito piores das que prevaleciam até antes de 1964 (Marini, 2013). O AI-5 representou uma resposta do regime militar às reivindicações populares e incidiu em ampla medida sobre o plano político e econômico do Brasil, sendo um dos principais marcos da ditadura nesse contexto (Marini, 1971). A partir da segunda metade dos anos 1970, argumenta-se que o papel repressivo da ditadura passa a ser gradualmente realizado por mecanismos mais sofisticados de dominação, o que abre margem para a reprodução deste padrão em um cenário de legitimidade democrática.

Diante disso, o trabalho consistirá em três capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. O primeiro deles se dedica a elencar argumentos básicos que tomaremos como pressupostos acerca das economias e Estados dependentes — ancorados pela Teoria Marxista da Dependência —, além de um panorama geral sobre o contexto da financeirização. Realizamos, a princípio, uma revisão bibliográfica da TMD com o intuito de tornar claros os sustentáculos teóricos que julgamos essenciais para o estudo a ser realizado, definindo o que compreendemos por dependência e como vislumbramos o funcionamento dessa lógica e suas implicações dinâmicas para as economias latino-americanas. Autores-chave como Marini, Bambirra, dos Santos e Amaral nos oferecem a base, que será complementada por demais teóricos. Não obstante, usufruímos de autores como Almeida Filho, Offe e Osorio para compreender as principais características de um Estado capitalista, em especial daqueles de caráter dependente.

No segundo capítulo, nos dedicamos a estabelecer os alicerces teóricos da categoria subimperialismo, central para nosso trabalho e para a análise a ser realizada. Cunhada originalmente por Marini e em grande medida estudada por Mathias Luce, partimos desses autores para compreender como emerge e como se dá essa dinâmica particular no capitalismo dependente brasileiro. O terceiro capítulo busca visualizar a consolidação do padrão de acumulação capitalista. Para tanto, realizamos uma segmentação entre os governos que constituíram esse recorte histórico, buscando compreender quais foram os principais artifícios utilizados pelo Estado ao longo desse período para materializar e reproduzir este padrão *sui generis* de acumulação. Valemo-nos de uma gama variada de autores e dados que nos fornecem uma visão ampla da economia brasileira e os efeitos do subimperialismo durante os anos 1960, 1970 e a primeira metade dos anos 1980. Assim, por intermédio de uma metodologia histórico-

dialética, o trabalho em questão promove uma articulação entre as dimensões econômica, política e social do subimperialismo, buscando evidenciar o papel central do Estado e do regime militar nesse padrão *sui generis*.

1 — ECONOMIAS E ESTADOS DEPENDENTES À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

1.1. Notas sobre as economias dependentes latino-americanas

A presente seção não tem por objetivo fornecer uma revisão sistemática acerca da Teoria Marxista da Dependência (TMD), mas sim discorrer acerca de elementos constitutivos que julgamos fundamentais para a categoria subimperialismo brasileiro. Enquanto as contribuições de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra instauram pilares basilares para compreender a posição do Brasil enquanto economia periférica e inserida de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, atribuímos relevância ainda mais notável às formulações de Ruy Mauro Marini, responsável por cunhar a categoria citada anteriormente. Partindo, *a priori*, do nível de abstração das economias nacionais, é relevante apreender certas características que estão presentes no processo de formação da economia dependente brasileira, e que serão de grande valia para a análise da materialização do subimperialismo em momento posterior.

Logo, ao tomar a TMD como referencial teórico, vislumbramos, através da divisão internacional do trabalho, uma inserção das economias globais em uma estrutura econômico-mercadológica que as dispõe de maneira desigual no cenário internacional. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, as economias mais avançadas ou com maior composição orgânica do capital passaram a constituir o centro (núcleo orgânico) do sistema¹, ao passo que as economias menos avançadas ou com menor composição orgânica do capital passaram a constituir a periferia desse mesmo sistema. Essa configuração implica que as economias nacionais foram inseridas em um mercado mundial de mercadorias, capital e força de trabalho de maneira desigual, sendo a periferia subordinada ao centro (Bambirra, 2013; dos Santos, 2011; Marini, 2000).

Agora em uma fase mais avançada, mantém-se a lógica operacional do capitalismo em que a produção de valor representa o foco da acumulação e de sua reprodução. Nesse ínterim, a inserção desigual das economias no mercado mundial faz com que aquelas periféricas passem a ceder parte do valor produzido em seu território para o centro, fenômeno denominado de transferências estruturais de valor (dos Santos, 2011; Marini, 2000). Esse processo se dá de diversas formas, pelo intercâmbio ou troca desigual e devido à propriedade do capital:

¹ As economias mais avançadas, em razão de sua condição privilegiada na divisão internacional do trabalho e no mercado mundial, ocuparão uma posição imperialista no desenvolvimento capitalista. Isto posto, valemo-nos igualmente neste trabalho do termo “países imperialistas” para nos referir a este grupo, em consonância com Breda e Rocha (2023).

pagamento de *royalties* e serviços técnicos; pagamento de juros e amortização de dívidas; e envio de remessas de lucros e dividendos (Amaral, 2006; Amaral, 2012; Carcanholo, 2017). Tais mecanismos entram em consonância com o próprio desenvolvimento do capitalismo em uma perspectiva mais ampla, de modo que há fases desse desenvolvimento histórico que podem ser apreendidas privilegiando-se uma ou mais dessas instâncias.

O segredo do intercâmbio desigual, nos termos de Marini (2000), viabiliza transferências de valor por meio das trocas comerciais no capitalismo industrial. Seguindo a lógica da divisão internacional do trabalho, o núcleo orgânico se especializa na produção de mercadorias de maior incorporação tecnológica, intensivos em capital, enquanto a periferia se especializa na produção de mercadorias de menor incorporação tecnológica, intensivos em trabalho (basicamente *commodities*). Com essa diferenciação, os níveis de produtividade do trabalho são igualmente distintos, sendo o trabalho mais produtivo no centro do que na periferia, em virtude do maior desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, as *commodities* sofrem com a depreciação de seus preços mediante instabilidades no mercado mundial, reduzindo-os para um nível abaixo do seu valor, que permanece igual. A consequência direta é que economias dependentes são forçadas a multiplicar o volume de suas exportações para garantir a mesma receita, resultando em um fluxo crescente de valor enviado ao exterior. Esse processo gera uma interrupção na acumulação interna de capital nos países subordinados, restando-lhes compensar essa sangria de recursos no plano da produção por meio da superexploração da força de trabalho (Amaral; Carcanholo, 2012).

Conforme argumentam Breda e Rocha (2023, p. 560), “por meio da tendência ao estabelecimento de uma taxa média de lucro a nível mundial, estabelece-se a tendência de transferência de valor dos setores de composição orgânica inferior aos setores de composição orgânica superior”, o que implica na economia mundial uma transferência intersetorial causada pelos valores individuais de cada setor. O mesmo ocorre em nível intrasetorial, uma vez que diferentes graus de eficiência tendem a gerar valores individuais distintos, sendo os capitais menos eficientes transferidores de valor para os mais eficientes. Os autores sintetizam afirmando que “a transferência de valor global dos capitais de um determinado país é a soma desses dois efeitos” (Breda; Rocha, 2023, p. 560). Em outros termos, economias periféricas tendem a transferir valor para economias centrais pela via do comércio exterior. Trata-se do primeiro anel da dependência, que advém da transição das economias coloniais para a etapa do capitalismo industrial, conservando sua pauta produtiva como primário-exportadora (Marini, 2000).

Uma questão nos chama atenção neste processo. De acordo com dos Santos (2011), esta condição sumária de dependência pela troca desigual se configura na medida em que os países do núcleo orgânico dispõem de capacidade expansiva para autossustentar-se, enquanto os países da periferia só poderiam fazê-lo como reflexo desta expansão. Embora concordemos que economias desenvolvidas possam, a princípio, dispor de autodeterminação, convém ressaltar que realizam a escolha de importar produtos de países periféricos por conta dos benefícios do intercâmbio desigual, notadamente a expropriação de valor por meio da troca. Sendo assim, o que nos parece relevante não é a capacidade de autodeterminação destas economias, mas sua capacidade de receber transferências de valor da periferia, que constitui esta forma mais básica de dependência.

Ao contrário do intercâmbio desigual, as transferências de valor provenientes da propriedade sobre o capital transcendem a livre troca de mercadorias, nos aproximando de uma preocupação com os fluxos de capital entre as economias (Amaral, 2012; Breda; Rocha, 2023). As revoluções tecno-científicas experienciadas pela indústria capitalista pressupõem a incorporação contínua de tecnologia no aparato produtivo, suscitando uma série de inovações que modificam o padrão produtivo num geral. Naturalmente, economias dependentes passam a sofrer os impactos de uma dependência tecnológica, sendo necessário importar tecnologias desenvolvidas e patenteadas pelo núcleo orgânico para buscar diversificação ou modernização produtiva. Nesse âmbito se verifica o pagamento de *royalties* e serviços técnicos, taxas por uso de patentes e licenças tecnológicas que configuram mais uma forma de transferência de valor da periferia para o centro, uma vez que há impossibilidade de realizar esse desenvolvimento tecnológico de forma autônoma.

Ademais, o regime de acumulação com hegemonia das finanças — ao qual nos dedicaremos à frente — modifica substancialmente as relações de dependência capitalistas, incidindo igualmente em uma atualização dos mecanismos de transferência de valor. Em um cenário marcado pela financeirização, o estabelecimento de contratos de empréstimos e dívida exige uma remuneração constante ao capital internacional. Economias periféricas, ao contrai-las, se comprometem a arcar com os custos dos juros futuramente, de modo que fluxos como investimentos estrangeiros diretos (IEDs) podem, em um primeiro momento, desafogar o balanço de pagamentos, mas posteriormente tendem a promover uma transferência de valor da periferia para o centro por meio do excedente a ser pago pelos juros da dívida contraída (Amaral, 2012; Breda; Rocha, 2023). Da mesma forma, com a internacionalização das empresas, unidades de capital em territórios periféricos exigem uma remuneração expressa na

repatriação de lucros e dividendos, de modo que uma parcela considerável do mais-valor gerado na periferia é apropriado pelas matrizes das empresas transnacionais, localizadas no centro.

Em suma, as transferências estruturais de valor, por intermédio de todos os seus mecanismos, impõem severas restrições à apropriação de valor nos países periféricos. Essas economias, buscando suplantar a perversidade do intercâmbio desigual por intermédio da diversificação produtiva, cedem valor por meio das transferências por propriedade do capital. No limite, existe uma inviabilidade estrutural de escape dessa dinâmica, uma vez que os esforços para superar um determinado mecanismo são comumente freados pelos outros². Essa dinâmica, que configura um dos baluartes da dependência, ilustra a tendência das economias da América Latina de ofertar majoritariamente bens-salário e matérias-primas para fora, caracterizando-se como economias exportadoras de *commodities*.

Não havendo possibilidade de cessar as transferências de valor, o capitalista periférico refugia-se no incremento da geração de excedente bruto, buscando compensar as perdas impostas pelo compartilhamento do excedente criando mais deste. Com isso, justificam-se as razões pelas quais a categoria superexploração da força de trabalho adquire tamanha importância no contexto da América Latina, de modo geral, e do Brasil, de maneira particular. A remuneração do trabalho em uma economia capitalista tende a ser estabelecida em um nível mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, isto é, apenas o suficiente para que o trabalhador possa recompor suas faculdades físicas e mentais e continuar a exercer esta força de trabalho (Carleial, 2012; Marini, 2000, 2017). Porém, essa margem é passível de relativização, e os esforços da classe capitalista para reduzir o nível das remunerações da classe trabalhadora representam uma das facetas da superexploração.

A noção de tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente nos auxiliam a captar os arranjos performados pela classe capitalista a fim de promover a superexploração de variadas formas. O tempo de trabalho necessário se refere ao período em que o trabalhador se dedica à produção do valor equivalente à reprodução de sua própria força de trabalho, isto é, o tempo requerido para cobrir o custo de sua subsistência. O tempo de trabalho excedente é a parcela de tempo que excede o necessário, em que o trabalhador continua produzindo um valor que não retornará a ele em sua remuneração e que reconheceremos como mais-valor ou mais-valia, ou simplesmente excedente (Marini, 2017; Marx, 2013). A partir disso, nota-se que a

² Esta inviabilidade aponta uma tendência, mas não uma condição necessária, dado o exemplo da China que foi capaz de galgar alterações substantivas de patamar, chegando ao *status* de segunda maior potência global. No caso dos países latino-americanos, contudo, não nos parece provável que uma mudança tão brusca aconteça, muito por conta do mecanismo das transferências estruturais de valor.

manipulação intencional desses dois tempos de trabalho por parte da classe capitalista funciona como ferramenta eficiente para o incremento da acumulação. Sabendo que a força de trabalho configura a própria fonte do excedente no modo de produção capitalista, a superexploração trata de promover mais excedente à classe capitalista em detrimento da remuneração do trabalhador.

Existem ao menos quatro maneiras principais de ampliar a mais-valia absoluta obtida da força de trabalho. A primeira se trata da intensificação do trabalho, que resulta na elevação do mais-valor, sendo mantidas as demais condições de jornada de trabalho. Dentro de uma quantidade constante de tempo de produção, uma maior intensidade do trabalho permite que o trabalhador produza mais, atingindo mais rápido o teto de seu tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, ampliando seu tempo de trabalho excedente. A segunda maneira é a ampliação da jornada de trabalho, que se manifesta diretamente no incremento do tempo de trabalho excedente. Ao ter cumprido integralmente seu tempo de trabalho necessário, um acréscimo na jornada do trabalhador implica em mais tempo sendo despendido no processo produtivo e, conseqüentemente, mais tempo sendo empregado para a produção de um excedente que perpassa as necessidades de reprodução da sua força de trabalho (Amaral, 2006; Marini, 2017).

A terceira maneira é constituída pela diminuição do fundo de consumo do trabalhador, em que “o *fundo necessário de consumo do operário* se converte de fato, dentro de certos limites, em um *fundo de acumulação de capital*, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (Marini, 2017, p. 11, ênfase do autor). Por meio desse mecanismo, a superexploração se verifica na medida em que a classe capitalista consegue baixar os salários para um patamar ainda inferior àquele que configurava antes o valor da força de trabalho. Isto é, a força de trabalho passa a ter um custo menor para o capital e adquire mais tempo de trabalho não remunerado em sua configuração, aumentando, assim, o tempo de trabalho excedente e o mais-valor extraído desta relação (Amaral, 2006; Marini, 2017).

E uma quarta abordagem considera que o valor da força de trabalho é determinado por um processo de caráter histórico-social. Nessa perspectiva, o avanço das forças produtivas resulta em um aumento das necessidades do trabalhador, exigindo uma elevação proporcional em sua remuneração. Entretanto, quando esse reajuste não ocorre de forma satisfatória, o trabalhador é privado das condições mínimas necessárias para a reposição adequada da sua energia física e mental, configurando uma nova modalidade de superexploração. Assim, essa abordagem destaca uma outra possibilidade de remunerar a força de trabalho abaixo do seu

valor, evidenciada quando o crescimento das necessidades do operário não é acompanhado por uma remuneração que as contemple adequadamente (Amaral, 2006).

Com o avanço das forças produtivas e a impossibilidade de expandir indefinidamente os elementos mencionados acima, o capitalista recorre à obtenção de mais-valia relativa. Nesse caso, o foco desloca-se para o tempo de trabalho necessário, que é reduzido por meio do aumento da produtividade. Isso é alcançado pela introdução de tecnologias, novas formas de organização do trabalho e inovações que permitem produzir o mesmo volume de bens em menos tempo. A lógica do mais-valor relativo baseia-se em reduzir o valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador, como alimentos, vestuário e moradia. Quando o custo de produção desses bens diminui, o valor necessário para a reprodução da força de trabalho também é reduzido. Dessa forma, mesmo que a jornada de trabalho total permaneça a mesma, o tempo de trabalho necessário para produzir o equivalente ao salário do trabalhador diminui, ampliando o tempo de trabalho excedente e, conseqüentemente, o mais-valor (Marini, 2017; Marx, 2013).

Nessa seara, não podemos perder de vista a categorização do exército industrial de reserva (EIR), que intensifica a superexploração tanto por meio do mais-valor absoluto quanto por meio do mais-valor relativo. Com a industrialização e a incorporação tecnológica nos processos produtivos aumenta o número de dispensas decorrentes desse fenômeno, constituindo uma massa de trabalhadores desempregados, o exército industrial de reserva, conforme denomina Marx. Essa massa desempregada pressiona os trabalhadores da ativa, induzindo-os a aceitar piores condições laborais, o que implica também na escalada da precarização do trabalho. Logo, há uma tendência à diminuição dos salários e à exacerbação do potencial da classe capitalista de superexplorar a força de trabalho do trabalhador (Marx, 2013).

Essa tendência representa mais uma característica intrínseca ao próprio modo de produção capitalista, atuando como uma alavanca para a acumulação. Ele ocorre independentemente do incremento populacional, ou seja, mesmo que a população não cresça verdadeiramente (ou até mesmo decresça) em números brutos, a massa de desempregados que constituem o exército industrial de reserva deve subir para que a classe capitalista seja capaz de ampliar continuamente o nível de (super)exploração dos trabalhadores por meio dos mecanismos citados anteriormente (Amaral, 2006; Marini, 2013). Uma vez que esse processo ocorre de modo alheio à disposição populacional bruta, convém refletir novamente acerca da importância da incorporação tecnológica no processo produtivo.

Conforme Marini (2011) elucida, Marx discorre no primeiro livro de *O Capital* a respeito do aumento da composição orgânica do capital e seus efeitos sobre a acumulação capitalista e sobre o trabalhador. Esta composição orgânica se dá na relação quantitativa entre o capital constante — basicamente os meios de produção necessários para colocar em marcha determinada produção — e o capital variável — resumidamente a força de trabalho em termos de valor. Temos assim a equação C/V (capital constante sobre variável), que é composta pelos gastos do capitalista para adquirir os meios de produção e para comprar força de trabalho. Essa relação nos informa a tendência de redução dos salários baseando-se no aumento da composição orgânica e no aumento do EIR (Marx, 2013).

O aumento da composição orgânica do capital acontece quando há um crescimento maior do capital constante em comparação com o capital variável, o que indica, em termos práticos, que houve um incremento no gasto capitalista com meios de produção não acompanhado por um aumento no gasto com trabalhadores envolvidos no processo produtivo — ou que houve uma redução neste último. Esse movimento faz parte da natureza capitalista de maximização dos lucros, de modo que ao incorporar tecnologias mais avançadas, o capitalista consegue produzir mais com menos força de trabalho empregada, levando à redução do custo por unidade produzida. Por conta disso, a proporção de capital investido em máquinas e tecnologias (capital constante) cresce em relação aos gastos com salários (capital variável) (Marini, 2011; Marx, 2013).

A introdução de novas tecnologias leva à substituição de parte dos trabalhadores por equipamentos e processos mais eficientes, reduzindo a demanda por mão de obra no setor produtivo e empurrando uma parcela significativa de força de trabalho para o desemprego. O deslocamento intersetorial dos trabalhadores dispensados não é pleno, ou seja, aqueles que perdem seus empregos nem sempre conseguem ser absorvidos rapidamente por outros setores da economia. Mesmo quando são, muitas vezes esse movimento se dá em condições piores, que também favorecem a precarização do trabalho, com salários reduzidos e instabilidade. É aí que se verifica o crescimento do EIR, visto que se agrega uma grande massa de trabalhadores desempregados e subempregados que cria uma pressão descendente sobre os salários e as condições de trabalho dos empregados ativos, caracterizando-se como uma ferramenta indireta de controle e de (super)exploração (Marini, 2011; Marx, 2013).

Portanto, a maior composição orgânica do capital culmina na ampliação do exército industrial de reserva, reduzindo assim a proporção de trabalhadores empregados e criando um ambiente propício para que os capitalistas intensifiquem a exploração de sua força de trabalho.

Ao tratar das economias periféricas latino-americanas, esse movimento acarreta problemas estruturais que acirram as desigualdades existentes, pois trata-se de países onde a superexploração já acomete os trabalhadores de forma intensa, e uma ampliação dessa dinâmica os deixa em situação ainda mais vulnerável (Marini, 2011). Nas economias em que a precariedade e a informalidade são características pungentes, a constituição do EIR faz com que os trabalhadores enfrentem condições altamente degradantes, enquanto os ganhos produtivos materializados em mais-valor beneficiam desproporcionalmente os proprietários do capital, contribuindo para a ampliação da concentração de renda.

Por fim, não podemos perder de vista a categorização da mais-valia extraordinária, que surge da discrepância entre o valor individual de uma mercadoria e o seu valor de mercado. Ela ocorre quando o capitalista aumenta sua produtividade acima da média do seu ramo, reduzindo seus custos individuais e produzindo mercadorias em um tempo de trabalho inferior ao tempo de trabalho necessário. Ao vender esses produtos pelo valor de mercado — determinado pelas condições médias de produção —, o capitalista apropria-se de um valor superior ao que produziu individualmente, retendo a diferença como uma mais-valia extraordinária. No âmbito das concorrências intrasetoriais, esse mecanismo atua como motor do progresso técnico, uma vez que o capitalista busca incessantemente reduzir seus custos individuais para obter esse lucro extraordinário (Amaral, 2012; Marini, 2022).

Esse processo também é responsável por fomentar a concentração e centralização do capital, visto que os capitalistas mais produtivos acumulam uma massa de valor proporcionalmente maior, muitas vezes provocando a quebra ou absorção de concorrentes menos eficientes. Entretanto, essa vantagem tende a ser transitória: à medida que a nova tecnologia se generaliza em um ramo determinado, o tempo de trabalho necessário diminui, removendo a condição da mais-valia extraordinária para os capitalistas e empresas que a detinham inicialmente. Em conformidade com a TMD, a mais-valia extraordinária é um dos pilares que explicam as transferências de valor da periferia para o centro. Devido ao desnível tecnológico, a troca internacional acontece de tal forma que os países centrais se apropriam da mais-valia extraordinária produzida na periferia, que não consegue reter esse valor internamente por conta da sangria de excedentes para o centro (Amaral, 2012; Marini, 2022).

Diante disso, concluímos que as transferências estruturais de valor são o ponto chave para compreender a superexploração na periferia latino-americana. As economias da região, ao passar pela inserção na divisão internacional do trabalho, passam a estar condicionadas a esta

lógica de difícil superação. A relação entre transferências de valor e superexploração é muito bem descrita por Breda e Rocha (2023, p. 561):

Para a Teoria Marxista da Dependência, a transferência de valor é um conceito fundamental para explicar a peculiaridade do ciclo do capital na América Latina, isto é, para entender as condições específicas de produção e realização do mais-valor nas economias dependentes da região. Não exageramos em afirmar que a relação transferência de valor/superexploração do trabalho é o próprio núcleo da TMD [...] Defendemos a opinião de que a transferência de valor é produto daquilo que Marini define como “a debilidade inicial” das economias latino-americanas no momento do surgimento de uma divisão internacional do trabalho especificamente capitalista, fato que as situa como produtoras de etapas não-estratégicas da economia mundial, ou seja, como provedoras líquidas de mais-valor para os países imperialistas, e que este fato estimula a superexploração, apesar de não ser seu fundamento.

Amaral (2022, p. 109) vai além e defende a posição de que a superexploração da força de trabalho e as transferências estruturais de valor são indissociáveis, para o que advoga a ideia de que formam um par categorial:

o par categorial ao qual nos referimos anteriormente pode ser expresso pela inter-relação indissolúvel que há entre transferência de valor e intensificação da exploração da força de trabalho, esta última apresentando-se através de qualquer dos seus mecanismos: a ampliação da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho, a redução do valor da força de trabalho, o rebaixamento salarial sem correspondente redução no valor da força de trabalho, o aumento do valor da força de trabalho sem correspondente aumento dos salários. A superexploração é aumento da exploração como compensação às perdas oriundas das transferências de valor sentido periferia-centro. Superexploração tem que ver com o impacto que a remessa de valor exerce sobre os trabalhadores. Superexploração diz respeito a um aumento na taxa de exploração em razão dos condicionantes orgânicos da dependência que são os mecanismos de transferência de valor. Numa formalização direta: superexploração é o elo indissolúvel representado por transferência de valor → mais exploração da força de trabalho.

Toda esta arquitetura da economia capitalista global em seu estágio avançado remonta a um desenvolvimento que reconhecemos por “desigual e combinado”, visto que as relações de dependência que ocorrem se baseiam no desenvolvimento de algumas economias em detrimento de outras (dos Santos, 2011). Esse termo infere que esses mecanismos de transferência de valor e superexploração não representam acidentes ou falhas do sistema, mas sim expressões de uma lógica estrutural intencional que condiciona os países periféricos em uma posição de dependência. Assim se formam as bases para a acumulação global, perpetuando os ciclos de exploração por parte dos países do núcleo orgânico, que consolidam sua posição

dominante à custa dos recursos extraídos da periferia e, dessa forma, estimulam a superexploração.

Por conta desse ordenamento, que afeta amplamente as economias da América Latina, atestamos que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Marini, 2013, p. 47). Em outros termos, a reprodução do sistema capitalista está atrelada à desigualdade nas economias globais, de modo que o subdesenvolvimento da periferia configura condição para o desenvolvimento do centro e da própria acumulação (Carleial, 2012; Marini, 2013). Com o desenvolvimento desigual e combinado, produz-se uma hierarquia na economia mundial que constitui fator necessário para a reprodução do capitalismo em escala global, seguindo os ciclos de exploração em que os países imperialistas se valem dos menos avançados para perpetuar-se. As consequências perversas para a periferia latino-americana são tanto sociais quanto econômicas, incidindo diretamente sobre a vida da classe trabalhadora.

Uma dessas consequências é o dinamismo do mercado interno, que nas economias latino-americanas sofre uma restrição relevante. As transferências de valor e a assídua superexploração limitam a renda da classe trabalhadora, comprimindo sua capacidade de consumo e restringido, por consequência, o montante de bens e serviços demandados por este grupo (Marini, 2017). Amaral (2006, p. 31) sintetiza essa restrição do mercado interno em quatro fatores:

- i) a maior parte da renda nacional era derivada da exportação; ii) a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração, o que limitava seu consumo; iii) parte do consumo desses trabalhadores se dava por meio da economia de subsistência, o que servia como um complemento a sua renda e como um refúgio durante períodos de depressão; iv) a maior parte dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores sob a forma de lucro, limitando não somente o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Justifica-se a partir disso a relevância imprescindível da exportação para as economias da América Latina. Embora o consumo interno tenha relevância para a dinâmica econômica dos países da região, é incapaz de absorver integralmente a oferta, que é complementada pelo mercado mundial. Portanto, a produção posta em marcha nas economias latino-americanas é pensada em direção ao escoamento para o mercado mundial, e as expectativas da classe capitalista nesta região ao empreender um processo produtivo seguem este raciocínio (Marini, 2017). Isso significa que o capitalista periférico conta com o mercado externo para suprir as

restrições do consumo doméstico³, de modo que essa limitação não impõe um fator impeditivo para a elaboração da estrutura produtiva. O que ocorre, como veremos à frente, são problemas de realização. Antes disso, convém explorar o regime de acumulação com hegemonia das finanças, em que o avanço do capitalismo atinge — segundo autores como Amaral (2012) — uma nova fase, com impactos sobre os elementos discutidos acima.

1.2. Características do regime de acumulação com hegemonia das finanças

O processo de financeirização aumentou o grau de complexidade do imperialismo, gerando uma reconfiguração das dinâmicas previamente estabelecidas, especialmente após a década de 1970. Partimos do pressuposto de que este processo acarretou eventos transformadores, responsáveis por complexificar a dinâmica capitalista e conduzindo a dependência para uma nova fase (Amaral, 2012; Lapavistas, 2008). Essas transformações acontecem na base do sistema capitalista, concentrando-se em três elementos correlacionados: a financeirização de empresas não financeiras; a mudança de comportamento dos bancos; e a financeirização de indivíduos e famílias, tais como descritos:

A financeirização representa uma transformação sistêmica das economias capitalistas maduras com três características inter-relacionadas. Primeiro, as grandes corporações passaram a depender menos dos bancos e adquiriram capacidades financeiras próprias; segundo, os bancos deslocaram suas atividades para a mediação nos mercados financeiros abertos e para as transações com as famílias; terceiro, as famílias tornaram-se cada vez mais envolvidas nas operações financeiras. As fontes de lucro capitalista também se alteraram de acordo com essa dinâmica (Lapavistas, 2011, p. 611, tradução nossa).

Logo, esse movimento teria sido iniciado com as empresas de origem não financeira começando a atuar de forma direta no sistema financeiro por intermédio de ações como abertura de capitais e criação de bancos próprios, inclusive passando a realizar atividades especulativas. Isso gera uma mudança importante para o padrão de reprodução do capital na medida em que essas empresas passam a dispor de uma fonte de financiamento independente das instituições bancárias, não sendo mais estritamente necessário recorrer a elas para garantir acesso ao capital necessário para colocar em marcha determinadas atividades. Ao conseguirem se financiar por outras vias e reduzirem sua dependência dos bancos, essas empresas geram impactos para as

³ Como veremos, a financeirização e o desenvolvimento do sistema de crédito atuam para contornar a restrição interna ao consumo via crédito, aspecto que Marini ainda não tinha como capturar. De toda forma, o mercado externo permanece sendo fundamental para a realização do esquema de mercadorias.

instituições bancárias, que se veem compelidas a buscar alternativas para recomposição de demanda e de lucros (Lapavitsas, 2008, 2011).

Buscando novos agentes absorvedores de recursos, os bancos voltam sua atenção para o mercado financeiro aberto, transformando-se em intermediários para atividades especulativas e ampliando seu escopo de atuação para além de poupanças e investimentos. A partir disso, indivíduos e famílias são inseridos na dinâmica financeira e capturados por novas formas de conduzir suas atividades econômicas. Essas formas incluem o uso de serviços bancários para pagamentos, compras parceladas com juros, adesão à previdência privada, seguros e outros tipos de financiamento (Lapavitsas, 2008, 2011). Tendo em vista a estrutura da dependência apresentada anteriormente, em que a classe trabalhadora — sobretudo em países da periferia — é acometida pela superexploração e pela restrição da sua capacidade de consumo, essa inserção na lógica financeirizada cria um mecanismo que a impulsiona a contrair crédito.

Assim, a nova dinâmica permite à classe trabalhadora complementar sua renda e expandir sua capacidade de consumo por meio do endividamento. No cenário da América Latina, onde o mercado interno é demasiadamente restrito, o endividamento configura um movimento importante para impulsionar a atividade econômica das economias locais. Contudo, apesar do endividamento impulsionar o consumo do trabalhador ao ser contraído, a consequência futura é a expropriação de uma parcela ainda maior da sua remuneração através do pagamento de juros (Lapavitsas, 2011). Torna-se necessário para o trabalhador aumentar seus ganhos a fim de cobrir os juros, honrar as dívidas financeiras e evitar a inadimplência. Esse contexto suscita novos impactos sociais, uma vez que o leva a aceitar jornadas de trabalho precárias e propensas ao aumento da superexploração por meio dos mecanismos discutidos anteriormente (Amaral, 2012). O aumento da precariedade do trabalho sinaliza uma maior vulnerabilidade da classe trabalhadora, contribuindo também para o crescimento da informalidade e para a perda substantiva do poder de barganha no tocante à dinâmica da luta de classes.

Logo, o aspecto social desta nova fase da dependência indica uma incorporação dos indivíduos na lógica de acumulação financeirizada, enquanto do ponto de vista econômico esses indivíduos observam uma exacerbação da expropriação de seus recursos. No limite, essa nova fase pressupõe uma certa autonomia das finanças frente à sociedade (Chesnais, 2001). A nova dinâmica de valorização do capital é de grande importância, pois complexifica também os mecanismos de transferência de valor. Além de incorporar indivíduos, as economias nacionais passam a aumentar substancialmente suas transferências de valor provenientes da propriedade

do capital, processo que acomete — uma vez mais — as economias da periferia em grau mais elevado. Até o cenário anterior aos anos 1960 e 1970, havia um predomínio das transferências de valor via intercâmbio desigual, porém, com o novo destaque atribuído às finanças e à especulação, os demais mecanismos assumiram protagonismo (Amaral, 2012). Esses mecanismos podem ser mais bem percebidos na medida em que não podem ser mascarados pelo pretexto de igualdade, como ocorre com o intercâmbio desigual (Breda; Rocha, 2023).

Logo, recebem grande importância “os fluxos para o exterior como resultado do valor apropriado pelo capital estrangeiro imperialista, como contrapartida de uma exportação de capital, sejam através de investimento estrangeiro direto, investimento em carteira, compra de títulos de dívida, derivativos etc.” (Breda; Rocha, 2023, p. 560). Em meio a esse conjunto de transformações observadas na dinâmica da financeirização, destaca-se o desdobramento do capital portador de juros em capital fictício. Esse desdobramento se verifica quando o capital se estrutura em papéis financeiros, como ações, títulos e derivativos. Em conformidade com Amaral (2006, p. 65-6), a dívida pública se apresenta como um bom exemplo do funcionamento do capital fictício:

O Estado toma certa quantia emprestada para o fechamento de suas contas e, em troca deste capital, é obrigado a pagar periodicamente uma quantia específica de juros ao seu credor. Este último, por sua vez, torna-se possuidor de um título de dívida contra o Estado, que lhe garante o direito de participar das receitas periódicas (em proporção pré-estabelecida) de seu devedor e que, ademais, pode ser vendido a outrem quando surge o desejo ou a necessidade de reembolso do montante principal da dívida por parte do credor original. O importante a reter aqui é que a soma emprestada ao Estado já não existe mais, tendo em vista que se trata de uma quantia que não se destinava a ser empregada como capital, de modo a não se manter ao longo do tempo. Os títulos de dívida podem ser vendidos e revendidos, e não importam quantas transações mais ocorram após ter sido efetuado o empréstimo, que este fato permanece o mesmo: o montante emprestado, o principal da dívida, já foi gasto pelo Estado e é, portanto, ilusório, é um capital fictício. Então, o montante de dinheiro que justifica o pagamento periódico de juros, que provoca este desembolso, já se desfez, de modo que a renda auferida pelo prestatário já não tem mais uma base concreta que a sustente. Por isto o capital é fictício; justamente porque, embora ele não exista mais de fato, embora já tenha sido gasto, embora já tenha perdido o vínculo com o processo efetivo de valorização, ele “produz” ou justifica um rendimento que se estende *ad infinitum*, ele se valoriza por si próprio, autonomamente.

Identifica-se a existência de uma dinâmica em que esses papéis financeiros conferem ao seu proprietário o direito por uma remuneração que se baseia na injeção de um recurso que, no limite, não precisa mais existir. Esses títulos, ações e demais ativos financeiros podem ser vendidos a qualquer momento, dando seguimento a uma lógica de derivativos e mercados secundários que estão imersos no meio da especulação, flutuando com base em expectativas de riscos e lucros futuros. Neste processo, evidencia-se o protagonismo do proprietário acionista,

detentor da propriedade patrimonial capitalista, isto é, de títulos empresariais e títulos de dívidas públicas. Estes indivíduos estão situados em uma posição distinta da tradicional, adquirindo no regime de acumulação com hegemonia das finanças a particularidade de serem exteriores à produção. Enquanto os credores tradicionais participavam do processo produtivo, essa nova conjuntura garante a possibilidade de valorização por credores alheios (Almeida Filho; Paulani, 2011).

Na fase anterior da dependência, a troca de mercadorias e o intercâmbio desigual atuavam como mecanismos principais de transferência estrutural de valor, assegurando a reprodução da acumulação por meio da perda sistemática de valor pela periferia. As transformações informadas acima aprofundam este movimento ao deslocar o eixo central da apropriação para o plano patrimonial e rentista, consolidando um circuito de transferências estruturais de valor. Os rendimentos das economias e empresas periféricas passam a constituir ainda mais uma fonte de renda para capitais situados no centro, sinalizando um aumento da expropriação. Então, ao passo que o endividamento incrementa o consumo interno da classe trabalhadora, sua contrapartida posterior é expropriadora, pois traz a necessidade de pagamentos que se expressam principalmente na figura do juro.

Diante disso sustentamos, mediante a Teoria Marxista da Dependência, que o regime de acumulação com hegemonia das finanças reconfigura a estrutura da dependência, levando-a a uma nova fase. Amaral (2012) argumenta que a ascensão do neoliberalismo no contexto da financeirização representa a quarta forma histórica da dependência. Enquanto as fases anteriores (colonial, financeiro-industrial e tecnológico-industrial) baseavam-se primordialmente na troca desigual de mercadorias, essa nova fase está centrada na transferência de valor por vias financeiras. Em conformidade com a noção de par categorial elaborada por Amaral (2022) e apresentada anteriormente, a inter-relação indissolúvel existente entre transferência de valor e intensificação da exploração da força de trabalho aponta para uma transição que não altera a essência da dependência, mas a aprofunda, reforçando as transferências de valor e consequentemente o grau de (super)exploração.

Um elemento estruturante desta nova fase é o agravamento da vulnerabilidade externa e da fragilidade financeira dos países periféricos. A abertura comercial e financeira irrestrita, aliada à desregulamentação dos mercados, solapa a autonomia das políticas nacionais e submete o Estado aos interesses do capital financeiro globalizado. Nesse ínterim, há um “estrangulamento externo” e uma complexificação das contas públicas, impondo uma dinâmica de endividamento permanente na qual a necessidade de atrair capitais para cobrir déficits no

balanço de pagamentos exige a manutenção de taxas de juro elevadas, o que acaba por travar o crescimento econômico interno. Dentro desta lógica, a superexploração permanece como o eixo fundamental que permite à periferia sustentar a acumulação interna diante da sangria de recursos para o exterior (Amaral, 2012).

Ao abordar mais precisamente o cenário da economia brasileira, veremos que esse processo importa para a industrialização e internacionalização do ciclo de capital, não apenas para se contrapor às transferências estruturais de valor. Por ora, nos limitamos a identificar a maneira com que a lógica da financeirização e a nova fase da dependência impactam a relação transferência de valor-superexploração como fundamento da reprodução ampliada da acumulação e da dependência.

1.3. Notas sobre o Estado capitalista dependente

Autores como Karl Polanyi oferecem um denso debate acerca das origens das sociedades e sistemas econômicos, perpassando, por exemplo, ordenamentos de tribos indígenas e princípios intrínsecos a eles como redistribuição e reciprocidade. No entanto, para os fins deste trabalho, tratamos especificamente da conjuntura dos Estados-nação contemporâneos organizados sob a lógica capitalista. Baseando-se nos elementos mencionados anteriormente, a formação desses Estados implica a necessidade de organizar e cristalizar o exercício central do poder político, pois, como indica Osorio (2017a, p. 73, tradução nossa), “nunca como no capitalismo o Estado precisou de uma centralização tão ferrenha de poder político”. Ao tratar de sua relação com o modo de produção capitalista, partimos da crítica à premissa clássica do livre-mercado, seguindo a vertente de que o cenário mais propício para a acumulação conta com a atuação do Estado.

Da perspectiva de Polanyi (2000), a ascensão do capitalismo industrial gerou uma separação entre as esferas econômica e política, transformando a economia em uma entidade autônoma regida pelas leis do mercado. Essa transformação seria o resultado de decisões políticas deliberadas com o intuito de estabelecer mercados autorregulados. Contudo, dentro de um modo de produção que apresenta ciclos e contradições intrínsecas recorrentes, com expansões contínuas e recursos limitados, e com tendências à concentração de riqueza e acirramento de desigualdades, o Estado cria e mantém condições mínimas de estabilidade para sua reprodução. Tendo em vista essas contradições, um sistema econômico capitalista autorregulável tenderia ao colapso, isto é, sua sustentação — ainda que fosse possível — seria

muito dificultada sem a presença e atuação do Estado, que centraliza em si o poder político e organiza a vida social consoante aos interesses da classe dominante. Ao fazer isso, articula os conflitos sociais e viabiliza a reprodução da acumulação no longo prazo.

O subimperialismo se trata de uma categoria de cunho tão político e social quanto econômico. Por isso, torna-se imprescindível discorrer acerca da configuração político-social dos Estados nacionais capitalistas, com ênfase nos Estados com economias capitalistas dependentes. Identificamos um problema na correspondência automática entre os conceitos de Estado e soberania. Ao levar em conta a heterogeneidade econômica do sistema mundial, certos poderes estatais se subordinam politicamente a outros dentro de um ordenamento hierárquico. Logo, Estados dependentes podem ser compreendidos como Estados sub-soberanos, o que não infere incapacidade por parte destes de exercer seu domínio político sobre sua população (Osorio, 2017a). Esse entendimento é postulado na contramão das teorias *mainstream* do campo de Relações Internacionais, que discorrem acerca de uma anarquia do sistema internacional. Como buscamos argumentar, a subjugação político-econômica dos Estados mais fracos aos mais fortes indica um sistema internacional hierárquico.

O controle político de Estados sub-soberanos a nível interno continua acontecendo, assim como o poder exercido pelas classes dominantes em seu território. Entretanto, anula-se a equivalência imediata de que um Estado formalmente independente é soberano a nível internacional, e de que um Estado não soberano não tem capacidade de gerir seu poder político. A particularidade do Estado dependente reside na forma com que ele articula, simultaneamente, autonomia interna e subordinação estrutural externa. Essa contradição constitui um fundamento da esfera política da dependência: o Estado conserva capacidade de gerir a classe trabalhadora doméstica, organizar as frações burguesas locais e implementar políticas internas — ainda que condicionadas pelos interesses do capital internacional e pelas exigências de reprodução do valor em escala mundial.

Daí emerge o caráter funcional desses Estados para o capitalismo global: a mediação exercida por seus aparatos repressivos, burocráticos e financeiros viabiliza e/ou facilita as transferências de valor e as condições internas para a superexploração, ao mesmo tempo em que assegura uma ordem geopolítica estável para a reprodução da acumulação. A partir desse referencial, nota-se a forma com que os Estados capitalistas dependentes — sendo politicamente sub-soberanos — sofrem imposições dos Estados componentes do núcleo orgânico do capitalismo. Sendo assim, o funcionamento da máquina do Estado importa para a operação da lógica capitalista, ainda que seu papel nessa engrenagem seja inegavelmente

complexo. A contribuição de Offe (1984) fornece uma reflexão relevante para as discussões que se seguem, uma vez que articula sobre as funções e características do Estado no modo de produção capitalista.

De início, ele pontua uma atuação mais autônoma do Estado, inferindo que a reprodução da acumulação atende não apenas a interesses de frações específicas do espectro social, mas também a própria existência do Estado. Em outros termos, o funcionamento do Estado capitalista está vinculado com a estrutura do sistema capitalista, de modo que a reprodução desta última importa para o primeiro. Portanto, ocorre uma troca mútua em que o Estado serve a interesses de frações do capital, facilitando a continuidade da acumulação. Ao fazê-lo, viabiliza a sua própria operação. O Estado atende a interesses de frações burguesas, mas o faz ao mesmo tempo em que busca proteger os interesses comuns de uma sociedade capitalista de classes. Com isso, traz um senso de coletividade que mascara os benefícios concedidos à grande burguesia (Offe, 1984).

Existem quatro elementos considerados por Offe (1984) determinadores do Estado capitalista, sendo eles: (i) a privatização da produção; (ii) a dependência por impostos; (iii) a acumulação como ponto de referência e (iv) a legitimação democrática. Nota-se que os determinadores em questão se referem ao Estado de caráter capitalista. Por óbvio, tratar de Estados cujas características se distinguem implicaria uma lente analítica igualmente distinta, o que não pretendemos fazer no momento. Um exemplo seria a China, onde a pauta produtiva é organizada pelo setor público, diferindo-se dos determinadores da privatização da produção e da acumulação como ponto de referência. A dependência por impostos e a legitimação democrática também não poderiam ser interpretados da mesma forma neste cenário, dadas as divergências políticas, econômicas e sociais de um Estado não capitalista e não democrático⁴.

De toda sorte, dentro de um Estado capitalista, a privatização da produção infere a dificuldade do poder político em organizar a pauta produtiva, visto que a produção “funcional” é a privada. Diferentemente de formações sociais anteriores como o feudalismo, em que a produção era diretamente organizada por mecanismos políticos, no sistema capitalista a produção social é predominantemente organizada por agentes privados. Isso significa que essa organização é igualmente guiada por fins privados e para atendê-los, garantindo a acumulação e o lucro. Essa característica constitui uma base estruturante que condiciona e limita as

⁴ A própria relação entre capitalismo e democracia se releva um ponto dúbio que exige uma discussão mais aprofundada sobre a democracia liberal burguesa. Para nossa pesquisa, que possui um governo ditatorial como referência, consideramos simplesmente a ditadura como uma forma não-democrática de governo e o cenário posterior, iniciado pelo governo Sarney, como democrático.

capacidades de atuação do Estado. Logo, decisões como a pauta produtiva, a escala em que essa produção se dará e os investimentos a serem realizados inevitavelmente atendem aos interesses do setor privado.

Por sua vez, a dependência dos impostos sinaliza que o Estado capitalista — independentemente de quem esteja em suas posições de poder —, só pode continuar exercendo seu domínio por meio de capacidades materiais, que necessitam de fontes de renda. Ainda que não seja o único, o mecanismo primordial de renda do Estado capitalista reside nos impostos, e estes incidem sobre a atividade privada. Isso significa que as variações da atividade privada afetam necessariamente as arrecadações do Estado e sua capacidade de sustentação, ou seja, se a receita dos impostos cai, a sua capacidade de gerenciamento também diminui. Osorio (2017ab) acrescenta a isso a relevância dessa arrecadação para a profissionalização de recursos do aparato de Estado como a polícia e as Forças Armadas, necessários em tempos de crise ou guerra.

Os dois primeiros elementos fornecem um arcabouço importante para a compreensão do terceiro, visto que a acumulação como ponto de referência está relacionada a essa interdependência entre o Estado e o modo de produção capitalista. O Estado manifesta seu poder através de suas capacidades materiais, e estas se encontram à disposição contanto que seja possível arrecadar receita o suficiente. Desse modo, fomentar a acumulação não se trata de apoiar os interesses de uma classe em específico, mas de garantir as próprias necessidades do Estado enquanto um ente autônomo para sua preservação e exercício do seu domínio político. Isto é, para cumprir funções como manutenção da ordem, políticas sociais e estabilidade econômica, o Estado capitalista depende da dinâmica da acumulação.

O último elemento basilar, a legitimação democrática, versa sobre as condições em que determinados agentes conseguem se apropriar do poder estatal, apontando para a relevância das eleições para a constituição de um governo democrático-representativo. Todavia, esse processo apenas encobre o fator mais importante, a posse de recursos materiais que, segundo Offe (1984, p. 125), são “os únicos que permitem o exercício efetivo do poder estatal”, e, como citado anteriormente, só podem ser obtidos através das rendas provenientes da própria dinâmica de acumulação do capital. Portanto, o Estado capitalista seria composto por um processo dual: sua forma institucional, pautada pela composição do governo através das eleições, e seu conteúdo, que necessita da reprodução da acumulação. Em outras palavras, o Estado capitalista apresenta um corpo técnico em sua configuração, mas este não reproduziria práticas capitalistas para atender a uma necessidade particular, e sim para sustentar as capacidades materiais estatais que

são derivadas da acumulação e, dessa forma, atender a interesses comuns da sociedade (Offe, 1984).

Estando postos os determinadores do Estado capitalista para Offe (1984), notamos que essa apreensão apresenta pontos relevantes acerca da relação do Estado capitalista com a acumulação, tornando mais palatável a atuação deste primeiro como regulador da segunda. Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias. Ao afirmar que não impera neste âmbito nenhum tipo de aliança entre o aparelho estatal e determinadas frações burguesas, notamos afastamentos importantes entre a apreensão de Offe e a de Marini (1971) — com a qual concordamos —, acerca da condição dependente do Estado brasileiro. No geral, a análise de Offe parece ser baseada fundamentalmente em Estados da Europa — menores e de pluralidade política reduzida —, visto que o nível de abstração trabalhado exige uma menor separação do poder político e uma menor complexidade a nível interno.

A questão da legitimidade democrática ilustra bem essa interpretação, uma vez que Estados periféricos capitalistas observaram, em diversos momentos, governos ditatoriais e contextos de repressão da democracia. Portanto, este cenário de menor complexidade política não se verifica na América Latina e no Brasil, em grande medida pelas razões mencionadas por Marini (2017) de que a acumulação de capital na região tende a radicalizar as disputas existentes entre capital e trabalho:

Mas esse processo [relações de produção] estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nesta contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (Marini, 2017, p. 15).

Diante disso, é prudente estabelecer ressalvas entre a abordagem do Estado capitalista de Offe e a conjuntura do Estado capitalista dependente brasileiro, objeto de estudo desta pesquisa. Uma distinção evidente, no âmbito do subimperialismo, é a atuação de um governo ditatorial — ou seja, sem legitimidade democrática — para consolidar um esquema político-econômico específico⁵. Na mesma linha de Marini, Osorio reconhece que, na periferia latino-americana, verifica-se uma exacerbação das contradições econômicas e políticas causadas pela reprodução do capital, primordialmente por conta da superexploração (Marini, 2017; Offe,

⁵ Trataremos, mais à frente, de como a conjuntura da ditadura foi essencial para a cristalização do subimperialismo no país.

1984; Osorio, 2017b). Nesse ínterim, a contribuição teórica de Osorio⁶ sobre as características do Estado capitalista nos parece mais adequada a contextos de maior intrincamento político, como no caso da periferia latino-americana.

Segundo Almeida Filho (2016), a atuação do Estado adquire papel ainda mais importante em economias dependentes, onde o acirramento das disputas sociais é incandescente — como na região da América Latina. Pontua-se um elemento de suma relevância: a urgência, por parte do capitalismo, por algo “fora de si mesmo”. Partindo das teorizações clássicas sobre o imperialismo, em especial a de Luxemburgo (1970), destaca-se a questão da sobreacumulação, em que parte da riqueza gerada não consegue ser lucrativamente aplicada, resultando em crises de acumulação. Essas crises decorrem da incapacidade dessa parcela do excedente em se valorizar nos espaços econômicos tradicionais, forçando a busca por ciclos de expansão.

É nesse âmbito que Harvey (2004) trabalha a ideia de deslocamentos espaço-temporais, apontada por ele como a forma predominante de valorização do capital excedente, combinando movimentos como a abertura de novos mercados e aplicação de capital em investimentos a longo prazo. Esses deslocamentos pressupõem e exigem circunstâncias como a criação de mecanismos de crédito e a construção de infraestruturas para a circulação do capital, que podem ser facilitados pela atuação do Estado. No caso da América Latina, a instância do Estado adquire um papel mais amplo em comparação com as nações desenvolvidas, uma vez que passa a ser incumbido de controlar questões estruturais da dependência (Almeida Filho, 2016). Sobre esse ponto, retomamos algumas teorizações da Teoria Marxista da Dependência para compreender de maneira mais clara a natureza das funções alargadas dos Estados capitalistas dependentes, que é essencialmente espoliadora (Almeida Filho; Paulani, 2011; Harvey, 2004).

Para Harvey (2004), o fenômeno da espoliação consiste na transferência de recursos adicionais pelo Estado ao setor privado de forma voluntária, especialmente em momentos agudos de crises periódicas, mas de forma permanente. No processo de acumulação por espoliação, o capital procura continuamente uma forma de ampliar seus lucros mediante a apropriação de recursos e riquezas pertencentes a outras pessoas e regiões. Nesse contexto,

⁶ Vale pontuar que, embora Osorio indique um padrão de reprodução do capital comum aos países da América Latina, existem diferentes níveis de complexidade nas configurações políticas e econômicas da região. Concordamos com a concepção de que o nível de complexidade da economia brasileira é mais elevado, apresentando um maior avanço da composição orgânica do capital. Esse capitalismo “mais avançado” caracteriza, como veremos, o subimperialismo brasileiro.

argumenta-se que a acumulação de capital abrange a apropriação de terras, bens naturais, conhecimento, tecnologias e outros ativos. Em consonância com Almeida Filho (2016, p. 8):

O fenômeno da espoliação é estrutural na América Latina, resultado de condições de desenvolvimento específicas. Isto significa que a espoliação, para além de ser um fenômeno típico dessas crises do capital de que trata David Harvey, é parte do seu processo de desenvolvimento na periferia.

Sendo assim, ao tratar dos Estados capitalistas dependentes da América Latina, a espoliação — ou seja, a transferência de recursos para o capital privado — se apresenta como natural à própria dinâmica de acumulação. Esse processo pode se dar de diversas formas, como por exemplo através de isenções tributárias, financiamentos em condições vantajosas, permissões para uso e posse de títulos públicos por instituições financeiras na gestão monetária e a viabilização da utilização da terra enquanto ativo. Por óbvio, essas ferramentas são proporcionalmente vinculadas ao porte e à escala de atuação de cada tipo de capital. Essas transferências — ou seja, esse fenômeno da espoliação — garantem benefícios ao capital que investe nas economias latino-americanas, semelhante a uma bonificação por risco (Almeida Filho; Paulani, 2011; Almeida Filho, 2016).

Outra forma essencial na qual se verifica a atuação estatal para a espoliação são as privatizações, um exemplo clássico da apropriação, por parte do capital, de ativos até então públicos. Frequentemente justificada através da noção de maior eficiência da gestão privada, observa-se a maneira com que o capital se apodera de empresas e ativos do Estado. A privatização não apenas redistribui recursos em favor da iniciativa privada, mas também converte bens públicos em ativos passíveis de exploração. Esse processo é facilitado por conta da presença do Estado, que dispõe da centralização do poder político e, portanto, pode garantir os quadros institucionais e jurídicos necessários para que essas transferências ocorram (Harvey, 2004). Em momentos de sobreacumulação, a privatização se torna um mecanismo de resolução de crises na medida em que expande as bases de acumulação.

Eis aqui um movimento central na argumentação de Harvey (2004) sobre o papel do Estado capitalista dependente: com a espoliação, o Estado passa a ser necessário, e não apenas preferível para a reprodução da acumulação, uma vez que dispõe dos ativos necessários para conter as crises de sobreacumulação. Em resumo, o Estado realiza “expedientes de espoliação” por intermédio da abertura de novos territórios de acumulação (privatizações, atração de capital estrangeiro na forma de IEDs; empréstimos externos etc.); da exacerbação do capital fictício

(dívidas públicas); e da facilitação da financeirização da riqueza (monopólio da violência e formulação de leis) (Almeida Filho; Paulani, 2011).

Conforme descrevemos, a superexploração consiste principalmente na negação das condições necessárias ao trabalhador para que ele possa repor o desgaste da sua força de trabalho. Ao fazer isso, incide principalmente no nível dos salários, trazendo implicações dinâmicas por meio de remunerações baixas ou extremamente baixas, aumentando a instabilidade da economia e limitando seu potencial de crescimento. Os salários recebidos pelos trabalhadores são abaixo dos salários pagos nos países centrais, o que faz com que a América Latina e suas economias dependentes necessitem particularmente do cumprimento de funções alargadas por parte do Estado, compensando gastos que o âmbito privado não é capaz de realizar. O Estado faz isso realizando regularmente os recursos mencionados, ou seja, empreendendo expedientes de espoliação (Almeida Filho; Paulani, 2011; Almeida Filho, 2016).

Um ponto de complexidade reside na ambiguidade entre os interesses contemplados pelo Estado. Ainda que frequentemente apontados como “comuns”, esses interesses privilegiam aquele grupo que Osorio (2017b) concebe como classe dominante. A classe dominante se trata da fração da sociedade que detém força social para organizar a vida comum, possuindo o controle dos meios de produção e do poder político — centralizado na figura do Estado. Enquanto isso, a classe reinante representa o setor que ocupa as posições mais altas do aparato de Estado, que, em contextos democráticos, são selecionadas por processos eleitorais. Logo, a classe reinante ocupa os cargos políticos e institucionais que irão representar os interesses da classe dominante. Isso significa que ser eleito ou ascender a um determinado cargo político não significa conquistar poder político, como afirma Osorio (2017b, p. 37): “Não é o poder político que está em disputa mesmo nas consultas eleitorais mais importantes. Somente estão em disputa os funcionários e as forças políticas que administrarão esse poder político”.

Por esse motivo, nos parece equivocada a concepção de que presidentes e demais altos funcionários do aparato de Estado são aqueles que detêm, de fato, o poder político, uma vez que eles representam os interesses da classe dominante. Para fins de exemplificação, podemos ilustrar o caso do Brasil. Nos últimos anos, nomes como Lula da Silva, Rouseff, Temer e Bolsonaro estariam ligados à classe reinante, ocupando altos cargos dentro do nível institucional. Em contrapartida, os donos dos grupos Globo, Odebrecht, JBS, Vale, entre outros configuram a classe dominante, dispendo de poder político (além, evidentemente, de poder econômico) para organizar a vida social comum. Nota-se um distanciamento com a abordagem de Offe (1984), visto que este afirma não haver, no âmbito do Estado, a intenção de atender a

interesses particulares, o que implicaria na neutralidade completa do Estado. Sendo o centro do poder político e da organização da vida social, a análise de Osorio nos permite visualizar que o Estado assume funções em prol de interesses particulares de classe.

Essa formulação pode ser mais bem apreendida pela ideia de “fetichização do Estado pelo capital”, que Osorio (2017b) identifica como característica do Estado capitalista. Essa fetichização torna opacas as relações de poder e domínio, “o que impede que essas relações apareçam tal como são, e ocorra a reconstrução da ficção de um mundo de homens livres e iguais, ao mesmo tempo em que o Estado aumenta sua presença como uma entidade abstrata (Osorio, 2017, p. 29)”. Em outros termos, o que está sendo reconhecido por fetichização é a reprodução de uma ideologia na qual se coloca como necessária a construção de um Estado democrático de direito que garanta a liberdade e igualdade de todos os indivíduos. Essa figura fetichizada do Estado pelo capital o concebe como neutro, tornando-o um garantidor das regras e dos direitos individuais.

Ao olhar para as relações sociais que se passam no âmago do Estado, nota-se que a promessa liberal de igualdade não se mantém na realidade concreta, havendo uma clara diferença entre os “homens livres” que se expressa política e economicamente. Depreende-se que a fetichização do Estado traz consigo consequências ideológicas relevantes, visto que ao transformar o Estado em objeto técnico-neutral, obscurece-se a articulação entre políticas estatais e interesses de classe, dificultando a formação de consciência política sobre quem se apropria dos recursos públicos. Ao relacioná-lo com o capital, a fetichização legitima inclusive políticas de austeridade, que frequentemente caminham na contramão de políticas sociais, sob o pretexto da necessidade do ajuste de contas. Com isso, determinados interesses de classe são mascarados por uma aparência técnica.

Ilustra-se, assim, a ideia de fetichização: é criado um consenso ideológico de defesa de uma estrutura de domínio, igualitária a todos os homens, sob o pretexto da liberdade. É essa estrutura que exerce a regulação das relações sociais que manifestam domínio e poder, ou seja, o Estado se coloca como instituição mediadora que tem por objetivo reproduzir a lógica socioeconômica a médio e longo prazo. É por isso que, por vezes, o Estado rejeita interesses privados mais imediatos, para preservar a ordem social sob os auspícios do capital. Depreendemos que “a particularidade central do Estado capitalista é a ocultação da dominação política em suas próprias instituições, pois ele é um “Estado de todo povo” (Fernandes, 2019, p. 8).

É nessa visão mais ampla que se percebe a ambiguidade de que, embora o Estado precise atender aos “interesses comuns”, ele faz isso para preservar o ordenamento que privilegia os interesses da classe dominante (Almeida Filho; Paulani, 2011; Offe, 1984; Osorio, 2017b). Por esse motivo, torna-se

um erro comum e nada menor [...] apontar os presidentes da república e demais altos funcionários do aparelho de Estado como aqueles que detêm o poder. Não é difícil perceber o erro dessa confusão provocada pela fetichização do Estado pelo capital, fazendo com que se perceba a vida social de forma distorcida e opaca (Osorio, 2017, p. 36).

A complexidade se verifica no fato de que, enquanto o Estado continua atendendo aos interesses da burguesia (classe dominante), precisa também conceder e realizar políticas que façam com que ele apareça como um Estado de todos. Ele não é neutro, mas precisa transmitir essa impressão de modo a assegurar a continuidade da acumulação. Por vezes, há contradições entre os interesses da classe dominante e da classe reinante, isto é, entre aqueles que detêm o poder de fato e aqueles que ocupam os cargos de representação desse poder. Contudo, para cumprir a sua função, a classe reinante precisa atender aos interesses da classe dominante, ainda que exista um certo grau de possibilidade de autonomia dentro de governos populares (Osorio, 2017ab).

Nesses casos, há discussão acerca de quais são as margens de manobra de governos populares e quais são os limites impostos pelo conflito de interesses. Ainda que os processos eleitorais permitam a incorporação de partidos e coalizões que disponham de uma ideologia — ao menos em certo grau — oposta à da classe dominante, não é possível subverter os interesses desta última que, como destacado anteriormente, é detentora da força social necessária para organizar a vida comum. Logo, integrar o aparato de Estado está distante de obter poder político, sendo necessário para isso uma ruptura, uma revolução que subverta as correlações de força a favor dos dominados, invertendo a lógica em vigor (Osorio, 2017b). Há uma diferença, para Osorio (2014, 2017b), entre o que seria o Estado e o seu aparato técnico.

O Estado, para ele, se trata da “condensação de relações de poder político e de domínio, as quais possuem uma dimensão de produzir sentido de comunidade” (Osorio, 2014, p. 62, tradução nossa). Por sua vez, o aparato de Estado seria a

coisificação das relações sociais que constituem o Estado [...] formado por instituições como o Banco Central, o Parlamento, o Poder Executivo com seus Ministérios de Estado, o Superior Tribunal Federal e demais Tribunais, Ministérios Públicos, as Forças Armadas, a polícia, o sistema penitenciário, as prisões, as empresas estatais

etc. – todas elas hierarquizadas. Também fazem parte do aparelho de Estado os servidores que trabalham nessas instituições. Esses funcionários também estão sob determinada hierarquia, e chamamos de classe reinante o setor que ocupa as posições mais altas e de maior hierarquia dentro do aparelho, como Presidente, ministros de Estado, diretores e demais altos funcionários de ministérios ou do Banco Central, os altos comandos militares, juízes do Supremo Tribunal Federal, as autoridades da Câmara de deputados e do Senado. Por último, conformam também o aparato de Estado o corpo constitucional, as leis e normas estabelecidas (Osorio, 2017b, p. 35-6, ênfase do autor).

Então, o aparato de Estado se verifica na institucionalização das relações sociais do Estado, que se processam tanto a nível federal quanto a nível estadual e municipal. Apesar de não ser o bastante, não deve passar despercebido o fato de que conquistas no aparato de Estado são relevantes, não somente para proporcionar certas mudanças políticas na margem, mas também para avançar no sentido dessa ruptura. Para conseguir verdadeiramente modificar as relações de poder político, faz-se necessário galgar e acumular posições de maneira contínua para que, em algum momento, ocorra uma modificação nos pilares da força social e seja possível, finalmente, uma investida em prol da superação do modo de produção capitalista vigente e da alteração da organização da vida social. Para fins de ilustração, destaca-se o processo chileno em direção ao socialismo, que chegou a atingir um ponto culminante nos anos 1970 após os episódios do *tanquetazo* e do fracasso da tentativa de golpe institucional (Osorio, 2017b).

O episódio, ocorrido no Chile em 1973, precedeu o golpe bem-sucedido. Recebeu o nome de *tanquetazo* por conta da mobilização de setores do exército que mobilizaram blindados contra o Palácio de La Moneda, desafiando a capacidade de reação do governo e das próprias Forças Armadas. Na época, o então comandante-em-chefe do exército, o general Carlos Prats, interveio diretamente para frustrar a insubordinação, ordenando o desarmamento dos militares envolvidos e obrigando-os a abandonar os tanques posicionados nas imediações da sede do governo. A ação de Prats foi interpretada como uma demonstração de lealdade institucional das Forças Armadas à legalidade constitucional (Osorio, 2017b).

Nessa oportunidade, os revolucionários chilenos possuíam força social suficiente para excluir membros e organizações simpáticas aos interesses da classe dominante do aparato de Estado, subvertendo as correlações de poder em favor dos dominados. Em síntese, era o momento de redefinir a organização da vida comum sob novas bases e sob um outro tipo de poder político. Contudo, a empreitada falhou ao não capitalizar essa vantagem no aparato de Estado, uma vez que os revolucionários tentaram seguir por intermédio de vias exclusivamente fiéis à constituição, e com isso acabaram sucumbindo frente aos interesses da classe dominante,

que se valeu de métodos inconstitucionais para destituir Salvador Allende e impor a ditadura de Pinochet (Osorio, 2017b). Este exemplo, além de sinalizar a dificuldade de promover rupturas nas relações de poder político dentro do próprio arcabouço capitalista, serve de contextualização para a relevância da instituição do Estado e da conjuntura política para a reprodução do modo de produção.

A abordagem materialista de Poulantzas (2019)⁷ nos parece uma complementação rica à leitura de Osorio na medida em que versa sobre a relação do Estado com suas classes sociais e com a estrutura de poder presente em sua configuração. O autor realiza uma distinção entre os termos *político* e *política* que nos auxilia a captar a complexidade já mencionada entre o corpo institucional do Estado e as relações de poder político. O *político* seria este primeiro, uma superestrutura estatal materializada em seu aparelho e instâncias políticas, jurídicas e burocráticas em que se centraliza o poder. Implica um poder institucionalizado rígido com pouca ou nenhuma variação no espaço-tempo, sendo presente nas diferentes sociedades e posta entre elas de maneira distinta. A *política* expressa as disputas e o exercício das atividades políticas, econômicas e sociais. Representa o plano da luta de classes em sentido amplo, no qual se confrontam projetos antagônicos de sociedade, interesses de classe e estratégias políticas diversas dotadas de capacidade de conservar ou transformar o poder político.

Tal argumentação segue na linha de pensamento em que existe um poder político responsável por organizar a vida comum, e um Estado que possui simultaneamente as funções de “constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social” e de representar “a estrutura na qual se condensam as contradições dos diversos níveis de uma formação” (Poulantzas, 2019, p. 46). Assim, reforça-se o arcabouço teórico construído até o momento, enfatizando que o poder representa a capacidade de uma classe de impor seus interesses e objetivos, enquanto o Estado atua como ferramenta de realização. Por óbvio, toda essa relação é fundamentalmente de classe, estando as lutas e conflitos sociais localizadas na *política*, isto é, no nível de análise das práticas.

O exemplo do *tanquetazo* mencionado acima ilustra essa situação. Denota-se um movimento de disputas sociais efervescentes no campo das práticas (*política*), uma vez que a tentativa frustrada de levante militar expressou um acirramento das contradições sociais, uma

⁷ Há uma distinção entre Osorio e Poulantzas no que concerne aos termos de classe reinante. Em Poulantzas (2019), há uma classe hegemônica, uma classe reinante e uma classe detentora. A classe hegemônica é aquela que domina o bloco no poder. A classe reinante é aquela que domina a cena política. A classe detentora é aquela que domina o aparelho de Estado. Seguimos neste trabalho com a leitura de Osorio sobre os termos, assimilando a classe reinante como sendo aquela que ocupa os principais cargos institucionais dentro do aparelho de Estado, o que em termos poulantzianos seria uma mescla entre classe reinante e classe detentora.

intensa polarização de classe, a radicalização dos movimentos populares e uma ofensiva marcante da burguesia e do imperialismo. Representa, portanto, uma manifestação concreta das disputas políticas em curso e da luta entre projetos sociais distintos no interior da formação social chilena. Nos termos de Poulantzas, temos uma situação em que o campo da *política* se apresenta severamente conturbado, tendo o Estado a responsabilidade de agir como árbitro para organizar os conflitos e sustentar as bases da vida social.

Pelas vias do plano *político*, no interior da materialidade estatal, a ação de um setor das Forças Armadas — principal recurso do monopólio da força estatal — revela fissuras nessa superestrutura, mas não uma ruptura completa. A intervenção do general Carlos Prats para conter o levante e reafirmar a disciplina institucional expressa a tentativa de preservar a coerência formal do *político*, isto é, a unidade do Estado enquanto instância relativamente autônoma frente às lutas sociais que o atravessavam. O *tanquetazo* evidencia um ponto central da teoria de Poulantzas e dos demais autores mencionados neste arcabouço: o Estado não é um bloco homogêneo nem um simples instrumento direto de uma classe, mas uma condensação material das relações sociais. Embora a *política* estivesse profundamente polarizada, a superestrutura estatal não havia se quebrado em definitivo: a hierarquia militar, as instâncias jurídicas e constitucionais do governo mantinham, ainda que de maneira instável, uma articulação funcional.

A ilusão que emergiu naquele momento — e que Poulantzas critica de modo contundente — foi a crença de que a legalidade estatal e a institucionalidade do *político* poderiam conter indefinidamente a radicalização da *política*. A contenção do *tanquetazo* foi interpretada por amplos setores como prova de que o braço armado do Estado permaneceria neutro ou fiel à ordem constitucional. Do ponto de vista poulantziano, isso significou ignorar que o Estado, enquanto *político*, não está acima da luta de classes, mas se reconfigura à medida que as correlações de forças se alteram. Assim, o golpe de setembro de 1973 revela a defasagem temporal entre *política* e *político*. Enquanto a *política* já havia atingido um grau elevado de antagonismo social, o *político* só se reorganizou plenamente quando a burguesia e o imperialismo lograram consolidar uma nova hegemonia no interior do Estado, particularmente no aparelho militar. Sendo assim, o *tanquetazo* aparece como um momento intermediário: a *política* já apontava para a ruptura, mas o *político* ainda não havia sido completamente reestruturado para viabilizá-la.

Em síntese, esse exemplo ilustra a distinção de Poulantzas (2019) de que a radicalização das lutas sociais não se traduz automaticamente em transformação do Estado. A contenção

momentânea do golpe militar demonstrou a autonomia relativa dessa superestrutura, dotada de monopólio da força. Os revolucionários chilenos falharam em utilizar esse momento para subverter a correlação de forças em favor dos dominados e transformar o poder político. O que se seguiu foi uma nova ofensiva burguesa que conseguiu realizar o que os revolucionários não conseguiram. Uma vez reorganizadas as instâncias estatais em uma formação autoritária, o Estado pode atuar decisivamente para bloquear e reverter processos de transformação social.

Partindo da definição mais geral da estrutura jurídico-política e do Estado, o autor diferencia o *poder de Estado*, os *aparelhos de Estado* e os *centros de poder*. Para ele, são as classes que detêm o poder e não as instituições, porém, esse poder se organiza em *centros de poder* que possuem uma autonomia própria, mas que se localizam muitas vezes no *aparelho de Estado*, ainda que possam ser deslocados em situações específicas (Fernandes, 2019, p. 5, ênfase do autor).

Com isso, destacamos um último conceito de Poulantzas (2019) que julgamos essencial para empreender a análise do subimperialismo brasileiro: o bloco no poder. Essa categoria visa explicar como a dominação de classe se organiza concretamente no interior do Estado capitalista, evitando tanto uma visão instrumentalista do Estado — que descartamos acima com as leituras de Offe, Osorio e Marini — quanto a ideia de uma burguesia homogênea desprovida de conflitos internos. O bloco no poder expressa a unidade (ainda que contraditória) de frações da classe dominante voltada para a obtenção de objetivos gerais relacionados à manutenção das relações capitalistas. Em um dado período histórico, essas frações exercem a hegemonia política por meio do Estado e por meio de suas políticas buscam esses objetivos. O bloco não se confunde com uma classe social única, tampouco com uma simples aliança circunstancial⁸, mas designa uma configuração relativamente estável de forças sociais dominantes cuja articulação se realiza no plano estatal (Bugiato, 2014; Poulantzas, 2019).

Essas frações — que na conjuntura são burguesas — competem entre si e possuem estratégias distintas, por vezes entrando em conflito no que toca à orientação das políticas econômicas e sociais. O bloco no poder emerge como uma forma política de unificação dessas frações sob liderança hegemônica. Essa unificação não elimina os antagonismos internos e os objetivos particulares de cada fração, mas os organiza politicamente e controla os respectivos conflitos para garantir a reprodução do modo de acumulação capitalista no longo prazo. Nas palavras de Bugiato (2014, p. 84), esse bloco “não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais de produção. Sua unidade é

⁸ Poulantzas (2019) descreve mais detalhadamente a diferenciação entre bloco no poder, alianças e classes-apoios. Para nós, é suficiente compreender que essa categoria não se limita a uma aliança de momento.

garantida pelo interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, fazendo com que este atenda suas demandas”. Denota-se uma autonomia relativa do Estado, que pode contrariar interesses imediatos de determinadas frações burguesas para assegurar os interesses do bloco como um todo. Dessa forma, o bloco no poder não preexiste ao Estado, mas se constitui e se reconfigura por meio das práticas estatais.

Embora Poulantzas (2019) discorde de certas concepções gramscianas⁹, o autor defende a existência de uma esfera ideológica que se soma às esferas política e econômica para constituir uma hegemonia em um período histórico determinado. Por isso, ainda que seja composto por frações dominantes, a estabilidade do bloco no poder se vincula com a relação com as classes dominadas nessas três esferas. Assim, a hegemonia desse bloco pressupõe certas concessões a interesses “comuns”, mecanismos ideológicos de legitimação e formas de integração subordinadas das classes subalternas. Quando esses mecanismos entram em colapso, o bloco pode enfrentar crises de hegemonia, reconfigurações internas ou soluções autoritárias como Estados de exceção, ditaduras e regimes militares. Nesse ínterim, a análise do bloco no poder permite compreender o porquê e como determinados regimes políticos emergem em contextos de crise. Isso será fundamental para a análise pretendida sobre a conjuntura de consolidação do subimperialismo brasileiro.

Partimos para o próximo capítulo buscando usufruir do arcabouço construído acima para compreender a relevância do Estado para a consolidação desse estágio superior da economia dependente brasileira. Visamos ilustrar suas implicações sociais, políticas, econômicas e ideológicas, bem como o papel desempenhado pelo autoritarismo para a consolidação do subimperialismo durante a conjuntura do regime da ditadura militar.

⁹ A crítica do autor a Gramsci passa em grande medida pela noção de hegemonia. Segundo Poulantzas, não há possibilidade de a hegemonia ser utilizada como uma estratégia do proletariado, possibilidade cabível, a princípio, na leitura gramsciana. Ademais, há uma crítica poulantziana de que não é possível uma classe se tornar hegemônica sem antes se tornar dominante. Para sustentar uma hegemonia, faz-se necessário ocupar a posição de classe dominante e tomar a sociedade política e o Estado mediante os seus interesses de longo prazo.

2 — A FORMAÇÃO “SUI GENERIS” DO ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE DO BRASIL E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

A formação econômica do Estado capitalista dependente do Brasil é inegavelmente complexa, sendo por esse motivo que nos restringimos a discutir acerca do capitalismo brasileiro em seu estágio mais avançado. Ao tratar da industrialização na América Latina, Bambirra (2013) realiza uma avaliação crítica, classificando os países em tipos A, B e C. Os países de tipo A são aqueles em que o processo de industrialização se deu antes da 2ª Guerra Mundial, como o caso do Brasil, Argentina, Chile, México e Uruguai, possuindo capital industrial estrangeiro e nacional. Economias de tipo B tiveram o processo de industrialização depois da 2ª Guerra, como Peru, Venezuela, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, entre outros, e possuem majoritariamente capital industrial estrangeiro. Países de tipo C apresentam economias sem diversificação industrial, como Paraguai e Haiti.

Naturalmente, economias de tipo A apresentam uma maior capacidade de projeção econômica em suas regiões quando comparadas com economias de tipo B e C. Todavia, o caso do Brasil se particulariza dentro do *cluster* de economias de tipo A pelos mecanismos que discutiremos a seguir e que levarão essa economia ao patamar subimperialista. De início, salientamos que a categoria subimperialismo — cunhada originalmente por Ruy Mauro Marini — expressa uma dinâmica específica alcançada pela economia do Brasil mediante o desenvolvimento do seu capitalismo dependente (Bambirra, 2013; Luce, 2014). Essa dinâmica se materializa no âmbito das transformações experienciadas pelo capitalismo mundial e pelos movimentos de exportação de capitais no cenário posterior à Segunda Guerra — de forma mais evidente nas décadas de 1960 e 1970 — que proporcionaram uma “hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal, e por consequência, o surgimento de potências capitalistas medianas, o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo” (Marini, 1977, p. 25, tradução nossa).

De maneira geral, o subimperialismo não se trata de um fenômeno exclusivo do Brasil. Encontra-se o emprego da categoria subimperialismo em outras conjunturas espaço-temporais, sendo muito recorrente sua utilização para países emergentes que apresentam movimentos expansionistas, como outros do BRICS tradicional¹⁰. Dito isso, existem trabalhos elencando países como África do Sul, Índia e China como países subimperialistas, embora a China nos pareça estar, como Luce (ibidem) argumenta, além desta categoria¹¹. De toda sorte, não nos

¹⁰ Lê-se Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, sem as inclusões verificadas a partir de 2024.

¹¹ A Rússia nos parece igualmente além desta categoria.

dedicaremos neste trabalho a realizar uma qualificação dos países que podem ou não ser enquadrados como subimperialistas¹², nos limitando a identificar as características próprias do subimperialismo brasileiro e as especificidades do seu funcionamento na América Latina. Logo,

em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira, que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que este não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (Marini, 2017, p. 25).

Domesticamente, o contexto de materialização dessa categoria coincide com o período da ditadura militar no Brasil. Buscaremos sustentar que a contemporaneidade destes fatores é um elemento substantivo, sendo o regime político do Estado — com caráter militar — relevante para essa formação econômica contraditória, conforme é mencionado por Marini (*ibidem*) na citação anterior. Em uma perspectiva mais ampla, trata-se de uma categoria que se localiza em um novo estágio do capitalismo dependente no Brasil, na mesma quadra histórica do imperialismo, porém dotada de especificidades que configuram uma nova economia mundial capitalista. Neste processo de integração hierarquizada do sistema capitalista, o Brasil passa a assumir uma posição intermediária entre centro e periferia, adquirindo novas funções dentro dessa dinâmica¹³ (Luce, 2011, 2014).

Os fluxos intensos de capital estrangeiro em direção à economia brasileira possibilitaram a constituição da primeira variável do subimperialismo: o aumento da composição orgânica do país — que se torna uma potência média —, ascendendo a uma etapa em que predominam os monopólios e um certo grau de operação do capital financeiro. Buscando operacionalizar o cálculo da composição orgânica, cuja origem discutimos anteriormente, Marini selecionou o coeficiente de manufaturas em proporção do PIB como medida de análise. Dessa forma, “estipulou como graus médios de composição orgânica aqueles países com uma produção manufatureira igual ou superior a 25% de seu produto interno, que naquele período — conforme dados da UNCTAD — era um índice observável em poucas economias subdesenvolvidas” (Luce, 2011, p. 4).

¹² Para uma análise mais criteriosa nesse aspecto, ver Luce (2014).

¹³ Como argumenta Luce (2011), essa categoria apresenta particularidades que não se confundem com a categoria de semiperiferia, incluída na teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein, ainda que faça parte desse universo. Não entraremos, neste trabalho, em uma discussão comparativa entre as teorias.

Entre os altos fluxos de exportação de capitais, destacaram-se os capitais privados sob a forma de investimentos estrangeiros diretos, que cresceram abruptamente a partir dos anos 1960. Os IEDs partem das potências imperialistas em direção a países da periferia, contemplando o Brasil como um dos receptores principais desses investimentos. Como Luce (2011, p. 5) argumenta, “entre 1969 e 1972, o mercado de euromoedas dobrava de volume, de US\$45 bilhões para US\$89 bilhões. E o Brasil se colocava na primeira fileira entre os receptores deste capital-dinheiro no mundo subdesenvolvido”. Os dados fornecidos por Marini em sua obra *A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo* nos auxiliam a compreender a relevância dos Estados Unidos, principal potência imperialista, para esse patamar elevado de IEDs para o mundo subdesenvolvido.

Figura 1 – Investimentos dos Estados Unidos no Exterior (em bilhões de dólares)

QUADRO 1- INVESTIMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR (EM BILHÕES DE DÓLARES)						
Classe de Investimentos	Total			Europa Ocidental	Canadá	América Latina
	1955	1965	1968*	1968*	1968*	1968*
Investimentos privados	29 136	81 197	101 900	28 124	31 679	17 077
A longo prazo	26 750	71 044	88 930	24 687	30 476	13 791
Diretos	19 395	49 474	64 756	19 386	10 488	11 010
Outros	7 355	21 570	24 174	5 301	10 988	2 781
Ativos de curto prazo	2 386	10 153	12 970	3 437	1 203	3 286
Crédito do Governo dos Estados Unidos	13 143	23 479	28 524	011	011	5 204
Total	65 076	120 176	146 134	39 658	31 694	22 281

Fonte: Marini (2012, p. 37)

A Figura 1 evidencia uma expansão quantitativa expressiva dos investimentos externos dos EUA entre 1955, 1965 e 1968. O total salta de aproximadamente US\$65 bilhões (1955) para US\$146 bilhões (1968), mais que dobrando em pouco mais de uma década. Essa expansão ilustra a forma com que a exportação de capitais passa a prevalecer estruturalmente sobre a exportação de mercadorias, indicando que o centro imperialista deixa de buscar apenas mercados consumidores e passa a buscar espaços diretos de valorização produtiva e financeira no exterior, reorganizando a acumulação em escala mundial (Hilferding, 1985). Essas exportações de capital não constituem um traço propriamente novo dessa conjuntura, mas

recebem um ganho substantivo de importância, expresso na quantidade dos investimentos realizados e na amplitude com que esses investimentos são visualizados na economia mundial.

Ademais, ainda que inferior à Europa Ocidental e ao Canadá em valores absolutos, a América Latina aparece como região estratégica, recebendo aproximadamente, em 1968: US\$17,1 bilhões em investimentos privados; US\$13,7 bilhões em investimentos de longo prazo; US\$11 bilhões em investimentos diretos; e US\$5,2 bilhões em crédito do governo dos EUA. Esse movimento demonstra a integração estrutural da periferia latino-americana ao circuito de valorização do capital imperialista, atuando como um espaço de absorção de excedentes, valorização produtiva, extração de mais-valor, geração de rendas financeiras e transferência estrutural de valor. No que tange a esta última, corrobora-se que, nesse período, passam a predominar as transferências vinculadas à propriedade do capital.

A Figura 2 destrincha os setores em que os IEDs estadunidenses foram alocados.

Figura 2 – Valor do Investimento Direto dos Estados Unidos no Exterior por tipo de atividade (em milhões de dólares)

QUADRO 2 – VALOR DO INVESTIMENTO DIRETO DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR POR TIPO DE ATIVIDADE (EM MILHÕES DE DÓLARES)			
Atividades	1950	1960	1970
Total	11 788	32 765	70 763
Manufaturas	3 831	11 152	29 450
Petróleo	3 390	10 948	19 985
Serviços Públicos	1 425	2 548	2 676
Mineração e Metalurgia	1 129	3 001	5 635
Comércio	762	2 397	5 832
Outros	1 251	2 709	7 194

Fonte: Marini (ibidem).

O IED estadunidense se concentrou principalmente em manufaturas, que sofreu um aumento de aproximadamente US\$3,8 milhões (1950) para US\$29,4 milhões (1970); e em petróleo, que avançou de US\$3.3 milhões (1950) para US\$19,9 milhões (1970). Esses números demonstram que as transformações geradas pelos fluxos de capital internacional não se limitam a uma ampliação do capital financeiro transnacional e do comércio internacional, mas de uma implementação direta de estruturas produtivas nos países periféricos. Nessa linha, Luce (2011, p. 5-6) nos informa que

Marini põe em destaque a imbricação entre a circulação internacional do capital-dinheiro e o capital produtivo da indústria manufatureira, nos ramos que cobraram

dinamismo no novo padrão de reprodução. Foi assim que medidas tomadas no plano doméstico foram ao encontro das expectativas de rentabilidade do capital portador de juros que, no contexto do *boom* financeiro dos setenta, encontraram em um subcentro econômico como o Brasil um espaço privilegiado de valorização. Marini aponta uma relação entre o movimento de exportações de capitais para o Brasil e o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, que elevou a composição orgânica da economia brasileira, impulsionando a indústria suntuária.

Partimos dessa primeira variável para compreender a forma com que o Brasil se descola de outras potências médias e se torna um país subimperialista em um “movimento dialético pelo qual o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau de composição orgânica do capital) e, como nova síntese de múltiplas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista), modificando as formas de funcionamento do capitalismo mundial” (Luce, 2014, p. 48). Embora implique uma nova fase da acumulação, esse movimento ocorre nos termos de sua subjugação às economias centrais, isto é, da dependência. Analogamente, se o imperialismo expressa a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo implica o mesmo para o capitalismo dependente do Brasil (Lenin, 2010; Luce, 2014). Agora um centro mediano de acumulação, o Brasil passa a configurar um novo elo do imperialismo na região, aumentando a capilaridade da hierarquia capitalista global na medida em que compõe um novo nível dentro daquela estrutura piramidal (Bueno; Seabra, 2012; Luce, 2014; Marini, 2013).

Nessa nova etapa, o Brasil se coloca como um dos beneficiários das tendências concentradoras e centralizadoras de capital (Luce, 2014). Em meio ao nível de abstração do sistema capitalista e a partir do

ponto de vista estritamente econômico [...] o subimperialismo se define, portanto:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, especialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (Marini, 2013, p. 40, ênfase do autor).

Esta afirmação de Marini opera em um nível intermediário de abstração (nível das formações econômicas-sociais) no qual o subimperialismo decorre do próprio processo de desenvolvimento capitalista da economia brasileira no contexto das transformações ocorridas no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir dos anos 1960. A nova divisão internacional do trabalho e os movimentos de internacionalização do capital produtivo, de

expansão de empresas transnacionais e redistribuição espacial das atividades industriais fizeram com que certas economias periféricas como o Brasil passassem a desempenhar funções mais complexas, assumindo papel intermediário na hierarquia do sistema. É por conta disso que o subimperialismo não emerge à margem do imperialismo central, mas como um desdobramento funcional da sua reestruturação que permitiu a ampliação da acumulação capitalista em escala mundial. Não obstante, operando “a partir das leis próprias da economia dependente”, o subimperialismo deve ser compreendido sob as determinações que regem este tipo de economia, sendo suas principais características a superexploração e as transferências de valor.

Com isso, emerge a relevância da segunda variável do subimperialismo — o esquema tripartite do capital —, e a forma com que ela passa a operar na economia brasileira nessa nova fase em seus três eixos principais: mercado externo, Estado e consumo suntuário. As transformações observadas por esse esquema surgem principalmente por conta de problemas de realização derivadas da alocação do grande capital transnacional no setor de bens duráveis e suntuários, majoritariamente, e em alguma medida no setor de bens de capital. A estratificação do mercado interno culmina em uma separação do que Marini reconhece como esferas de circulação. A esfera baixa de circulação corresponde ao circuito de mercadorias destinadas ao consumo popular, representada principalmente por bens de primeira necessidade, alimentos, vestuário simples etc. É baseada na demanda dos trabalhadores e limitada pela compressão salarial proveniente da superexploração, havendo baixa capacidade de absorção de uma produção industrial mais sofisticada. Em contrapartida, a esfera alta de circulação se refere ao consumo das classes altas e médias-altas, incluindo em maior quantidade bens de consumo duráveis, bens suntuários e bens de capital (Luce, 2011; Marini, 2017).

Contudo, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, verificam-se sinais de esgotamento do dinamismo da esfera alta de circulação na economia brasileira. É nessa conjuntura de restrição ao crédito que se fez mister a articulação entre Estado e mercado externo para dar vazão ao consumo de bens de maior composição do capital, incluindo o consumo de bens suntuários, isto é, aqueles aos quais as massas trabalhadoras não têm acesso em grau significativo. Buscando operacionalizar esse conceito, Marini parte da distribuição de renda tradicional do país e define os bens suntuários como aqueles que não podem ser consumidos em escala significativa se não pelos 20% mais ricos da população (Luce, 2011). Portanto, a superexploração, a estratificação do mercado interno e o esgotamento do consumo da alta esfera de circulação provocam uma cisão entre as fases do ciclo do capital, que expressa a dissociação entre a produção, a circulação e a realização do valor no interior da economia brasileira.

Em vez de um ciclo que começa e termina internamente, observa-se uma produção voltada para fora, enquanto o mercado interno permanece restrito. O subimperialismo se ancora nessa cisão na medida em que a realização do valor não depende exclusivamente de uma ampliação do mercado interno, mas da expansão para o exterior. Com isso, o consumo individual dos trabalhadores é sacrificado em prol da exportação para o mercado mundial, reduzindo os níveis de demanda interna e transformando este mercado mundial na única opção viável para contemplar satisfatoriamente estes setores produtivos da economia brasileira (Marini, 2017). Consequentemente, já nos anos 1960, setores como o de calçados passaram a buscar no exterior a demanda que não encontravam domesticamente (Luce, 2011).

Porém, entre as etapas de produção e exportação, existe um intervalo importante que dificultou a realização desse esquema, contexto em que o Estado foi de suma importância (Marini, 1971). Discutiremos mais detalhadamente, no capítulo seguinte, a alocação dos investimentos do Estado e a forma com que, nos diferentes governos da ditadura, a articulação entre os eixos do esquema tripartite foi essencial para o processo de realização do capital. Por ora, nos limitamos a argumentar que, a partir dos anos 1960, o Estado passa a agir diretamente sobre o processo de realização do capital, realizando investimentos e gastos públicos capazes de sustentar os setores onde estava localizado o grande capital, além de conceder auxílios financeiros não reembolsáveis (subvenções) em todas as esferas do governo (Luce, 2011).

O último elemento apontado por Marini (2013, p. 40) em sua definição do subimperialismo do ponto de vista estritamente econômico é a integração do capital nacional ao capital estrangeiro. Destaca-se que esse movimento representa a integração dos sistemas de produção, não uma simples internacionalização do mercado interno. Essa distinção apresenta relevância para o subimperialismo, visto que o que ocorre vai além da entrada de capitais externos para atender a uma demanda interna, mas há uma articulação entre capitais nacionais e estrangeiros em cadeias produtivas integradas, nas quais a economia brasileira passa a desempenhar funções específicas no processo global de valorização. Essa integração do capital nacional ao estrangeiro proporciona uma transformação do capital local em sócio subordinado do capital imperialista, permitindo-lhe exercer dominação econômica sobre economias latino-americanas ainda mais frágeis.

Esse argumento serve como ponto de partida para a terceira variável do subimperialismo no esquema de Luce (2011): a hegemonia em um subsistema regional de poder. Segundo ele, Argentina e Chile também expressavam uma composição orgânica média e um esquema de realização semelhante ao Brasil na década de 1970, ou seja, apresentavam semelhanças nas

duas primeiras variáveis. Porém, Marini não os enquadrrou como subimperialistas, sendo a diferença principal, no caso do Brasil, a existência de um projeto de influência própria para contrarrestar os problemas de realização, uma hegemonia regional na América Latina. Por isso Marini argumenta que, mesmo com os esforços de nações como Argentina e Chile para ascender ao patamar subimperialista, somente o Brasil parece expressar plenamente esse fenômeno na América Latina (Marini, 1992).

Em suma, esse projeto de hegemonia regional se baseia em uma política expansionista relativamente autônoma e tem início a partir da nova divisão internacional do trabalho e do novo modelo de industrialização do Brasil. Este se torna um provedor de bens intermediários e pesados para países vizinhos, afetando primeiro a Argentina, segunda maior composição orgânica da região, mas também todas as demais economias latinas. No âmbito doméstico, esse projeto se dá a partir do governo de Castelo Branco, reforçando nossa hipótese de que a participação do Estado e seu caráter militar foram essenciais para o processo. A análise de Marini (1967) não descreve apenas uma política expansionista ativa do governo Castelo Branco, mas identifica o esboço do projeto subimperialista, uma tentativa de converter o Brasil em um polo regional de acumulação articulado ao imperialismo central. Para ele,

a elite militar que encabeçou o golpe não só influenciou na luta de classes, mas apresentou todo um projeto econômico-político que consagrou a fusão dos seus interesses com o grande capital. Esse esquema foi o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (Marini, 1971, p. 1, tradução nossa).

A partir disso, o que ocorreu foi a elevação do Brasil ao *status* de potência hegemônica regional, modificando a estrutura produtiva da América Latina em seu benefício. A contrapartida foi a superespecialização dos demais países, que se deu nos termos que se acreditava que seriam a chave para a emancipação da América Latina, expondo os problemas do desenvolvimentismo¹⁴ e ressaltando o subimperialismo como um fenômeno agravante da dependência na região. No caso brasileiro, a política de hegemonia regional e o aumento de sua influência para um nível de liderança na América Latina foi construída sobre os marcos de uma

¹⁴ A crítica posta pela Teoria Marxista da Dependência a algumas teorias desenvolvimentistas muitas vezes aponta para o fato de que o desenvolvimentismo não incorre em benefícios ou avanços sociais reais para a periferia. Não nos propomos a realizar um debate alargado sobre os problemas do desenvolvimentismo, mas nos parece válido afirmar que o subimperialismo confirma a tendência exposta pela TMD tanto em relação à qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros — em um nível interno —, quanto em relação aos demais países latino-americanos — em um nível externo. Expressando a fase mais avançada do capitalismo dependente brasileiro, o subimperialismo não representa um progresso real em direção à quebra dos malefícios da dependência, mas uma nova conformação dentro dela, deslocando suas contradições.

cooperação antagônica com o imperialismo, a quarta e última variável do subimperialismo em conformidade com Luce (2011).

Ao performar um papel de liderança, o Brasil passa a agir mediante uma cooperação antagônica com o imperialismo vinculando-se aos centros do imperialismo — em especial ao seu grande *hegemon*, os Estados Unidos — e assume a função de estabilizar as relações imperialistas na América Latina, ao mesmo tempo em que recebe benefícios por apropriar-se de valor das nações mais débeis do continente. A cooperação antagônica foi relevante para os interesses estadunidenses, tendo em vista que essa dinâmica se consolida em meio à Guerra Fria, auxiliando na projeção político-econômica dos EUA nesse contexto. Desse modo, há uma colaboração entre Brasil e centros imperialistas, que mitiga limitadamente certos efeitos da dependência para o primeiro, ao mesmo tempo que sustenta e estabiliza as relações imperialistas na região (Luce, 2014; Marini, 2013; Rodrigues Júnior; Moura, 2018; Bueno; Seabra, 2012).

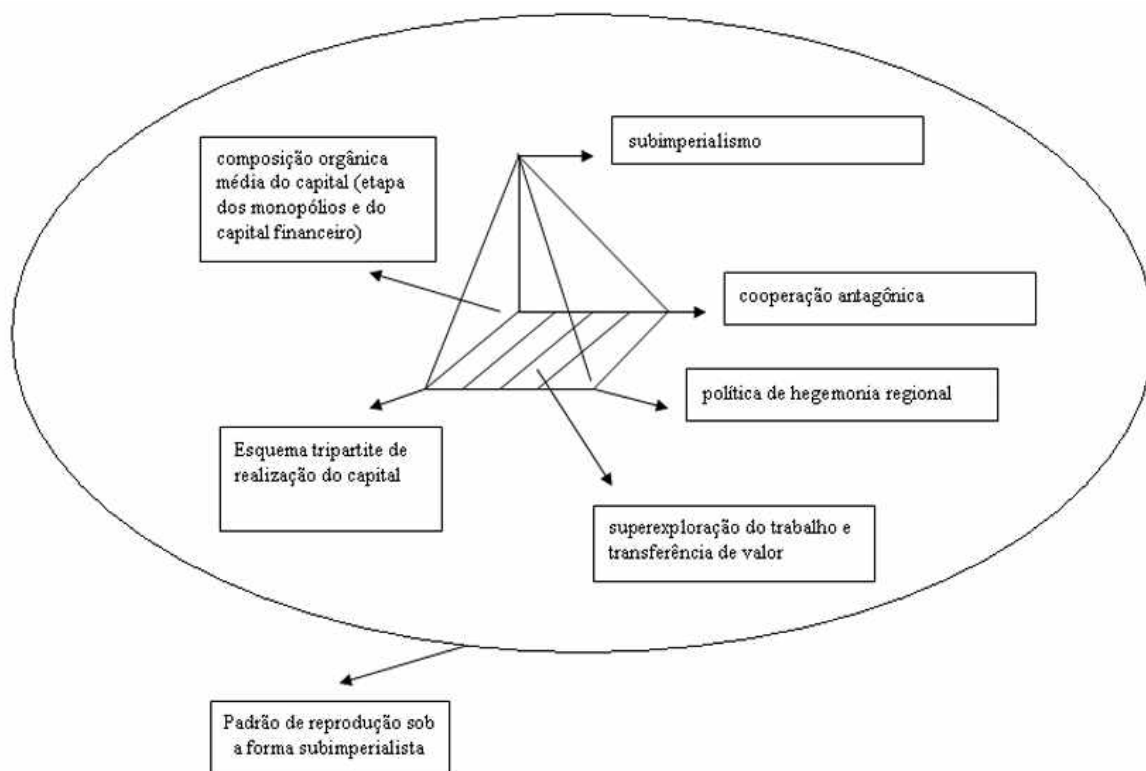
Então, o Brasil subimperialista exerce um papel ativo de colaboração com a manutenção da ordem capitalista global, atuando como mediador entre o imperialismo e as burguesias locais, enquanto busca galgar posições mais favoráveis dentro da hierarquia internacional (Marini, 2012a; Rodrigues Júnior; Moura, 2018). Por esse motivo, “o subimperialismo apresenta uma conjuntura na luta de classes específica em que as alianças estabelecidas no interior do bloco no poder são realizadas em vistas da busca de uma maior integração ao mercado mundial” (Bueno; Seabra, 2012, p. 4). Não há uma proposição de quebra com a dependência, mas um processo de integração dos sistemas de produção dos países dependentes latino-americanos ao imperialismo, tendo o Brasil assumido funções para viabilizar essa dinâmica. É através da cooperação antagônica que o subimperialismo brasileiro busca implementar uma política expansionista relativamente autônoma.

Embora não encerre as contradições inerentes ao capitalismo dependente, o subimperialismo brasileiro desloca essas contradições para novas configurações, conformando um duplo movimento: de predomínio, na América Latina; e de subalternidade, para com o centro. Representando a etapa monopólica e financeira da economia do Brasil, esse esquema econômico-político transforma o país em uma “plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países” (Fontes, 2010, p. 357). Sendo um país de composição orgânica média — a maior da América Latina, ainda que fora do patamar do centro —, o Brasil adquire capacidade de expropriar valor das demais nações latinas.

A Figura 3 ilustra a síntese dessa categoria, que por englobar todos esses elementos diferencia o subimperialismo de um simples “imperialismo de potências medianas” ou de

“subpotências”. Por meio dela, é possível valer-se dessa categoria para analisar esse fenômeno em diferentes países e economias, sabendo que cada um dos casos apresentará alguma particularidade.

Figura 3 – Nexos da categoria Subimperialismo para Luce (2011)



Fonte: Luce, 2011.

Considerando a integração entre capital nacional e estrangeiro, os interesses ligados à valorização podem estar relacionados tanto à burguesia local quanto ao capital estrangeiro. Com frequência, o que ocorre em um país subimperialista é uma associação entre a elite local e o grande capital (o capital estrangeiro, proveniente dos grandes centros imperialistas), de modo que a primeira oferece sociedade ao segundo. É essa a dinâmica presente no subimperialismo brasileiro a partir das décadas de 1960 e 1970, em que a elite militar reinante ofereceu sociedade ao capital estrangeiro, constituindo um bloco no poder e valendo-se do Estado para solucionar problemas de realização. Tendo visualizado as bases desse esquema econômico-político e desse

bloco no poder, convém partir para uma análise mais aprofundada de como se deu a atuação do Estado durante os governos da ditadura militar.

3 — O PAPEL DO ESTADO E DA DITADURA MILITAR NA CONSOLIDAÇÃO DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

Em consonância com o que foi trabalhado até o momento, argumentamos que o Estado capitalista se apresenta como figura chave para o bom funcionamento e reprodução da acumulação de capital, sendo esta relevância ainda mais particular nos casos de economias dependentes. Mencionamos também que, na região da América Latina, o desenvolvimento do capitalismo na economia brasileira observou uma trajetória única, responsável por alçar o país a um estágio subimperialista, constituindo um novo elo do imperialismo e ocupando uma posição intermediária entre as economias centrais e a periferia latino-americana.

Não há explicitamente um marco histórico decisivo que remeta ao momento em que o Brasil ascende ao estágio superior da sua economia dependente, haja vista que esse movimento é intrínseco ao próprio desenvolvimento do capitalismo no âmbito local. Contudo, baseando-se nas formulações de Marini, julgamos coerente afirmar que essa dinâmica se expressa de maneira inconfundível a partir da conjuntura da ditadura militar, sendo cristalizada nesse período — entre as décadas de 1960 e 1970 (Marini, 1971, 2017; Luce, 2011). Em outros termos, o evento do golpe de 1964 não caracteriza categoricamente a ascensão do subimperialismo na economia brasileira, mas as implicações econômicas, políticas e sociais do regime, em especial nos seus primeiros anos, foram uma expressão tácita dessa transformação.

Uma vez que o subimperialismo se trata de um fenômeno tão social e político quanto econômico, a formação político-social do Estado e a conjuntura da ditadura importam para a materialização dessa dinâmica *sui generis*. O que pretendemos realizar a seguir é um estudo acerca do porquê essa conjuntura importa e porque o Estado ditatorial brasileiro apresenta tamanha relevância. Iniciamos esse debate de onde terminamos o capítulo anterior, compreendendo a formação de um bloco no poder em que a elite militar reinante oferece sociedade ao grande capital, implementando um projeto econômico-político que se sustenta por meio dos elementos ilustrados pela figura de Luce (2011).

3.1. Governo Castelo Branco e Governo Costa e Silva (1964-1969)

A instauração do regime militar pode ser interpretada como um desdobramento da crise política e econômica que se aprofundava no Brasil no início dos anos 1960. Essa crise — marcada pela intensificação da luta de classes, pelas pressões por reformas progressistas e pelos problemas de realização do capital — urgiu uma intervenção militar que conseguisse operacionalizar, sob um governo autoritário, a reorganização necessária para garantir as bases

da acumulação (Jaeger, 2018). Contudo, não se limitou a uma reação conjuntural, mas representou também o momento constitutivo de um padrão específico do desenvolvimento capitalista no Brasil. O regime, que tem início com o governo do General Castelo Branco, dispunha dos artifícios políticos capazes de promover certa estabilização e assegurar as condições necessárias à reprodução da acumulação, consolidando a implementação dos interesses de frações da classe dominante da burguesia nacional em estreita articulação com o capital estrangeiro.

Marini (1971) afirma que o modelo econômico do Brasil até esse momento era semelhante ao da Alemanha nazista nos anos 1930, com a diferença da importância atribuída ao capital estrangeiro. O Brasil não tinha, em termos comparativos, a proeminência econômica e tecnológica dos alemães, muito menos o poderio militar para disputar novos mercados por meio da força. A solução encontrada foi oferecer sociedade aos monopólios estrangeiros, compartilhando os benefícios da superexploração do trabalhador brasileiro e dos ganhos relativos da expansão comercial. Isso significou uma aliança irrestrita com o capital estrangeiro, que consagrou esse esquema político-econômico que reconhecemos como subimperialismo. O imperialismo aceitou a participação no esquema político-econômico subimperialista brasileiro, mas impôs suas condições. O capital estrangeiro ampliou significativamente sua presença nos segmentos centrais da indústria pesada, bem como nas atividades de extração de recursos naturais estratégicos, como o minério de ferro. Da mesma forma, o setor de energia elétrica contou com forte financiamento proveniente de agências financeiras internacionais, evidenciando o interesse externo na consolidação da infraestrutura necessária ao aprofundamento da industrialização.

Nesse contexto, o Brasil destacou-se como o principal destinatário dos recursos vinculados à Aliança para o Progresso na América Latina. Apesar dessa ampla associação, a participação do capital estrangeiro foi acompanhada por restrições quanto ao desenvolvimento autônomo de setores considerados estratégicos pelas economias centrais. Em particular, houve resistência à expansão da indústria brasileira em áreas de alta intensidade tecnológica tradicionalmente monopolizadas pelos países avançados, como o setor aeronáutico. De modo semelhante, os Estados Unidos impuseram obstáculos às ambições brasileiras de domínio da tecnologia nuclear. Ainda que tais limitações tenham gerado tensões pontuais, elas não comprometeram o elemento central do padrão de desenvolvimento adotado, baseado na associação entre capital nacional e estrangeiro sob condições hierarquizadas (Marini, 1971).

Esse movimento sinaliza um marco importante na dinâmica capitalista em seu estágio mais avançado na economia dependente do Brasil. A aliança entre a classe reinante, as frações burguesas nacionais e o grande capital constituiu um novo bloco no poder na conjuntura político-econômica do Brasil, estruturando-o sob a égide do regime militar e valendo-se de mecanismos provenientes do Estado para manifestar seus interesses. Conforme evidenciado, esta unidade contraditória do bloco no poder articula-se no interior do Estado para organizar e viabilizar seu projeto hegemônico, que neste cenário específico expressou o esquema subimperialista brasileiro.

Então, a intervenção militar significou uma recomposição interna do bloco dominante na qual as Forças Armadas assumiram papel dirigente na coordenação dos interesses das frações burguesas. Essa direção política militarizada conferiu ao Estado maior capacidade de coerção e centralização decisória, elementos fundamentais para pavimentar o caminho para a consolidação de um novo padrão de reprodução do capital. Assim se estrutura a base da materialização do subimperialismo brasileiro, com a conformação de um novo bloco no poder e a necessidade de articular os mecanismos do Estado para superar o momento de intensos conflitos políticos e crise econômica. Esses mecanismos se conectam com os nexos do subimperialismo informados por Luce (2011) e podem incidir sobre as diversas esferas da categoria: social, política e econômica.

Em uma perspectiva mais sociopolítica, Marini (1967) atesta que o governo de Castelo Branco reforçou a cooperação militar com os Estados Unidos, assumindo papel ativo na contenção de movimentos nacional-populares na América Latina e no Brasil em especial. Esse movimento torna claro, em primeiro lugar, a atuação da cooperação antagônica no subimperialismo, inclusive sendo utilizada para viabilizar a implementação da política de hegemonia no sistema sub-regional da América Latina. Atrelando esse movimento à esfera econômica, nota-se a forma com que o Brasil passa a assumir um posto de estabilizador das contradições capitalistas na região, assegurando os interesses de reprodução das nações imperialistas ao passo que adquire vantagens dentro desse novo elo do imperialismo. É nesses termos que se verifica, na verdade, uma “extensão indireta do imperialismo estadunidense” (Marini, 2013, p. 130).

No cenário internacional, a década de 1960 foi marcada por uma grande efervescência política causada pela Guerra Fria. Nesse período, o Brasil — agora um líder regional — desempenha uma função importante de aproximação da América Latina à ideologia estadunidense, tendo sido compelido a se enquadrar na doutrina de segurança dos Estados

Unidos, caracterizada pelo intervencionismo. A contenção do socialismo e a estabilização política da América Latina abriram um pretexto, em um primeiro momento, para a manifestação concreta do golpe militar. Posteriormente, esses elementos se tornaram prioridades estratégicas da classe reinante, de modo que o Brasil se alinhou à Doutrina de Segurança Nacional internalizando a lógica geopolítica da bipolaridade e convertendo-a em política de Estado (Jaeger, 2018).

A Doutrina de Segurança Nacional se soma com os interesses dos setores onde estavam localizados o grande capital, especialmente os setores de bens duráveis, suntuários e de capital. Isso significa que esse capital estava concentrado em grande medida em grandes empresas e empreiteiras, que passaram a contar com a intervenção do Estado para resolver os problemas de realização, *a priori*, e expandir-se para a América do Sul como parte deste projeto de hegemonia regional, consequentemente (Jaeger, 2018). Em consonância com Luce (2007, p. 16), o traço definidor do regime militar “seria uma política expansionista agressiva praticada pela elite tecnocrático-militar que assumira o comando do aparato de Estado — política esta que ditaria os rumos do Brasil como intermediário do imperialismo estadunidense na América Latina nas próximas décadas”. Aqui, constata-se uma consonância entre as políticas da classe reinante e os interesses da classe dominante, conforme destacado no corpo teórico do presente trabalho.

Tratando dos anos 1960 e dos primeiros governos da ditadura, convém discorrer mais detalhadamente acerca do esquema tripartite de realização de mercadorias. O eixo do esquema subimperialista residia, basicamente, em problemas de mercado. No final desta década e no início da década seguinte, havia uma impossibilidade de sustentar o crescimento do setor de bens duráveis pelas razões já discutidas, sendo a principal delas o baixo potencial de absorção do mercado interno. Essa questão estrutural já havia levado governos anteriores, como João Goulart (1961-1964 pré-golpe), a tentar implementar mecanismos de redistribuição de renda — notadamente aumentos salariais — para dinamizar o mercado consumidor interno e alavancar, por conseguinte, a absorção dos bens duráveis e o dinamismo desse mercado. Essa tentativa trouxe grande pressão ao governo de João Goulart, uma vez que representava um conflito de interesses com as frações hegemônicas da classe dominante, em especial do grande capital (Marini, 1971).

Para fins de ilustração, destaca-se que a distribuição de renda impulsionava mais o consumo do setor de bens não duráveis, pois a classe trabalhadora, ao contemplar um aumento na sua renda, tendia a dedicá-la majoritariamente a itens necessários ou mais básicos,

principalmente produtos agrícolas e/ou industriais de consumo imediato como peças de vestuário. Ou seja, os setores dinamizados foram aqueles que o grande capital não produzia ou produzia em pequena escala. Não obstante, essas políticas afetavam duramente a mais-valia de empresas pequenas e médias, pois o aumento das remunerações dos trabalhadores reduzia a taxa de lucro, diminuindo a transferência de renda para a classe burguesa, que era a principal responsável por criar demanda por bens duráveis. Logo, a tentativa de cobrir a deterioração dos salários reais não foi suficiente para dinamizar o mercado interno do setor. Nesse mesmo momento, as exportações sofreram uma desaceleração, o que deixou a economia brasileira em uma crise notável (Marini, *ibidem*).

Restou a João Goulart ceder às pressões, passando a implementar medidas de estabilização monetária e restrição do crédito, o que em nível político levou à perda de sua base burguesa — constituída pelas camadas mais baixas da burguesia — simultaneamente com sua base popular — por conta da pressão negativa sobre a renda dos trabalhadores. Esse pano de fundo também foi importante para o golpe de 1964, somando-se à suposta ameaça socialista importada do exterior. A partir do golpe e durante o governo Castelo Branco, sua equipe tecnocrática passou a atender sobretudo aos interesses do grande capital. Em uma perspectiva ampla, as políticas estatais trataram de baixar ainda mais os salários dos trabalhadores — acirrando a superexploração —, e fomentar a centralização do capital na economia brasileira (Marini, *ibidem*).

O desenvolvimento do capital financeiro com instituições e bancos de investimentos e a facilitação das suas respectivas operações financeiras facilitaram as fusões e aquisições de empresas pequenas e médias pelas grandes. Estas últimas perderam competitividade e foram, em grande medida, adquiridas ou englobadas por empresas maiores, consolidando os monopólios na economia brasileira. Com isso, tem-se um agravamento da crise interna no país. A princípio, a saída para a crise de mercado consistia em exportar as manufaturas não absorvidas internamente, contando com o mercado mundial para contornar a baixa demanda doméstica. Contudo, para sustentar essa estratégia, o Estado brasileiro foi exigido mais uma vez (Marini, *ibidem*).

Na passagem dos anos 1960 para 1970, a economia mundial passou por um período de menor dinamismo em comparação com o imediato pós-guerra — acarretando algumas limitações ao mercado externo. É neste ponto que se verifica o principal problema de realização dos anos 1960, uma vez que a conjuntura requeria um certo tempo para que as exportações pudessem funcionar como solução viável para o sistema capitalista. Neste intervalo, houve um

acirramento ainda maior da superexploração como forma de compensar os baixos lucros capitalistas advindos dos setores do grande capital. Não somente, foi necessário o auxílio daquilo que Marini reconhece como a válvula de escape do esquema subimperialista: o Estado. Enquanto a conjuntura capitalista permanece a mesma, o Estado tem poder ilimitado para aumentar a demanda por bens de consumo duráveis, sustentando o setor até alcançar certa estabilidade na exportação desses bens. Assumindo formato autoritário e ditatorial, o Estado fez isso principalmente através dos gastos militares, o único meio efetivo de consumo supérfluo (Marini, *ibidem*).

A participação do Estado enquanto agente econômico decisivo para combater problemas de realização passa, em grande medida, pela expansão do gasto público em setores que demandam produtos industriais complexos. Nesse recorte, os gastos militares cumpriram essa função, incluindo a aquisição de equipamentos militares, veículos, sistemas de comunicação, infraestrutura logística e armamentos. Com isso, promoveu ainda uma mobilização em setores intensivos em capital e tecnologia, muitos dos quais também produziam bens de consumo duráveis ou compartilhavam cadeias produtivas com esses setores. O que se observa é a constituição de um complexo militar-industrial no Brasil, arquitetado e articulado por meio de uma política de investimentos e subsídios provenientes do Estado, que serviu como um meio de realização para o eixo subimperialista (Gouvea Neto, 1990; Luce, 2011).

O desenvolvimento desse complexo militar-industrial foi incentivado por razões políticas e econômicas, atendendo à estratégia de substituição das importações e de desenvolvimento tecnológico nacional ao mesmo tempo em que garantia a sustentação dos setores de interesse do grande capital, viabilizando suas exportações e a realização dessas mercadorias. A indústria militar passou a integrar o próprio sistema industrial brasileiro, reforçando a tese de que os gastos militares estimularam setores industriais de alta intensidade tecnológica. Além de combater um problema significativo de mercado, foi também uma estratégia de projeção política internacional do Brasil, o que entra em consonância com a busca por hegemonia regional do país dentro do esquema subimperialista (Gouvea Neto, 1990; Luce, 2011). A Figura 4 apresenta uma lista das principais empresas que constituíram a indústria bélica nesse período, bem como os produtos oferecidos por cada uma delas.

Figura 4 – Indústria Bélica Brasileira: Principais Empresas e Produtos (1985)

Empresas	Produtos/Atividades
ABC	Sistemas e Componentes Eletrônicos
Aeromoto	Aviação Eletrônica
Amadeu Rossi S.A. Metalúrgica e Munições	Espingarda, Rifles, Munições
AME	Motocicletas para Polícia e Forças Armadas
Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ)	Construtor de Navios e de <i>Offshore</i>
Avibras Aeroespacial	Foguetes Sonoros e de Saturação p/ Artilharia
Bernardini	Tanques, Modernização de Equipamentos Militares
Cia. Brasileira de Cartuchos (CBC)	Munição Militar
Cia. Comércio e Navegação - Estaleiro Mauá	Construtor de Navios
Cia. de Explosivos Valparaíba	Granadas de Mão, Detonadores
Datanav Engenharia	Sistemas de Radar
DF Vasconcellos S.A.	<i>Optronics</i>
Embraer - Empr. Brasileira de Aeronáutica S.A.	Aeronaves
Ede	Aviação Eletrônica
Engesa - Engenheiros Especializados	Veículos Blindados, Sistemas Eletrônicos, Pistolas, Munições, Explosivos, Suspensão
Engetrônica	Aviação Eletrônica
ENARM	Submetralhadora etc.
Equitel	Sistemas de Radar
Ericsson	Sistemas de Radar
Ferranti do Brasil	Sistemas Navais
Ford do Brasil S.A.	Veículos Militares
FI - Indústria e Comércio Ltda.	Munição Naval
Helibras - Helicópteros do Brasil S.A.	Helicópteros
Hidroar - Indústria Metalúrgica S.A.	Pistolas
IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil	Armamento Leve, Munições
Indústrias Reunidas Caneco S.A.	Construtor de Navios
Ishibras - Ishikawajima do Brasil	Construtor de Navios
MacLaren	Construtor de Navios
Microlab	Aviação Eletrônica
Moto Peças S.A.	Modernização de Equipamentos Militares
MWM Motores Diesel	Motores
Novatração - Artefatos de Borracha S.A.	Coxim de Borracha para Esteira de Tanque etc.
Órbita	Mísseis, Sistemas Aeroespaciais
Pirelli	Aviação Eletrônica
Prologo	Eletrônica
Química Tupan S.A.	Pirotecnia Civil/Militar, Munição
Saturnia S.A.	Baterias e Produtos Eletrônicos
Siteltra S.A.	Equipamentos Multicanal, Rádios etc.
SFB Informática	Sistemas Eletrônicos
Taurus S.A.	Armas de Fogo
Tecnasa	Sistemas de Radar
Verolme Estaleiros Reunidos S.A.	Construtor de Navios

Fonte: *Military Technology*, 10/1985, p. 92-119; *Infostrat* 1, 1986; *Segurança & Defesa*, nº 3, jan/fev 1985; *Jane's Defense Weekly*, 16-08-1986, p. 256 e *INFO*, abr 1987, p. 28-33.

Fonte: Gouvea Neto, 1990.

O complexo militar-industrial também promoveu certa interseção entre cadeias produtivas militares e civis, envolvendo setores industriais complexos como automóveis,

metalurgia, eletrônicos, telecomunicações e aeronáutica. A partir dos anos 1969, estudos de Brustolin (2021) indicam uma gama múltipla de inovações que possuíam caráter dual, ou seja, que atendiam a finalidades militares e civis. A Figura 5 representa um recorte dos estudos do autor até os anos 1990, apontando as principais inovações desenvolvidas no contexto da ditadura até os anos imediatos após a redemocratização. A figura completa ainda contempla inovações dos anos 2000, que escolhemos ignorar neste trabalho por se afastarem do objeto de estudo da pesquisa¹⁵.

Figura 5 – Inovações militares desenvolvidas no Brasil e apresentadas como de uso múltiplo

1969 - 1971:	"Creation and implementation of <i>Embraer</i> . Projects of <i>Ipanema</i> and <i>Xavante</i> , base of the Brazilian aeronautical industry.
1970s:	- Self-propelled devices gave rise to missiles, anti-tank rockets and, more recently, the Satellite Launch Vehicle.
	- Armored vehicles on wheels (<i>Urutu</i> and <i>Cascavel</i>) – boomerang suspension also used in off-road vehicles for civilian use.
	- PAL-M TV system – project developed at the Military Institute of Engineering (IME) aiming at monitoring military operations.
1980s:	- Navy Nuclear Program – submarine with nuclear propulsion; uranium enrichment by ultracentrifugation (technology already mastered).
	- Army Nuclear Program – reactor technology; obtaining high purity graphite.
1990s:	- Research into carbon fiber technology begins.
	- Food irradiation.

Fonte: Brustolin, 2021.

Portanto, o Estado usufruiu do consumo supérfluo (ou improdutivo) em equipamentos militares de maneira estratégica. Com isso, estimulou outros setores industriais e passou a criar demanda para absorver parte da produção de bens duráveis, sustentando essa dinâmica até que o mercado externo pudesse efetivamente demandá-los. Por isso, como Marini (1971, p. 8, tradução nossa) insinua, “a militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial, é a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo foi

¹⁵ Embora o estudo de Brustolin (2021) se inicie em 1969, veremos que os investimentos estatais em setores de alto encadeamento industrial desde o início da ditadura já contribuíam para a dinamização de vários setores em que o grande capital estava inserido em maior escala. Naturalmente, a participação dos investimentos do complexo militar-industrial em itens duais não se inicia somente a partir de 1969.

para a Alemanha dos anos 1930”. Em outros termos, o caráter militar do Estado nesse contexto foi essencial para a materialização do subimperialismo.

Por um lado, a saída da crise consistia em exportar manufaturas tanto de bens duráveis quanto não duráveis, pois estas últimas também contribuíam para aumentar o nível tecnológico das empresas locais e facilitavam a absorção de bens de capital. Por outro lado, tinha-se o objetivo de elevar o poder de compra do Estado através do desenvolvimento de infraestruturas de transportes, infraestrutura elétrica e do reequipamento das forças armadas, permitindo a expansão do mercado brasileiro de bens de capital (Marini, *ibidem*).

Convém ilustrar em números a participação do Estado e do gasto público na economia brasileira desse período. O gasto público do Estado cresceu significativamente, alcançando proporções elevadas do PIB (Luce, 2011). Mediante dados fornecidos por Marini a partir de Baer *et al* (1973), houve um crescimento de 20% do PIB em 1950 para 34% do PIB em 1969, excluindo-se os gastos de empresas estatais. Se forem incluídas as despesas de empresas estatais, o gasto público chega a incluir mais de 60% dos investimentos fixos do país nesse período, indicando uma presença crucial do Estado enquanto agente econômico no Brasil.

Figura 6 – Origem do Investimento Fixo no Brasil em 1969 (em % do PIB)

	Em % do PIB	Em % do Investimento Fixo
Governo.....	5,6	33,9
Empresas do Governo.....	4,4	26,7
Empresas Privadas.....	6,5	39,4
	16,5	100,0

FONTE: Calculados com base nos dados publicados em *Conjuntura Econômica*, (junho de 1973), pp. 89-90, e *Conjuntura Econômica*, (setembro 1971).

Fonte: Baer *et al* (1973).

Em uma outra estimativa auferida pelos autores, os gastos públicos somados do governo com as empresas estatais chegam a 50% do PIB nesse mesmo período. A diferença entre a

Figura 6 e a Figura 7 reside principalmente no fato de que os autores excluem, nesta segunda, os gastos dos governos municipais, fazendo com que as porcentagens sofram uma redução. Todavia, em uma perspectiva mais ampla, essa medida é relevante para informar o grau de participação do Estado na macroeconomia brasileira durante esse contexto, contribuindo ativamente para a materialização do subimperialismo. Também são qualificados, na Figura 7, os setores em que se concentraram esses gastos estatais.

Figura 7 – Despesas Totais do Setor Público por Setores de Atividade Econômica no Brasil, em 1969 (em % do PIB)

Setores de Atividade	Governo*	Empresas Governamentais	Total
Educação.....	3	—	3
Energia.....	1	3	4
Governo e Administração Geral.....	9	—	9
Intermediários Financeiros	—	3	3
Manufatura e Diversos...	—	7	7
Trabalho, Previdência e Assistência.....	8	—	8
Transporte e Comércio...	6	2	8
Saúde e Saneamento...	2	—	2
Agricultura e Abastecimento.....	1	—	1
Defesa e Segurança.....	3	—	3
Serviços Públicos Urbanos	1	1	2
Total	34	36	50

FONTES: FGV/IBRE/CEF e IPEA/INPES.

* Inclui autarquias.

Fonte: Baer *et al* (ibidem).

Esses dados corroboram o papel central do Estado enquanto agente econômico no Brasil, chegando a ser responsável por pelo menos metade da atividade econômica em proporção do PIB até 1969. Através dessas informações, nota-se uma concentração em setores associados à infraestrutura, conforme destacado anteriormente por Gouvea Neto (1990), Marini (1971) e Luce (2011). Isso se visualiza pelos gastos públicos ligados à Energia (4% do PIB),

Transporte e Comércio (8% do PIB), Administração Geral (9% do PIB) e Defesa e Segurança (3% do PIB). Esses setores possuem em comum o fato de demandarem bens intensivos em capital e tecnologia — aqueles que o grande capital produzia em maior escala —, tais como equipamentos industriais, veículos, sistemas de comunicação, máquinas pesadas e infraestrutura logística. Portanto, a atuação estatal nessas áreas funcionou como um importante mecanismo de demanda e absorção da produção industrial, particularmente em um contexto no qual a restrição estrutural do mercado interno e o menor dinamismo do mercado mundial limitava o consumo desses bens.

Convém ressaltar que a proporção de 3% em relação ao PIB em gastos com Defesa e Segurança representa um montante expressivo para o setor. Segundo dados do IPEA (2012) extraídos do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) referentes aos países com maiores gastos militares do mundo entre 2010-2011, os gastos públicos do Brasil nesse setor representavam “apenas” 1,6% do PIB, metade do que foi dispendido nos anos 1960. Nesse mesmo íterim, em consonância com o SIPRI (2025), a média dos gastos militares mundiais sofreu um aumento durante a transição década de 2010 para 2020, chegando ao patamar de 2,5% do PIB em 2024.

Buscando um melhor detalhamento acerca do quanto o item “Defesa e Segurança” para Baer *et al* (1973) expressa efetivamente gastos militares, cruzamos os dados anteriores com outros dados do SIPRI (2019) para constatar que o maior valor referente a gastos militares do Estado brasileiro nos últimos 60 anos foi, efetivamente, na década de 1960, ultrapassando 3% em relação ao PIB. A Figura 8 ilustra o achado.

Figura 8 – Gastos militares do Brasil em % do PIB (1960-2020)

Fonte: Elaboração de IndexMundi via dados do SIPRI (2019).

Assim, tem-se mais clareza a respeito da soma elevada em proporção do PIB dispendida pelo Estado brasileiro nesse contexto nos setores envolvendo as Forças Armadas, defesa e segurança nacional. Observamos que, nos primeiros anos da ditadura militar, o Estado atuou especialmente como um polo de demanda para setores industriais estratégicos. Fomentou, através do complexo militar-industrial, setores duais como metalurgia pesada, indústria automobilística, eletrônica, telecomunicações e engenharia mecânica (Gouvea Neto, 1990; Brustolin, 2021). Esse papel ativo na economia brasileira se dá majoritariamente sobre o capital privado, oferecendo também subvenções diretas ou indiretas a empresas privadas, articulando e guiando o seu desenvolvimento. Essas subvenções correspondiam a auxílios financeiros não reembolsáveis — um “fundo perdido” — e eram concedidos pelo governo federal, estadual ou municipal a empresas e entidades para cobrir despesas de custeio, investimentos ou incentivar atividades específicas (Luce, 2011).

Luce (2011, p. 7) ilustra que, no fim dos anos 1960, as subvenções diretas no Brasil englobavam mais da metade do total da arrecadação do Estado via impostos diretos, enquanto as subvenções indiretas (isenções de impostos a exportadores de manufaturas) correspondiam

a 50% do custo de produção dos artigos exportados. Esses dados nos permitem visualizar empiricamente as concepções abordadas sobre a relação do Estado capitalista com o próprio sistema. Nota-se que, nesse contexto, o Estado brasileiro renunciou a parte significativa de sua arrecadação — intrínseca a sua sobrevivência — para garantir a reprodução da acumulação a longo prazo. A princípio, estímulos à economia podem ser interpretados como um interesse comum, mas, por trás da máscara da fetichização do Estado pelo capital, é possível perceber os interesses das frações hegemônicas sendo privilegiados, em especial do grande capital.

Os gastos públicos provenientes das demandas e aquisições governamentais, somando-se com as subvenções e auxílios acordados com empresas privadas expressam expedientes de espoliação. Em outros termos, recursos públicos são transferidos para o setor privado, característica marcante em Estados capitalistas dependentes, mas que, no Brasil, adquire contornos particulares. A militarização do aparato estatal foi essencial para isso, garantindo um padrão de acumulação baseado na superexploração da força de trabalho, enquanto os recursos públicos funcionavam como instrumentos de sustentação da demanda para os setores industriais mais tecnologicamente avançados. Portanto, esses números reforçam a importância da dimensão militar para a sustentação da dinâmica de acumulação e, conseqüentemente, para a cristalização do subimperialismo na economia brasileira.

Na perspectiva do subimperialismo, esse capitalismo de origem particular se ancora nas transferências de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, garantindo um mercado para uma indústria altamente tecnológica, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo dos trabalhadores. Neste momento, visualiza-se de maneira mais objetiva a separação entre a esfera alta e a esfera baixa de circulação nacional, causada principalmente pela nova articulação do Estado com o mercado externo para garantir a realização do capital. Esse movimento, que foi pavimentado por intermédio do complexo militar-industrial e com elevados gastos públicos em infraestrutura e investimentos em setores de ponta, resultou em um crescimento das exportações de 1963 (1,4 milhão de dólares) até 1969 (2,3 milhões de dólares) que se fez à custa do mercado interno (Marini, 1971).

Neste período, o crescimento das exportações contou significativamente com a carne de vaca, além das manufaturas. A primeira se deu devido ao aumento dos preços internos do produto, enquanto as últimas contaram com subsídios do governo para exportação. Após observar uma melhora em 1966, o ritmo de crescimento da economia brasileira voltou a cair no primeiro trimestre de 1967, enfatizando que a expansão do comércio exterior a longo prazo somente poderia converter-se em uma ferramenta de realização se o Estado interviesse para

atender às necessidades da indústria sem provocar aumento inflacionário. No fim do governo Castelo Branco, iniciaram-se políticas de distribuição de crédito pelo governo para empresas com o intuito de amortizar os efeitos da depressão. O governo de Costa e Silva incrementou essas políticas, havendo inclusive uma tentativa de revitalização do mercado interno com maior flexibilidade salarial. Contudo, uma vez mais, a flexibilidade das políticas salariais não desaguou em um maior consumo de bens duráveis, retornando à lógica falha evidenciada anteriormente no governo João Goulart (Marini, *ibidem*).

A expansão do aparelho repressivo estatal acarretou, a nível político e social, outra característica de suma relevância da formação militar do Estado brasileiro. Conforme argumentamos anteriormente, Poulantzas (2019) sustenta que a estabilidade da hegemonia de um bloco no poder está relacionada à estabilidade de mecanismos ideológicos de legitimação e formas de integração subordinada das classes subalternas. O caráter autoritário fortaleceu o combate aos movimentos operários em um contexto de grande efervescência política dentro da luta de classes, articulando seu braço repressivo para promover um certo grau de estabilidade social internamente. Ao promover censura, inibe-se a disputa consensual, garantindo a hegemonia do bloco através da força. A ferramenta da coerção, da violência política e até mesmo militar é uma questão trabalhada por Marini para discutir a exploração das nações periféricas latino-americanas. No contexto da ditadura brasileira, essa violência foi utilizada internamente para reprimir as tensões provenientes da agudização das contradições de classe.

Em conformidade com nosso autor, essa “crise conjuntural” culmina em uma sociedade militarizada na qual os mecanismos de dominação da burguesia — a qual, lembramos, é a classe dominante da conjuntura — são substituídos por um momento de violência aberta, com foco nas forças armadas (Marini, 2013, p. 183). Ele completa: “Este processo altera radicalmente os marcos nos quais se desenrola a luta de classes e deixa as vanguardas de esquerda diante de condições de luta muito distintas das que prevaleciam até 1964 — condições essas que, mesmo sob um continuado processo de enfraquecimento, seguiram vigentes nos anos seguintes”. A repressão militar desmobilizou a organização das vanguardas da esquerda, o que dificultou a mobilização coletiva e reforçou a dominação burguesa da época, que se vinculava à elite reinante, os militares.

Soma-se a isso o fato de que houve um controle superficial dos veículos e instâncias promotoras de consenso social, inibindo ainda mais qualquer tipo de retomada das atividades que se opunham à organização social vigente. Então, a lógica instaurada pela ditadura inaugura um mecanismo de repressão que articula o aparato político, social e ideológico brasileiro a fim

de legitimizar um modo de acumulação específico, tornando hegemônico um bloco no poder em que a elite militar reinante oferece sociedade ao grande capital. Com isso, viabiliza a implementação de políticas para contenção salarial, centralização do capital e facilitação da superexploração, cristalizando a hegemonia dos monopólios industriais e do capital financeiro internacional que, nesse momento, se vincula ao nacional. Esse movimento é expresso de maneira clara com a declaração do Ato Institucional nº 5 (o popular AI-5), no governo de Costa e Silva (1968), que representou uma resposta da ditadura às reivindicações dos trabalhadores.

No plano econômico, o AI-5 auxiliou o governo a retomar as medidas de repressão salarial, reduzindo ainda mais as remunerações dos trabalhadores e acirrando a superexploração da força de trabalho, atendendo parcialmente aos interesses da pequena e da média burguesias — que por um momento chegaram a apoiar as reivindicações — e integralmente aos do grande capital. Por conta das menores remunerações, o salário-mínimo decaiu; e, por conta da transferência dessa renda para a burguesia, o salário-médio aumentou (Marini, 1971). A Figura 9 demonstra a queda do salário-mínimo real durante a conjuntura da ditadura, evidenciando o início da queda a partir do golpe militar de 1964.

Figura 9 — Movimentação do salário-mínimo real entre 1958 e 2018, em Reais



Fonte: Ipeadata com elaboração do Brasilemdados (Barrucho, 2024).

Logo, a pequena e a média burguesias passaram a receber novamente uma injeção de mais-valia, o que significou um aumento no poder de compra dessas frações. O aumento no consumo burguês, como vimos, corresponde em maior proporção aos setores de bens duráveis, suntuários e de capital. Portanto, o AI-5 se tornou um novo mecanismo de centralização de capital, transferindo um montante adicional da renda dos trabalhadores para setores diversos da burguesia e estimulando a absorção de mercadorias ligadas ao grande capital. Uma vez mais, uma política de cunho militar por parte do Estado contribuiu para consolidar um padrão específico de acumulação.

Em uma perspectiva mais ampla sobre o fim da década de 1960 e começo da década de 1970, uma outra participação fundamental do Estado para o bom funcionamento econômico foi o congelamento dos preços, controlando-os de maneira artificial para contrarrestar as pressões inflacionárias. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado nessa conjuntura, tinha como um de seus principais objetivos o combate à inflação e a promoção de certa estabilidade monetária. Esse plano se adaptou às dinâmicas conjunturais, valendo-se de uma política monetária restritiva com contenção do crédito e controle das remunerações por

meio da política que ficou conhecida como arrocho salarial, em que o reajuste dos trabalhadores se dava abaixo da inflação. Sendo assim, da perspectiva do salário real, houve uma deterioração do poder de compra da classe trabalhadora por conta do aumento inflacionário (Lucinda; Arvate, 2005).

Valendo-nos das contribuições de Offe (1984), discorremos no primeiro capítulo sobre a dependência dos impostos e sobre a acumulação como ponto de referência de um Estado capitalista, apontando a necessidade de arrecadação de capital para sustentar o exercício de suas atribuições e atividades. No longo prazo, o PAEG realizou reformas de caráter tributário e financeiro. A reforma tributária visava a ampliação das receitas governamentais, enquanto a reforma financeira modificou o mercado de capitais no país criando mecanismos de financiamento do déficit público baseados em títulos da dívida pública, como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). A criação do Banco Central também foi relevante para o avanço da financeirização no país, fortalecendo e facilitando a movimentação de capitais, o que abriu caminho para que o Brasil se consolidasse como uma economia com certo predomínio do capital financeiro (Velo; Villela; Giambiagi, 2008).

No limite, o PAEG não conseguiu reduzir a inflação para os patamares desejados e nem restaurar o dinamismo da economia brasileira, tendo sido necessário uma ampla participação do Estado enquanto agente econômico no país¹⁶. Ainda assim, fez parte da consolidação do novo padrão de acumulação no Brasil, facilitando a associação do capital nacional com o capital estrangeiro em setores estratégicos, amparados pelo Estado. Faz parte desse modelo a acumulação financeira, importante fator de concentração da propriedade e da renda, em conjunto com a nova política salarial, que implicava na perda de poder de compra por parte dos trabalhadores e na separação das esferas alta e baixa de circulação. Esse novo padrão de acumulação, portanto, privilegia essa sociedade entre o capital nacional e estrangeiro, principalmente na forma financeira e bancária (associação com o sistema financeiro internacional) (Lucinda; Arvate, 2005; Velo; Villela; Giambiagi, 2008).

Ainda na década de 1960, o governo de Costa e Silva implementou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), oferecendo incentivos ao investimento estatal. A medida vinha acompanhada da redução de custos através do controle do crédito e da manutenção da política de arrocho salarial, além do controle artificial dos preços. Em sua primeira fase, o PED buscou estimular setores com capacidade produtiva ociosa, e a segunda

¹⁶ Apesar das críticas, as mudanças estruturais evidenciadas no PAEG se mantiveram e moldaram as dinâmicas econômicas brasileiras. O surgimento do Bacen e a reforma tributária são exemplos disso.

fase contou com investimentos e maiores incentivos aos setores produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital (Hermann, 2005).

Então, visualiza-se através do PAEG e do PED e suas respectivas políticas um cenário no qual o Estado, o capital estrangeiro e o capital financeiro adquirem grande importância. Esse movimento expressa de maneira mais contundente aquilo que Marini concebe como a consolidação do esquema subimperialista na economia brasileira, observando a sociedade entre a elite local com o capital estrangeiro e notando que, a partir dos anos 1960 e 1970, houve uma aceleração na produção dos bens de consumo duráveis, onde se localizavam os investimentos do grande capital. A articulação do Estado foi essencial para expandir seus investimentos, subsídios e subvenções, estimulando setores estratégicos de interesse e sustentando um novo padrão de acumulação na economia brasileira. Outrossim, o AI-5 foi relevante para controlar as pressões sociais e impor medidas de repressão da base salarial e transferência de renda, viabilizando a implementação dos programas mencionados.

Esse foi o pano de fundo do popular “milagre econômico” do Brasil, cenário em que a economia brasileira chegou a atingir patamares extremamente elevados de crescimento (taxa média de 11% ao ano), com estabilidade de preços. É fato que o PIB brasileiro cresceu de maneira substantiva no período militar, em especial a partir de 1968. Entre 1968 e 1973, houve um período em que o patamar de crescimento alcançou marcas sem precedentes, atingindo 14% em 1973. A Figura 10 ilustra a taxa de crescimento da economia brasileira, ressaltando as proporções massivas do regime militar, em especial no recorte do milagre (Barrucho, 2024).

Figura 10 — Crescimento do PIB em % (1964-1985)

Fonte: Banco Mundial com elaboração de BBC News Brasil (Barrucho, 2024).

Entretanto, pelo que foi descrito anteriormente, nota-se que o milagre econômico apenas conseguiu associar o crescimento da economia com o controle de preços por conta do controle artificial destes últimos por parte do Estado, ou seja, o *trade-off* entre crescimento e inflação foi controlado pelos órgãos governamentais. Retomando as leituras trabalhadas sobre a Teoria Marxista da Dependência e as críticas postas ao desenvolvimentismo, evidencia-se que o processo de industrialização tem a capacidade de reforçar desigualdades, de modo que no milagre essa situação se agravou. Os mecanismos de concentração de renda e de transferência da renda para a burguesia, somados com o arrocho salarial e com a deterioração do poder de compra dos trabalhadores e com o divórcio entre as fases do ciclo do capital, tornaram piores as condições de vida da classe trabalhadora. Uma vez que ocorre uma nova articulação no esquema tripartite de realização de mercadorias, o mercado interno não constitui um impeditivo para que a acumulação ocorra, o que torna possível para o bloco no poder impor políticas danosas à classe trabalhadora sem comprometer a reprodução do novo padrão. Osorio nos fornece uma reflexão importante.

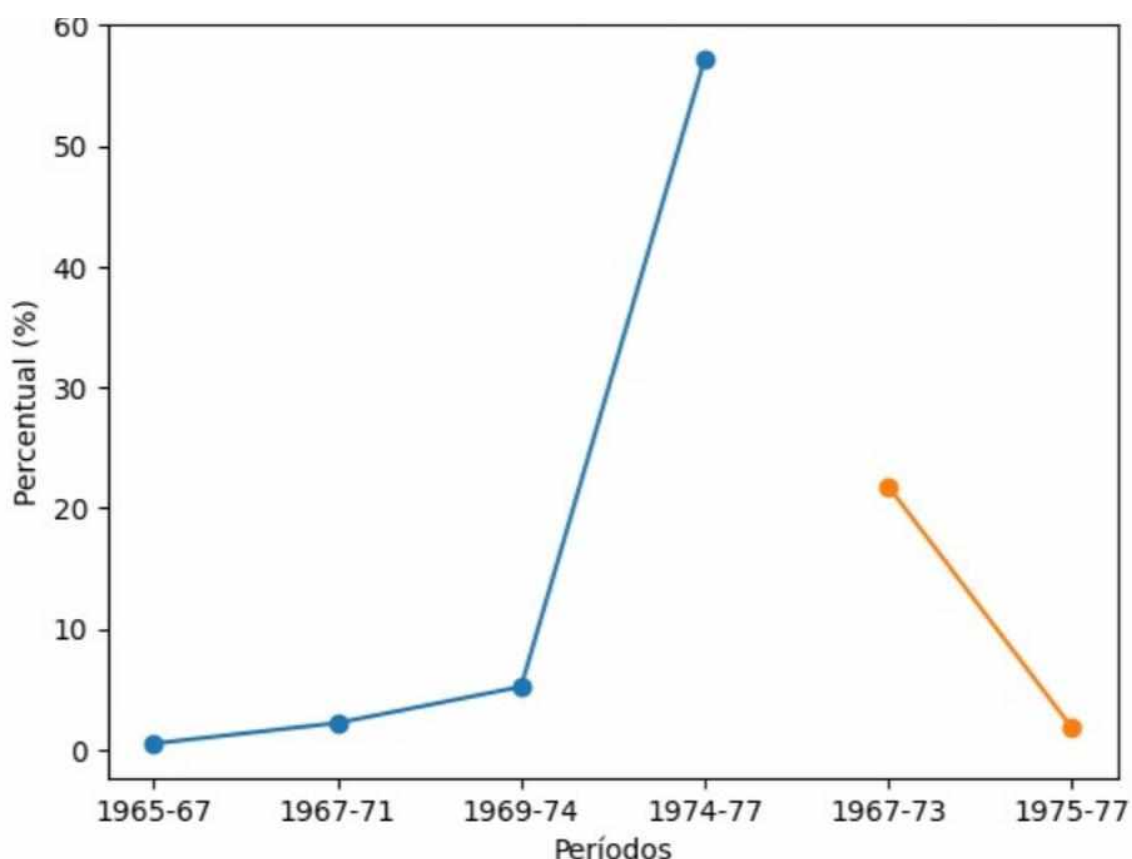
As crises servem proporcionam novas condições para a rentabilidade do capital, para voltar a propiciar a renovação do seu ciclo de reprodução e de suas contradições econômicas e sociais em seus novos estágios [...] Quando um novo padrão prevalece, o que temos é que o capital encontrou novas condições para reproduzir-se, provocando mudanças nos setores ou áreas que funcionarão como os eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção nos agentes que investirão, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (Osorio, 2005, p. 25-37).

No capítulo anterior, abordamos o esgotamento do dinamismo da esfera de alta circulação e a necessidade de uma nova articulação entre o Estado e o mercado externo. Uma vez explícita a base dessa articulação e a cisão entre as fases do ciclo do capital, nota-se uma tendência à monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário. Na medida em que se tem uma retração da produção interna (realizada para os trabalhadores) e uma ampliação da produção externa (realizada para o mercado mundial), temos como resultado uma produção voltada para segmentos de alta renda. O consumo suntuário — o 3º fator de realização do esquema tripartite — teria se configurado plenamente a partir de 1968, tendo sido resultado do desenvolvimento *sui generis* e pelo processo descrito acima. Na conjuntura em questão, os bens suntuários eram representados principalmente por automóveis, eletrodomésticos duráveis, produtos eletrônicos, bens de luxo, serviços mais sofisticados e demais mercadorias e serviços socialmente restritos¹⁷ (Luce, 2011).

A indústria automotriz representava grande parte do consumo suntuário, os veículos de transporte totalizavam entre metade e três quartos de todo o crédito para consumo do Brasil. Consequentemente, ajustes para garantir a realização do ciclo desses veículos se mostraram muito importantes para a dinâmica subimperialista e o novo esquema de mercadorias que o subimperialismo conformou. Os dados de Luce (2011, p. 8) ilustram a forma com que esse movimento de separação entre a produção e realização atuou sobre o setor automotriz, se intensificando durante o início dos anos 1970. No período de 1965-67, as exportações no setor correspondiam a 0,5% do total, número que subiu para 2,2% entre 1967-71 e posteriormente para 5,2% entre 1969-1974. O esgotamento do dinamismo da alta esfera de circulação a nível doméstico fez com que a atividade econômica no setor sofresse uma queda livre de 21,8% entre 1967-73 para 1,8% entre 1975-77. De maneira oposta, as exportações subiram em patamares espetaculares, pulando de 5,2% entre 1969-74 para 57,2% entre 1974-77.

¹⁷ É claro que a classe trabalhadora, especialmente após a possibilidade do endividamento, pode demandar esses tipos de bens. A questão é que o mercado interno não pode sustentar um modo de produção como esse na medida em que trabalhadores que adquiriram um bem suntuário em um ano não irão adquirir este mesmo bem no ano seguinte, exigindo a ampliação do mercado mundial e da produção externa para a estabilidade da acumulação.

Figura 11 — Setor automotriz brasileiro: exportações e dinamismo (1966-1977)



Fonte: Elaboração própria por meio do ChatGPT com dados de Luce (2011).

Elaboramos a Figura 11 para ilustrar esse movimento. A reta azul demonstra o avanço mais lento da participação das exportações no setor automotriz até o intervalo de 1969-74. Enquanto isso, a reta laranja demonstra a queda livre da atividade econômica do setor desde 1967, tendo chegado ao seu menor patamar entre 1974-77. Quase simultaneamente, a reta azul aponta para uma escalada sem precedentes da participação das exportações no setor nesse período, demonstrando a forma com que o subimperialismo consolida um novo esquema de realização que se vale cada vez mais do mercado externo. Além disso, Luce (2011) argumenta que esse movimento causou um aumento substantivo na participação da indústria automotriz no PIB industrial do Brasil, tendo este coeficiente atingido seu nível mais alto no ano de 1975. Esse recorde foi ultrapassado somente nos anos 2000, no contexto de crise global, por conta das políticas de isenção de impostos para a aquisição de carros praticadas pelo governo Lula.

Justifica-se em números a afirmação de Marini (2000, p. 25) de que “a exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários converte-se então na tábua

de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores articuladores que a afligem”. Esse novo padrão de realização das indústrias dinâmicas (bens suntuários e de capital) e das indústrias tradicionais expressa a adequação da produção à estrutura particular do capitalismo dependente no Brasil. Não somente, o aumento do coeficiente da indústria automotriz no PIB industrial nacional demonstra a tendência causada por esse novo esquema de extremar-se para a indústria suntuária. Em consonância com Marini (*ibidem*), a experiência particular do Brasil em meados dos anos 1960, nos primeiros anos da ditadura militar, demonstra a forma com que o subimperialismo expressou um novo padrão para superar contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo dependente na economia brasileira.

Assim, o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contornando as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital. [...] Assim, pensando na experiência analisada por Marini, essa forma do padrão se expressaria da seguinte forma, como um mecanismo particular subimperialista de contrarrestar as contradições tendentes à crise: 1) definindo os ramos da produção que compõe o eixo dinâmico do capital (indústria suntuária que expressa uma composição orgânica média); 2) produzindo uma configuração espacial com uma órbita própria para a reprodução desse capital (hegemonia no subsistema regional de poder e cooperação antagônica) e; 3) assegurando a unidade entre a produção e a circulação do valor (esquema tripartite de reprodução do capital) (Luce, 2011, p. 13-4).

O recorte temporal marcado pelo fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 — marcado em especial pelos governos de Castelo Branco e Costa e Silva — é aquele em que Marini (2000) reconhece, de maneira nítida, a conformação desse novo padrão e a consolidação do subimperialismo. Argumentaremos à frente que o subimperialismo brasileiro, ainda que tenha se consolidado nessa conjuntura, conta com a articulação do Estado e do regime militar através de diferentes maneiras, mecanismos e políticas em cenários posteriores para a realização deste novo padrão.

3.2. Governo Médici e Governo Geisel (1969-1979)

Conforme destacado anteriormente, durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), a economia brasileira atingiu patamares de crescimento surpreendentes, alinhando-se com o controle artificial dos preços para combater a inflação. A medida do arrocho salarial contribuiu para a aceleração da transferência de renda para a classe burguesa, uma vez que os ajustes salariais abaixo da inflação fizeram com que o salário real dos trabalhadores se deteriorasse, expressando um mecanismo de superexploração que contou com a efetiva

participação do Estado através da repressão a movimentos divergentes e — através da estabilidade obtida por meio da força — das políticas efetivamente manifestadas. Destacamos que o AI-5 foi um artifício importante para a manutenção dessa lógica no governo de Costa e Silva, presidente que faleceu no final de 1969.

Após sua morte, a cúpula militar não permitiu que Pedro Aleixo — até então vice-presidente da República — assumisse efetivamente o cargo presidencial. Apesar de integrar o governo, Aleixo havia apresentado uma postura relativamente mais crítica em relação a medidas mais duras impostas pelo regime militar, sendo o caso mais célebre suas ressalvas ao AI-5. Na ocasião, o vice-presidente teria dito não temer o presidente, mas sim “o guarda da esquina”, fazendo referência ao potencial arbitrário dos agentes repressivos e inferindo os problemas sociais causados pela política mais autoritária da ditadura (Gaspari, 2002; Seleme, 2018). Esse episódio simboliza a relevância da esfera política e ideológica para o subimperialismo. Sendo a manutenção da estabilidade política e social intrínseca à sustentação do bloco no poder e sua respectiva articulação no interior do Estado, a posse de um presidente menos alinhado ideologicamente poderia limitar o uso da repressão e culminar na perda do controle político, ferramenta essencial para a consolidação do esquema subimperialista.

Assim, em 1969, a cúpula militar instituiu uma Junta Militar composta pelos ministros das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tendo operado com o objetivo de evitar conflitos imediatos e organizar a escolha de um novo presidente alinhado à linha dura: o general Médici (Gaspari, 2002). Essa escolha reflete elementos teóricos destacados anteriormente, mostrando a articulação da classe reinante para conservar e atender aos interesses da classe dominante. Ademais, reforça a hipótese de que, nesse momento, a utilização dos aparatos repressivos da ditadura foi de suma importância para manifestar as políticas necessárias a esses interesses, tendo o governo optado por não renunciar a seu potencial repressivo e controlador. Sendo assim, Médici assume a presidência em um período de industrialização avançada e com um alto crescimento econômico decorrente do milagre.

No que concerne à política fiscal do governo Médici, nota-se uma continuidade de elementos visualizados no governo Costa e Silva, como a desoneração de impostos para setores estratégicos e a ampliação dos gastos públicos, principalmente em infraestrutura e serviços. Além disso, instrumentos de poupança compulsória como o FGTS e PIS/PASEP juntamente com os títulos de dívida auxiliavam no financiamento do déficit público, tendo gerado inclusive receitas para fiscais. A política financeira contou com uma ampliação do crédito e concentração bancária, isto é, ainda que o número de bancos tenha experienciado um aumento, as transações

bancárias se concentravam em poucos. Nesse ínterim, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDE) se tornou cada vez mais um financiador do setor privado¹⁸. Logo, a segmentação do sistema financeiro inaugurada em Castelo Branco vai sendo continuada, com a criação de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento (Castro; Souza, 1985).

Em 1971, o governo Médici implementou o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha por objetivo consolidar altas taxas de crescimento econômico e fortalecer a estrutura produtiva nacional por meio de uma forte coordenação estatal dos investimentos. Portanto, esse plano sinaliza uma continuidade da forte articulação entre Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro, reforçando esse padrão específico de industrialização dependente no Brasil, com uma significativa expansão da capacidade produtiva em setores estratégicos. Possuía também o intuito de modernizar a infraestrutura por meio de ampliações nas redes de transporte, telecomunicação e energia; promover uma maior integração regional com projetos de articulação com países amigos da América Latina; e ampliar a competitividade industrial com estímulos à modernização tecnológica (República Federativa do Brasil, 1971). A participação do mercado financeiro e do BNDE nesse plano está inclusa na carta do I PND:

Mobilização ainda mais intensa do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais, para maior participação no financiamento da formação real de capital do setor privado e na criação de sólidas estruturas das empresas; e ainda garantia de acesso da pequena e média empresas (sic) a sistemas que permitam a melhoria de sua estrutura financeira, bem como utilização dos instrumentos financeiros já criados, - no BNDE e em outros organismos oficiais, para a grande empresa ou grandes empreendimentos nacionais [...]

O Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais efetivar-se-á por intermédio do BNDE, em associação com o Banco do Brasil (recursos do PASEP) e a Caixa Econômica Federal (recursos do PIS), pela PETROQUISA e por outros esquemas financeiros. As aplicações do BNDE, nesse campo, alcançarão, pelo menos, Cr\$ 1.000 milhões, no período 1972/1974 [...]

Modernização e reorganização industrial - pelo fundo específico, no BNDE, para financiar fusões e a reorganização técnica e administrativa, na indústria; - pela FINAME, para financiar, a prazo de até 8 anos, a venda de bens de capital produzidos no País; - pelo Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (em fase de esquematização), associado a colocação de ações e debêntures no mercado, para

¹⁸ O BNDES (Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – nos termos atuais) é um elemento candente nas análises do subimperialismo nos anos 2000, principalmente nos governos Lula 1 e 2, sendo seu principal mecanismo a política das campeãs nacionais. Não entraremos neste debate, mas convém sinalizar que este banco se tornará essencial para a articulação do bloco no poder dentro do Estado brasileiro para atender a interesses do capital privado (em especial do grande capital) na economia dependente do Brasil. Assim, pontuamos que a operação desse banco para auxiliar na reprodução da dinâmica subimperialista tem uma virada de chave marcante durante o governo Médici.

financiar projetos de expansão e reorganização de empresas;- e, com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), financiamento de bens de capital de produção nacional, a prazo de 5 a 10 anos [...]

O BNDE e outros órgãos financeiros oficiais darão apoio a industrialização do Nordeste, financiando diretamente os projetos de grande dimensão - sal-gema, potássio, cobre, conjunto petroquímico da Bahia - e realizando repasses para bancos regionais e estaduais de desenvolvimento [...]

Além das instituições relacionadas com a racionalização da estrutura agrária, serão instrumentos principais de execução do PROTERRA os bancos oficiais BNB, BASA, BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - uma vez que o programa operará, principalmente, mediante crédito [...]

Para execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aplicações totais do Governo Federal de Cr\$ 1.750 milhões. Por intermédio dos mecanismos financeiros criados, e principalmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do FUNTEC (BNDE), do fundo associado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do FUNAT (INT), será aplicada, daquele total, a parcela de Cr\$ 1.100 milhões [...]

A consolidação das aplicações dos principais bancos oficiais - Banco Central (fundos), Banco do Brasil, BNDE, Banco Nacional da Habitação (BNH), Caixa Econômica Federal, BNCC, BNB e BASA - exclusivamente com recursos novos, alcança um total de Cr\$ 43.700 milhões, no período (preços de 1972), sem levar em conta o PIS e o PASEP. Nesse montante há certa duplicação com o valor dos investimentos já apresentado, principalmente com relação à Indústria e à Agricultura [...]

Operação do sistema financeiro para o desenvolvimento tecnológico, compreendendo, notadamente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o FUNTEC (BNDE), o fundo associado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o FUNAT (INT). Esse conjunto de fundos deverá realizar, no período, aplicações de Cr\$ 1.100 milhões (preços de 1972).

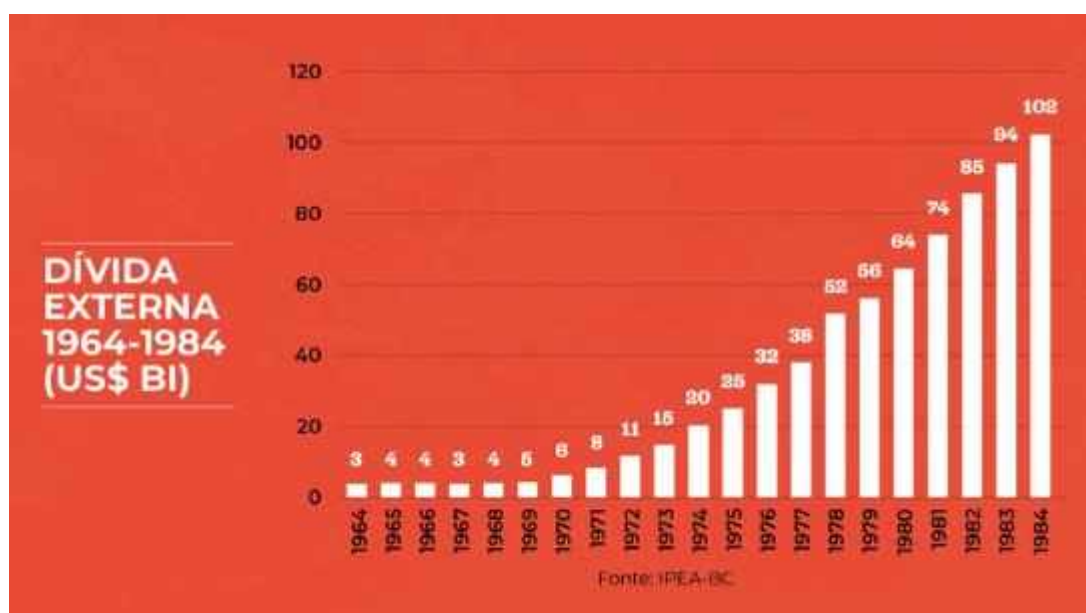
Integração da atuação do BNDE com os Bancos Estaduais de Desenvolvimento, até mediante sistema de repasses em favor destes últimos, nos principais fundos e programas (República Federativa do Brasil, 1971, p. 7-71).

Reitera-se que o subimperialismo expressa a forma assumida pelo capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, de modo que os planos evidenciados nos anos 1970 corroboram esta tendência iniciada na década anterior. Em suma, a nível doméstico, os anos 1970 apresentam uma conjuntura de continuidade de elementos fundamentais aos interesses das frações componentes do bloco no poder, uma vez que é mantida a articulação do Estado e suas políticas em prol de mecanismos como a concentração de renda, facilitação do fluxo de capitais e utilização dos gastos públicos em atividades de interesse do setor privado. A manutenção de um governo ideologicamente próximo à linha dura do regime militar fez com que a gestão de Médici (1969-1974) fosse conhecida como “anos de chumbo”, estendendo a forte repressão política que se acentuou a partir do AI-5 e trazendo consequências

sociais perversas como censura robusta e um montante substantivo de casos de tortura e assassinato de opositores.

Entretanto, o financiamento proveniente das poupanças compulsórias, dos títulos públicos e do mercado financeiro doméstico não foram suficientes para cobrir todas as necessidades do Estado brasileiro, que recorreu amplamente ao endividamento externo. Apoiando-se no acesso a capitais internacionais e na captação de empréstimos externos, foi possível colocar em marcha os investimentos mencionados anteriormente em infraestrutura, indústria pesada e demais setores que favoreciam as grandes empresas e empreiteiras privadas. A disponibilidade de crédito internacional em condições favoráveis sofreu um choque com o colapso de Bretton Woods e com os choques do petróleo. Esse movimento será decisivo para a crise aguda da dívida externa visualizada nos anos 1980 (Anesp, 2024; Castro; Souza, 1985). A dívida externa não caracterizou um elemento essencialmente novo acarretado pelo esquema subimperialista, mas os patamares atingidos por ela foram extraordinários. A Figura 12 ilustra a progressão da dívida externa brasileira entre 1964 e 1984, claramente associada ao choque de juros dos EUA, mas sinalizando também o impacto das políticas do regime militar nesse âmbito.

Figura 12 — Crescimento da Dívida Externa do Brasil (1964-1984) em US\$bi



Fonte: IPEA-BC com elaboração da ANESP (2024).

Em suma, durante o período do milagre, a economia brasileira experienciou uma grande aceleração proveniente, em um primeiro momento, da capacidade ociosa existente e,

posteriormente, com maiores incentivos aos setores produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital. Em 1973, o contexto externo começa a apresentar aspectos adversos para a economia brasileira e os investimentos vão perdendo fôlego. As quedas no crescimento dos países centrais impactaram negativamente os fluxos de comércio internacional, impactando a economia brasileira. O controle compulsório dos preços não corrigiu as causas da inflação, o que fez com que as pressões inflacionárias continuassem acontecendo, sendo exacerbadas pelos choques do petróleo experienciados na década.

Esse cenário fez com que empresas nacionais privadas optassem por não aumentar os investimentos. Em outros termos, a mudança no cenário internacional impactou a dinâmica do investimento privado, que se tornou mais reticente. Mais uma vez, a participação do Estado se apresenta essencial para o bom funcionamento deste novo padrão de acumulação da economia brasileira. No ano de 1974, Geisel assume a presidência do Brasil, momento em que começam a se observar mudanças mais significativas dentro do regime militar, em especial no âmbito político, em que o novo presidente tinha uma proposta de abertura política (Mendonça; Miyamoto, 2011). Sendo assim, ao passo que o governo Geisel tentava evitar a perda de crescimento e dinamismo da economia brasileira, também promoveu uma ruptura em termos de política externa¹⁹.

Conforme discutido, a materialização do subimperialismo nos anos 1960 durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva se deu nos marcos de uma cooperação antagônica com o imperialismo central. De maneira específica, o início do regime militar marcou uma ruptura na política externa brasileira que inaugurou uma proximidade enfática com os Estados Unidos nos termos da Guerra Fria, provocando o que ficou conhecido como alinhamento automático, isto é, uma consonância muito forte de interesses que tornou o Brasil um representante dos interesses imperialistas na região da América Latina. Essa dinâmica foi articulada com um projeto de política expansionista relativamente autônoma, visando projetar o Brasil no cenário internacional e alavancar a posição do país como um líder regional. A união desses elementos com as especificidades do padrão de acumulação desenvolvido no país neste período conformou a materialização do esquema subimperialista brasileiro.

Na conjuntura do governo Geisel, observou-se uma virada de chave importante na medida em que houve uma quebra com o alinhamento automático do Brasil com os Estados

¹⁹ Por conta do caráter da pesquisa, não nos dedicaremos a explorar a fundo os termos em que se deu a virada de chave na PEX brasileira, mas sim o que julgamos serem as principais consequências político-econômicas para o subimperialismo brasileiro. Para uma leitura mais detalhada, ver Mendonça e Miyamoto (2011) e Cardoso e Miyamoto (2012).

Unidos. O principal ponto de inflexão foi a adoção do “Pragmatismo Ecumênico Responsável”, que possibilitou mudanças em diversos pontos do governo militar. O “pragmatismo” indica que a política externa do governo militar não se restringiria mais à luta anticomunista, podendo dialogar e aproximar-se com países ideologicamente próximos do marxismo, o que pavimentou o caminho para o reatamento com a China continental. O termo “ecumênico” sinaliza a abertura de fronteiras com regiões antes não tão visadas, como por exemplo a África, Ásia e Oriente Médio. Por fim, “responsável” significa dizer que, apesar das mudanças, o governo Geisel as realizou dentro do que era possível para não colocar em risco a manutenção do regime militar (Mendonça; Miyamoto, 2011; Cardoso; Miyamoto, 2012).

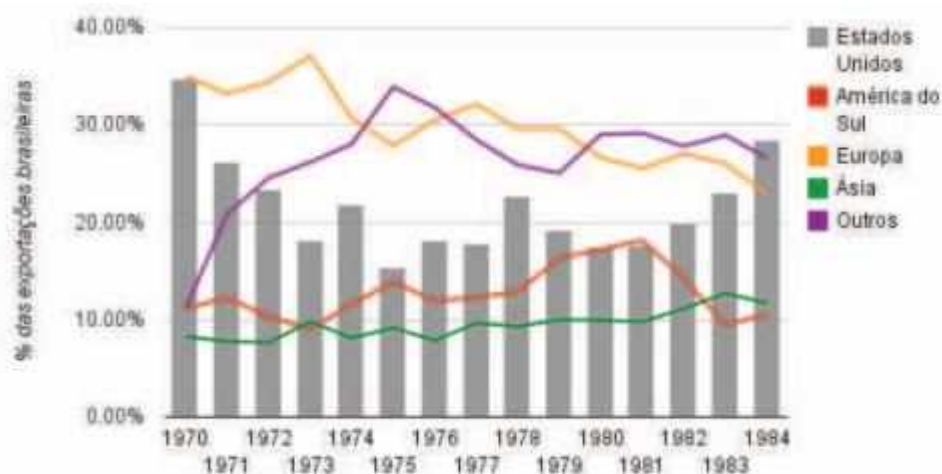
A partir dessa aderência, tornou-se possível para o Brasil negociar com a China de Mao e a URSS de Brezhnev, mas não com a Cuba de Fidel Castro, uma vez que esta era uma questão cristalizada na linha dura da ditadura que poderia colocar em risco o regime militar²⁰. Logo, o Pragmatismo Ecumênico Responsável permitiu ao Brasil sair das fronteiras ideológicas da Guerra Fria e repensar as diretrizes políticas e econômicas do país, explorando novos parceiros, mercados e territórios mediante aos interesses de seu bloco no poder. O governo Geisel atribuiu um grande espaço a Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo esta uma das principais características dessa gestão. A liderança do MRE ficou a cargo do chanceler Azeredo da Silveira, embaixador experiente, que propôs um projeto para o governo Geisel e recebeu carta branca, tendo muitas das iniciativas sido tomadas pelo próprio presidente (Mendonça; Miyamoto, 2011; Cardoso; Miyamoto, 2012).

Esse novo panorama é essencial para compreender a dinâmica socioeconômica brasileira a partir de 1974, caracterizada por um modelo diferente de regulação em que o esquema subimperialista já está nítido, mas ainda conta com a efetiva participação do Estado e do regime militar para articular seu funcionamento. A primeira consequência econômica causada pelas novas diretrizes políticas do Brasil foram as mudanças na composição das exportações brasileiras. Conforme destacado, o período do início da ditadura até o final do milagre foi marcado por uma relevância ímpar das exportações como mecanismo de realização e absorção das mercadorias produzidas pelos setores do grande capital. A partir do governo Geisel, nota-se uma participação menor da demanda proveniente dos Estados Unidos. O chanceler Azeredo da Silveira chegou a afirmar que, caso não houvesse uma continuidade na

²⁰ Houve várias outras questões relevantes no âmbito da política externa brasileira no período, como o endurecimento nas relações com a Argentina e a disputa do acordo de Itaipu; o abandono da tradicional postura pró-Israel para uma maior aproximação com países árabes; o reconhecimento da independência de Angola e do MPLA, modificando a trajetória de amizade com Portugal; a condenação do *apartheid* na África do Sul, entre outros. A figura de Azeredo da Silveira foi essencial para as novas diretrizes.

expansão do envolvimento dos EUA no desenvolvimento do Brasil, este poderia buscar por opções econômicas alternativas, inclusive em termos políticos (Mendonça; Miyamoto, 2011; Cardoso; Miyamoto, 2012). A Figura 13 ilustra esse movimento.

Figura 13 — Composição Percentual das Exportações Brasileiras (1970-1983)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC com elaboração de Mendonça e Miyamoto (2011).

Após níveis mais elevados no início da década de 1970 (acima de 30%), a participação estadunidense sofre uma redução, tendo apresentado uma média abaixo dos 20% a partir de 1974, e somente se aproximando da marca dos 30% novamente em 1984, nos anos finais da ditadura. Esses números sugerem uma estratégia deliberada de redução da dependência de um único mercado central, compatível com a política pragmática do governo Geisel. Simultaneamente, o gráfico mostra o aumento relativo da participação de outros mercados como a Europa, que mantém participação elevada ao longo de todo o recorte; a Ásia, cuja participação cresce modestamente, mas indica uma expansão gradual das relações comerciais com essas economias; e a América do Sul, que cresce mais notadamente que a Ásia, corroborando uma intentona de maior integração regional por parte do governo Geisel. A categoria “Outros”, por sua vez, representa um dos fenômenos mais expressivos do gráfico, sugerindo uma ampliação das relações comerciais com países fora do eixo tradicional EUA-Europa e uma possível intensificação do comércio com países da África e Oriente Médio, além do fortalecimento de relações Sul-Sul.

Em resposta ao cenário descrito, o governo Geisel propôs o II PND, focado em aprofundar a industrialização nacional, corrigindo gargalos estruturais que limitavam a continuidade do crescimento observado durante o Milagre. Esse plano priorizou a formação de uma estrutura produtiva mais complexa com integração nacional, articulando estados e municípios e redirecionando investimentos da máquina pública. Houve uma tentativa de contrabalancear as reticências do investimento privado por meio de uma intensificação no investimento público. Em outros termos, o investimento privado sofreu uma desaceleração, enquanto o investimento público foi incrementado, sendo este mecanismo de canalização dos recursos do Estado vital para manter a capacidade de expansão da economia brasileira. Em um recorte incerto em que a parceria estadunidense já não era a mais viável, o II PND corroborou os esforços do governo Geisel de redirecionar o Brasil para regiões alternativas que pudessem auxiliar no projeto de desenvolvimento nacional (Mendonça; Miyamoto, 2011; Saddi, 2003).

Entre outros objetivos, o II PND tinha como missões fundamentais: “ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo; consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva; política de energia passa a ser peça decisiva da estratégia nacional; política científica e tecnológica com recursos efetivos; integração nacional; ocupação produtiva da Amazônia; estratégia de desenvolvimento social e integração com a economia mundial” (Mendonça; Miyamoto, 2011, p. 20). Um dos eixos centrais foi a ampliação da indústria pesada — produtora de bens de capital —, o topo da cadeia industrial, e promover uma internalização dessa indústria. Nesse ínterim, havia a expectativa de aumentar a importância da empresa privada nacional, mas o que se verificou foi o oposto. A retração do investimento privado o desacoplou, de modo que esse investimento passou a não responder na mesma magnitude aos estímulos dados pelo investimento público. Além do setor de bens de capital, houve uma concentração de investimentos em bens intermediários e setores de energia, transporte e infraestruturas.

Diante disso, é seguro afirmar que o II PND foi amplamente puxado pelo investimento público. A substituição do investimento privado pelo público e seu eventual desacoplamento simbolizou o rompimento com um padrão histórico de complementariedade entre eles. Não foi possível retornar aos patamares exorbitantes de crescimento visualizados no período do Milagre, mas o investimento público foi essencial para evitar que o Brasil passasse por um momento de recessão nos anos 1970. A Figura 14 expõe uma síntese dos indicadores econômicos do Brasil, iniciando com o começo da ditadura, passando pelo Milagre e pelos anos 1970, e se encerrando nos anos finais do regime militar.

Figura 14 – Síntese dos Indicadores Econômicos: Anos agregados (1964-1983)

	1964-67	1968-73	1974-78	1979-80	1981-83
Crescimento do PIB (% ao ano)	4,2	11,1	6,7	8	-2,2
Inflação (IGP dez/dez, % ao ano)	45,5	19,1	37,8	93	129,7
Taxa. de crescimento. das exportações de bens (US\$ correntes, % ao ano)	4,1	24,6	15,3	26,1	2,8
Taxa de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % ao ano)	2,7	27,5	17,2	29,5	-12,4
Balança Comercial (em US\$ milhões)	412	0	-2.283	-2.831	2.818
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	15	-1.198	-6.548	-11.724	95
Dívida Externa Líquida/Exportações de bens	2	1,8	2,5	2,9	3,7

Fonte: Giambiagi *et al* (2005) com elaboração de Mendonça e Miyamoto (2011).

Após os patamares atingidos no Milagre, havia uma tendência à redução do crescimento do PIB brasileiro. Embora ainda elevados em termos históricos, os números mostram o fim do dinamismo excepcional e ilustram os problemas enfrentados pelo novo padrão de acumulação da economia brasileira, como as consequências perversas da conjuntura internacional (efeitos da crise do petróleo e o baixo dinamismo do comércio mundial), o aumento dos custos de produção e as pressão inflacionárias, e a maior necessidade de importação de insumos industriais (o que justifica a proposta do II PND de tentar internalizar os processos industriais). A inflação (IGP) aumenta de 19,1% ao ano no Milagre para 37,8% ao ano entre 1974-1978, o que indica a dificuldade de coordenação macroeconômica para a contenção das pressões inflacionárias mencionadas, em especial em relação aos custos associados ao encarecimento das importações (e o aumento da necessidade de importar insumos industriais), à expansão do gasto público e ao aumento do endividamento externo. O dado sugere o início da transição para o padrão inflacionário elevado que caracteriza a década de 1980.

Não obstante, a figura corrobora o agravamento expressivo dos indicadores externos a partir de 1974, uma vez que a balança comercial passa de um equilíbrio durante o Milagre para um déficit de US\$2.283 milhões. O saldo em conta corrente se deteriora fortemente, passando da casa dos US\$6.000 milhões, enquanto a relação dívida externa líquida/exportações cresce de 1,8 para 2,5, sugerindo um aumento da dependência de capitais externos para sustentar o investimento e o crescimento econômico. No geral, o período do governo Geisel apresenta uma

configuração típica de crescimento com desequilíbrios externos crescentes, tornando o país vulnerável e dependendo do financiamento externo como um elemento estrutural de acumulação.

As transformações políticas e econômicas evidenciadas no governo Geisel demonstram uma inflexão importante na forma de atuação do Estado brasileiro sob o regime militar, sugerindo um novo mecanismo de regulação dessa instância para a sustentação do padrão subimperialista de acumulação conformado na década anterior. Destacamos anteriormente que o subimperialismo expressa um padrão caracterizado pela industrialização interna a níveis medianos de composição orgânica, combinado com a associação com o capital internacional e a projeção externa de capitais e mercadorias, sob forte mediação estatal. Esses elementos se manifestam em consonância com uma cooperação antagônica com o imperialismo e um projeto de hegemonia regional. As novas diretrizes políticas instauradas pelo presidente Geisel e pelo chanceler Azeredo da Silveira, em conjunto com o novo plano econômico elaborado neste governo, indicam uma mudança na forma em que o Estado articula esses elementos. Castro e Souza (1985, p. 42) indicam que

diante da crítica situação com que se defrontava a economia em 1974, o governo que acabava de ser empossado negou-se a delegar ao mercado a condução das decisões econômicas. Isto posto, havia que lançar em campo todas as forças e instrumentos direta ou indiretamente comandados pelo Estado. Havia, em particular, que reforçar a capacidade dos poderes públicos de direcionar recursos.

Primeiramente, esse movimento converge com a síntese realizada em capítulos anteriores de que o sistema capitalista pressupõe a participação do Estado para criar condições mínimas de estabilidade para a sua reprodução, podendo exigir, em diferentes momentos, funções regulatórias distintas a depender da conjuntura. Os anos 1970 marcaram um período em que a economia brasileira já expressava um padrão de reprodução sob a forma subimperialista. Entretanto, os desafios internos e externos tornariam essa reprodução consideravelmente difícil sem a participação ativa do Estado, valendo-se da centralidade do poder político para articular as contradições estruturais da época. A reprodução da acumulação representa o interesse último do bloco no poder conformado entre a elite militar reinante, as frações dominantes da burguesia nacional e o capital estrangeiro. Para garanti-la, fez-se necessário empreender novos expedientes de espoliação, isto é, novas transferências de recursos públicos para o setor privado direta ou indiretamente. Portanto, o endividamento externo e o redirecionamento forçado dos investimentos pareciam, neste cenário, o único caminho viável para a economia brasileira.

Do ponto de vista da TMD, nota-se uma contradição característica do subimperialismo nesse momento: o esforço de ampliação da autonomia produtiva ocorre simultaneamente ao aprofundamento de vínculos estruturais com o capital internacional, sobretudo por meio do endividamento e da importação de tecnologia. Visualiza-se de maneira concreta a impossibilidade de escapar da lógica das transferências estruturais de valor, tendo em vista que o aprofundamento industrial impõe sobre a economia brasileira a necessidade de ceder valor por meio dos mecanismos ligados à propriedade do capital. Seguindo a linha de raciocínio da TMD, esse movimento nos leva a inferir uma tendência ao aumento da superexploração da força de trabalho na economia brasileira, o que nos leva à interpretação de que há um aprofundamento das consequências dinâmicas do subimperialismo no Brasil durante esse contexto.

Não obstante, o I e II PND promoveram a ampliação da capacidade de financiamento através do BNDE, inclusive com a incorporação de recursos do PIS/PASEP para direcionar fundos públicos para investimentos em grande escala. Em conformidade com Castro e Souza (*ibidem*), “a transferência de fundos como o PIS e o PASEP para o controle do BNDE visava assegurar que eles viessem a financiar investimento (e não o consumo de duráveis), e, mais, que as áreas de aplicação fossem aquelas vitais para o desenvolvimento econômico do Brasil”. Esta afirmação sugere um deslocamento qualitativo na participação do Estado nesse momento, deixando de atuar prioritariamente como indutor da demanda por bens duráveis — como na década anterior — e passando a operar majoritariamente como um financiador e organizador estrutural da expansão da capacidade produtiva, especialmente nos segmentos de insumos básicos. Então, pode-se interpretar que ocorre uma mudança no mecanismo predominante de apoio estatal à acumulação privada.

Durante a segunda metade dos anos 1960, o mecanismo predominante foi o estímulo à demanda por bens duráveis e a superação da crise de realização das mercadorias, o que culminou na constituição do esquema tripartite do padrão subimperialista e na consolidação da indústria de consumo durável. Os dilemas da década seguinte pressupuseram uma maior necessidade de regulação no âmbito do financiamento e do aprofundamento da indústria pesada (em especial bens de capital). Essa inflexão se associa com o esgotamento relativo do dinamismo do mercado mundial, com a necessidade de super gargalos estruturais da industrialização dependente e com o objetivo de elevar a capacidade exportadora da economia. Ademais, o fortalecimento do BNDE como financiador do investimento privado contribui para

a formação de grandes grupos econômicos capazes de operar em escala ampliada, ampliando o predomínio dos monopólios e do capital financeiro.

Da perspectiva do subimperialismo, elementos como o ímpeto pelo desenvolvimento e modernização da indústria nacional, a expansão de grandes empresas nacionais e a maior projeção regional da economia brasileira podem ser interpretados como um novo passo da estratégia de hegemonia regional do país. Soma-se a isso a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil no governo Geisel, levando a uma interpretação de uma nova estratégia de ampliação da inserção internacional do Brasil, reduzindo a dependência relativa dos Estados Unidos e expandindo relações comerciais com regiões até então pouco ou nada exploradas. Ainda sob os marcos da cooperação antagônica com o imperialismo, nota-se uma postura diferente dentro dos limites impostos pela hegemonia relativamente autônoma, isto é, há uma margem para procurar novos parceiros de uma maneira pragmática, que permita ao Brasil subimperialista uma maior projeção econômica e regional.

Esse novo momento da política externa e econômica brasileira, sob os auspícios do Pragmatismo Ecumênico Responsável e do II PND, também expressa as funções do regime ditatorial militar para o aprofundamento do subimperialismo. Ao abordar o projeto de industrialização nacional, Castro e Souza (1985, p. 45-7) indicam que

o II PND enquanto estratégia de superação da crise e consolidação dos interesses de longo prazo da economia brasileira, que rejeita e redireciona os impulsos procedentes do mercado, poderia haver sido adotado através dos mais límpidos processos democráticos. Em outras palavras, a perversão política reside nos métodos através dos quais o II PND foi definido e implementado. Isto posto, admita-se que as democracias europeias, frente à reconstrução do pós-guerra, tomaram também decisões que pouco ou nada tinham a ver com os interesses capitalistas de curto prazo — e exigiam grande presença e intensa atuação do Estado sobre a economia. Por outro lado, convém não esquecer, o regime seria autoritário, com ou sem II PND... Aliás, na América Latina, as ditaduras têm revelado maior afinidade com o liberalismo econômico e as atividades primário-exportadoras, que com o planejamento e a industrialização [...]

É claro, no entanto, que as taras do regime contaminaram, em maior ou menor medida, tudo o que ocorreu no período. No que se refere ao plano propriamente dito, o II PND cumpriu toda a sua conturbada trajetória, como um produto de gabinete, incapaz de obter o apoio (e muito menos a mobilização) de uma sociedade, que não participou de sua elaboração e não tinha como controlar a sua execução. Esta falta de respaldo político e participação social deve ter custado muito. E isto não apenas pela razão trivial de que qualquer plano ou política ganha em vigor quando discutido e aceito pela sociedade, mas, concretamente, pela carência de apoio frente a interesses menores ou mesmo escusos que ameaçavam mutilar a estratégia. Acrescente-se a isto o fato de que a corrupção e a impunidade, tão características do ambiente fechado das ditaduras, impuseram severos estragos à consecução de diversas metas. Nada disto, porém, impediu que — a um custo seguramente superior ao necessário — a transformação da estrutura produtiva almejada pelo II PND tenha, em grande medida, se realizado. O que fracassou foi a chamada "estratégia social", de acordo com a qual seria necessário "realizar políticas redistributivas enquanto o bolo cresce".

Diante desta afirmação, nota-se que as políticas e diretrizes implementadas pelo governo Geisel com o intuito de garantir a reprodução do padrão de acumulação subimperialista não são incompatíveis com regimes democráticos. Prova disso é o fato de que houve países europeus que adotaram práticas semelhantes no pós-guerra, com forte intervenção estatal e planejamento econômico, voltados para a reconstrução e o fortalecimento da estrutura produtiva. Assim, a questão central não estaria nas determinações econômicas do II PND, mas no contexto político autoritário em que o plano foi concebido e implementado. A ausência de participação social e de controle democrático fez com que o plano fosse formulado como um “produto de gabinete”, isto é, alinhado com os interesses particulares de uma fração específica — a qual constatamos ser o bloco no poder conformado no contexto de materialização do subimperialismo na economia brasileira.

Esse plano mostrou-se vulnerável à corrupção e à falta de coordenação política mais ampla²¹, o que aumentou os custos de sua implementação e limitou a eficácia de algumas de suas metas, especialmente no campo social. Apesar de ter sido bem sucedido em promover transformações estruturais significativas na economia brasileira e sustentar taxas de crescimento relativamente elevadas, a principal consequência perversa ocorreu no âmbito social, uma vez que não houve redução das desigualdades e o objetivo de redistribuição de renda — que deveria ser seguido do crescimento econômico — não foi contemplado. Desse modo, tem-se mais uma vez um cenário em que as políticas de desenvolvimento nacional não promovem uma melhora real nas condições sociais da economia brasileira, limitando-se a atender aos interesses caros da classe dominante, representados pela articulação do bloco no poder no interior do Estado.

Então, a racionalidade econômica do subimperialismo já não dependia do autoritarismo político da mesma forma que na segunda metade dos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, quando o regime militar foi fundamental para conter insatisfações político-sociais e para implementar políticas como o arrocho salarial, através de mecanismos repressivos como o AI-5. Conforme foi ilustrado na Figura 3, o salário real do trabalhador brasileiro continuou caindo até o final do regime militar, mas na segunda metade da década de 1970 já havia sido consolidado um novo padrão de acumulação. Sob a luz do subimperialismo, o ponto central não é que a repressão desaparece, mas que ela deixa de ser condição imediata para a viabilização

²¹ As implicações perversas do regime ditatorial não se limitam ao II PND, mas são características presentes em toda a conjuntura militar no Brasil.

deste padrão de acumulação. O que não deixa de ser central, porém, é a participação ativa do Estado, ainda que com novos contornos.

Como afirma Marini (2013, p. 9), “o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação”, o que nos leva à interpretação de que os mecanismos truculentos da ditadura vão sendo gradualmente substituídos por outras ferramentas de controle, mais vinculadas à esfera do consenso e da dependência econômica e financeira. Nesse mesmo íterim, Almeida Filho (2017) aponta a expansão de elementos estruturais constituintes da dependência com o desenvolvimento do capitalismo na periferia, sugerindo que mecanismos mais complexos de subordinação começam a tomar forma na economia brasileira com o passar dos anos, modificando as bases do padrão de acumulação. Dessa forma, o subimperialismo passa a dispor de bases materiais suficientemente robustas para reduzir sua dependência imediata de mecanismos repressivos, o que abre margem para o fim da ditadura em meados da década de 1980.

Esses mecanismos mais sofisticados de subordinação manifestam-se, entre outros aspectos, na centralidade assumida pelo endividamento externo como forma de financiamento da acumulação, na persistência da dependência tecnológica em setores de maior complexidade produtiva, na internacionalização subordinada de capitais brasileiros e na crescente integração à economia mundial por meio de uma inserção comercial diversificada, porém estruturalmente condicionada. Ademais, o fortalecimento de instituições estatais de financiamento e planejamento contribuiu para articular as contradições inerentes à dependência por intermédio de instrumentos econômicos e institucionais. Nesse contexto, a reprodução do padrão de acumulação passa a operar por meio de mecanismos estruturais relativamente autonomizados, reduzindo a necessidade de intervenção repressiva direta como condição imediata de sua sustentação, mas conservando a centralidade da intervenção do Estado.

3.3. Governo Figueiredo (1979-1985) e reflexões sobre o subimperialismo no cenário contemporâneo

O Governo Figueiredo marcou a última gestão do regime militar brasileiro, continuando em grande medida as mudanças de política externa implementadas pelo Governo Geisel e mantendo o pragmatismo como uma estratégia articulada e coerente. Chefiada pelo chanceler Saraiva Guerreiro, a orientação basilar da política externa brasileira nesse período ficou conhecida como Universalismo, e buscava ampliar ao máximo o leque de relações

internacionais do país, evitando alinhamentos exclusivos e aprofundando a diversificação de parceiros iniciada no governo anterior. Portanto, essa diretriz perpetua a lógica do Pragmatismo Ecumênico Responsável de maneira adaptada ao contexto da crise da dívida e da transição política interna visualizado nos anos 1980 (Ferreira, 2006; Macarini, 2007).

Respeitando os marcos da cooperação antagônica, a inserção internacional do Brasil desenvolveu-se de maneira condicionada ao imperialismo. Porém, dentro do escopo de sua hegemonia relativamente autônoma, buscou-se a ampliação de relações com países do Sul Global para reduzir vulnerabilidades e ampliar margens de manobra em um contexto econômico adverso. Essa política, entretanto, passou longe de ser um consenso interno no Governo Figueiredo, tendo sofrido duras críticas tanto dentro da administração quanto por pesquisadores da área que preferiam a manutenção de relações econômicas prioritárias com Estados Unidos, Europa e Japão (Ferreira, 2006). Através da leitura de Cervo; Ferreira (2006, p. 125) destaca-se a existência de duas correntes: “uma do desenvolvimento associado com a prevalência das relações políticas econômicas e geopolíticas com a matriz do sistema (EUA) e outra do desenvolvimento autônomo, baseado nas forças da nação, que buscava autonomia política e a formação de forte núcleo econômico interno”.

Essa distinção entre vertentes de desenvolvimento associado e desenvolvimento autônomo indica que, no Governo Figueiredo, houve uma certa falta de coerência estratégica em meio ao bloco no poder²². A preferência pela segunda opção aponta um aprofundamento da reorientação da estratégia de hegemonia relativa do Brasil, indicando uma reconfiguração da dinâmica subimperialista que se distancia das características da década de 1960 e passa a apresentar novos contornos. A crise econômica e a transição política dos anos 1980 foram decisivos para essa reconfiguração. É bem verdade que o subimperialismo brasileiro não parece ter desaparecido, mesmo após o fim da era militar do Brasil e com a transição para regimes civis. Com isso, o trabalho em questão suscita novos questionamentos acerca de como a dinâmica subimperialista se atualiza e se reproduz em Estados com legitimidade democrática.

A priori, nota-se que o padrão consolidado no início da ditadura, a estrutura desenvolvida durante o regime militar e os novos mecanismos de subordinação da dependência viabilizam uma reprodução independente da opressão militar, candente nos anos 1960. Continua sendo mister a intervenção do Estado enquanto mecanismo regulador das contradições e problemas de realização inerentes ao sistema capitalista, principalmente como

²² Como discutido anteriormente, nos termos de Bugiato (2014), o bloco no poder não elimina os objetivos particulares de cada fração. A unidade do bloco no poder se manifesta no interesse comum das frações dominantes em governar direta ou indiretamente o Estado em prol de suas demandas.

um financiador e supridor dos gastos capitalistas. O BNDES, que ganhou tração nos anos 1970, aparece como um dos instrumentos centrais de mediação estatal para arbitrar a dinâmica subimperialista no contexto democrático, viabilizando a expansão de capitais em escala ampliada e sua projeção externa. A política das “Campeãs Nacionais” favoreceu imensamente grandes empresas como Odebrecht, JBS e Vale, exacerbando o cenário de concorrência monopolística e de predomínio financeiro, inerentes ao subimperialismo brasileiro. Evidentemente, a reconfiguração dessa dinâmica exige estudos detalhados, mas a relevância de instituições financeiras aparece como hipótese inicial do formato adquirido pelo subimperialismo neste novo recorte.

CONCLUSÕES

Abrangendo o que foi abordado até aqui e tendo como sustentáculo teórico a Teoria Marxista da Dependência, notam-se considerações relevantes sobre o papel do Estado ditatorial na conjuntura de consolidação do subimperialismo na economia dependente brasileira. Convém retomar os nexos principais elaborados por Luce (2011) sobre a categoria do subimperialismo: a composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro); a cooperação antagônica com o imperialismo; a política de hegemonia regional; o esquema tripartite de realização do capital; a superexploração do trabalho e as transferências de valor. Todos esses elementos conformam um novo padrão de acumulação sob a forma subimperialista, que se observa de maneira mais nítida a partir de 1964, com a instauração do regime militar. Portanto, além de uma ruptura política, a implementação da ditadura foi decisiva para reorganizar as condições da acumulação capitalista no Brasil.

Em um plano teórico, confirma-se a previsão de que há certos afastamentos importantes entre a abordagem de Offe e a de Marini. Ainda que o primeiro reconheça os malefícios do modo de produção capitalista para a classe trabalhadora, ele enfatiza que não impera, no Estado, nenhum tipo de aliança entre o aparelho estatal e as camadas de classe. Argumentamos neste trabalho que, com a ascensão dos militares ao poder, houve a conformação de um novo bloco no poder, composto por frações do capital nacional, capital estrangeiro e burocracia militar. Sendo assim, concordamos com Marini no sentido de que houve, no Brasil, a constituição de uma aliança entre a elite militar e o grande capital no âmbito do Estado, que passou a promover políticas em prol dos interesses caros ao bloco no poder e em detrimento dos trabalhadores, assumindo funções diversas para criar as condições necessárias para a consolidação deste padrão *sui generis* de acumulação.

Em primeiro lugar, pontua-se que o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 marcaram um momento em que houve uma grande soma de IEDs provenientes do centro em direção a periferia, sendo o Brasil um dos receptores principais desses investimentos. Esse movimento de exportação de capitais para o Brasil se relacionou com o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, uma vez que era este o setor onde se concentrava o grande capital estrangeiro, alavancando a composição orgânica do capital no país e a sua indústria suntuária. Os governos Castelo Branco e Costa e Silva, primeiros governos do regime militar, estavam diante de um contexto em que o esquema subimperialista exigia a resolução de problemas de realização provenientes desta nova composição. Estruturalmente, o consumo interno da economia brasileira não tinha capacidade de absorver e sustentar o setor de bens duráveis, de modo que

foi necessária a articulação de um esquema tripartite entre o consumo externo, o Estado e o consumo suntuário.

Nessa conjuntura, o Estado atuou principalmente como um indutor de demanda para os bens duráveis, sustentando o crescimento do setor até que fosse possível uma maior conversão dessas mercadorias em exportações. O caráter militar do Estado foi importante na medida em que o setor bélico foi amplamente utilizado como um mecanismo efetivo de consumo supérfluo, demandando em larga margem equipamentos militares como armamentos, veículos, sistemas de comunicação, infraestrutura logística etc. A constituição do complexo militar-industrial também promoveu estímulos a outros setores, incluindo uma interseção entre cadeias produtivas militares e civis com tecnologias de caráter dual. As exportações começaram a crescer em patamares notáveis no início dos anos 1970, demonstrando que a participação do Estado nesse ínterim foi essencial para sustentar e consolidar este padrão de realização das indústrias dinâmicas (bens suntuários e de capital). Marini (1971) corrobora esse raciocínio ao afirmar que a militarização do capitalismo brasileiro não se deu de modo acidental, mas foi a expressão necessária desse sistema na economia brasileira.

Ao olhar para o caráter autoritário do Estado militar, a lógica da ditadura militar promoveu uma forte repressão que articulou o aparato político, social e ideológico brasileiro para cristalizar e legitimar o padrão de acumulação sob bases subimperialistas. Estando munido de imensa força política, foi mais fácil reprimir vanguardas opositoras e implementar políticas como o arrocho salarial, que incrementou a superexploração da força de trabalho e a centralização do capital, exacerbando as perversidades da dependência na economia dependente brasileira em seu estágio superior. O AI-5 foi a expressão concreta mais marcante deste movimento, implementando as medidas acima acompanhadas de mecanismos de repressão política e suspensão de direitos individuais. Portanto, no final dos anos 1960 e início da década seguinte, a economia brasileira iniciava o ciclo do Milagre Econômico, mas o salário-mínimo real caía em níveis alarmantes, exprimindo o aprofundamento da dependência causado pelo subimperialismo. Esse recorte marca o momento em que Marini (2000) reconhece de maneira nítida a consolidação do subimperialismo na economia brasileira.

Não obstante, os anos seguintes do regime militar marcam pontos de inflexão importantes para esse padrão *sui generis*, exigindo novos mecanismos de atuação por parte do Estado brasileiro. O veto à posse de Pedro Aleixo e a instituição de uma Junta Militar após o governo Costa e Silva indica que, naquele momento, a manutenção da militarização do Estado continuava sendo importante para reproduzir a ordem social vigente. Nesse ímpeto, o governo

Médici assumiu dando segmento a diversas políticas dos governos anteriores, mas promovendo mudanças importantes principalmente no âmbito financeiro, ampliando o crédito, fomentando a concentração bancária e valendo-se do BNDE de modo crescente como um financiador do setor privado. A implementação do I PND visava continuar as altas taxas de crescimento econômico visualizadas no início do Milagre. Para tanto, o plano articulava novamente o Estado com as frações dominantes do capital privado nacional e estrangeiro, característica do padrão subimperialista no Brasil.

As alterações mais significativas vieram no governo Geisel, que assumiu uma postura mais ligada à abertura política, promovendo uma ruptura na política externa brasileira que possui relação com o esquema subimperialista. Até então, o projeto brasileiro de hegemonia no subsistema regional da América Latina se dava mediante um alinhamento automático com os Estados Unidos. A partir da administração de Geisel, houve um redirecionamento político dessa hegemonia relativamente autônoma, que passou a buscar novos parceiros no cenário internacional, inclusive em áreas até então pouco exploradas, dispensando uma exclusividade de relações. Esse movimento, conhecido por Pragmatismo Ecumênico Responsável, ampliou as fronteiras do Brasil e abriu novas fontes para negociações políticas e econômicas, diminuindo a dependência relativa para com os Estados Unidos, porém permanecendo nos marcos da cooperação antagônica com o imperialismo central.

Esse redirecionamento se expressou de maneira clara nas exportações — peça chave do esquema de realização de mercadorias do padrão subimperialista — que alcançaram seus maiores índices nos primeiros anos da década de 1970 ao passo que sua composição apontava um declínio da participação percentual dos Estados Unidos. Proporcionalmente, outros mercados ganharam destaque, como a América do Sul, Europa, Ásia, entre outros, o que ilustrou o fortalecimento das relações do Brasil com eixos outrora menos contemplados. Seguindo esta mesma lógica, a implementação do II PND reforçava a postura internacional do Brasil neste período, tendo em vista que buscava o apoio de novos parceiros para contribuir com o projeto de desenvolvimento nacional. No âmbito desse plano, houve ajustes estruturais relevantes como a ampliação da indústria de bens de capital e a ampliação substancial do investimento público, que acabou se desacoplando do privado e interrompendo um longo período de equilíbrio entre os dois.

Portanto, o II PND ancorou-se no investimento público e na capacidade de financiamento do Estado ao mesmo tempo em que dependia de um financiamento externo pesado para complementar o financiamento interno. Sendo assim, de maneira contraditória, o

projeto de desenvolvimento da economia brasileira — que compartilha seus excedentes com o capital estrangeiro — gerou um incremento dos vínculos estruturais da economia brasileira com este mesmo capital através do endividamento e das transferências estruturais de valor por propriedade do capital. Por intermédio do arcabouço teórico apresentado, esse movimento sugere um aprofundamento do subimperialismo no contexto financeirizado dos anos 1970, dependendo largamente da articulação do Estado, ainda que via mecanismos diferentes. Nesse momento, este ente agiu mais como um financiador e investidor do que como um indutor de demanda nos setores sensíveis ao grande capital.

Destaca-se um último ponto de que, nessa conjuntura, o caráter militar do Estado parece ter perdido importância, visto que os planos executados poderiam acontecer (como aconteceram de maneira semelhante) em países dotados de legitimidade democrática. A consolidação do padrão subimperialista e suas bases materiais e institucionais permitiu que sua reprodução estivesse menos ligada a coerção política direta e mais a mecanismos estruturais relativamente autonomizados de dominação. A dependência passa a se manifestar de forma mais sofisticada, por meio de vínculos financeiros, tecnológicos e comerciais, enquanto a disciplina social é progressivamente internalizada nas próprias estruturas econômicas. A partir disso, nota-se que o enfraquecimento da centralidade da repressão não implicou uma ruptura com o subimperialismo, pois a passagem para um regime formalmente democrático ocorreu em um momento em que seus fundamentos econômicos já estavam consolidados, permitindo sua continuidade sob novas formas de mediação política.

Por fim, reitera-se que o subimperialismo brasileiro deve ser entendido não como uma superação da dependência, mas como sua reconfiguração em um estágio mais complexo do desenvolvimento capitalista periférico. A atuação do Estado durante a ditadura militar foi decisiva para esse processo, não apenas ao viabilizar a consolidação característica mais nítida desse modelo, mas também ao criar as condições para sua reprodução no longo prazo. Estudos contínuos são necessários para determinar a validade desta categoria atualmente e, caso conclua-se que o subimperialismo persiste, quais são os mecanismos assumidos pelo Estado brasileiro legitimamente democrático para reproduzir o padrão de acumulação subimperialista no cenário contemporâneo.

Uma questão nos parece central: as transformações experienciadas pelo sistema capitalista após o contexto da financeirização; a ofensiva neoliberal que marcou os anos 1990 e o século XXI; e o cenário sociopolítico do Brasil nessa nova conjuntura remove o país de sua condição subimperialista? Em que medida os nexos elaborados por Luce (2011) são

visualizados na economia política do Brasil neste âmbito? De toda sorte, os eventos discutidos neste trabalho foram centrais para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro e compreendê-los de maneira satisfatória é essencial para a continuação dessa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda M. Regulação e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado no capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, p. 243-272, 2011.

_____. Desenvolvimentismo transformador. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 46-58, 2017.

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. 2006. 173 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13499/1/Marisa.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

_____; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jamie; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

_____. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: MOREIRA, R. C.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Org.). **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ANESP. **Efeitos de Um Golpe: 60 Anos Depois, Reflexões Sobre a Economia**. 2024. <https://anesp.org.br/todas-as-noticias/efeitos-de-um-golpe-60-anos-depois-reflexes-sobre-a-economia#:~:text=D%C3%ADvida%20externa&text=Ao%20longo%20da%20primeira%20d%C3%A9cada,liberaliza%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20e%20de%20privatiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: fevereiro de 2026.

BAER, Werner.; Kerstenetzky, Isaac; Villela, Annibal. V. **As modificações no papel do Estado na economia brasileira**. IPEA, Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 3, n. 4. 1973.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013. P. 2033.

BARRUCHO, Luis. **Ditadura militar: os números por trás do “milagre econômico” do período no Brasil – BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo>. Acesso em: fevereiro de 2026.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972-4**, Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

BREDA, Diógenes Moura; ROCHA, Marco Antônio Martins. A transferência de valor no capitalismo dependente brasileiro do século XXI. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, Bahia, v.15. n.2, p. 557-576, 2023.

BRUSTOLIN, Vitelio. The Military Influence on Industrial Policies in Brazil during the 20th and Early 21st Centuries. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, 10, 2021.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. Anais. Águas de Lindóia, 2012.

BUGIATO, Caio. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 83-103, 2014.

CARCANHOLO, M. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis**. Madrid: Maya Ediciones, 2017.

CARDOSO, S. A.; MIYAMOTO, Shinegoli. A política externa dos governos Geisel e Lula: similitudes e diferenças. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 11, n. 22, p. 33-49, jul., 2012.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7- 28, 2001.

DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Brasil, n. 30, p. 5-18, 2011.

FERNANDES, Renato. Review of **Poder Político e Classes Sociais**, by Nico Poulantzas, 2019.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 49(2), 119-136, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/GH43s8tZQLTqkDNGZZ65tzL/?lang=pt>. Acesso: fev. 2026.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: **Teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 388 p. 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOUVEA NETO, Raul de. O Brasil no mercado mundial de armamentos. **Estudos econômicos**, São Paulo, 20(3), p. 407-437, 1990.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Ed.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INDEXMUNDI. **Brazil – Military expenditure (% of GDP), 2019**. Disponível em: https://www.indexmundi.com/facts/brazil/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: fevereiro de 2026.

JAEGER, Bruna Coelho. Debatendo o conceito de “Subimperialismo” à época da ditadura civil-militar (1964-1985) e do Governo Lula da Silva (2003-2010). **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Dossiê Interpretações do Brasil Contemporâneo, v. 23, n. 2, mai-ago, 2018.

LAPAVITSAS, Costas. **Financialised Capitalism: Direct Exploitation and Periodic Bubbles**. Department of Economics School of Oriental and African Studies, University of London, p. 1-46, 2008.

_____. **“Theorising Financialisation”**. In: Work, Employment & Society, vol. 25, n. 4. 2011, p. 611-626.

LENIN, Vladimir. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 136 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

LUCINDA, Claudio Ribeiro; ARVATE, Paulo Roberto. **Uma nova versão sobre a oferta de moeda no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**, Est. Econ., São Paulo, v. 35 n. 3, p. 391-431, julho-setembro, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 516 p., 1970.

MACARINI, José Pedro. Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984). **Texto para discussão**, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Militarismo y desnuclearización. **Foro Internacional**. México, 1967.

_____. El subimperialismo brasileño. **Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO)**, Santiago de Chile, p. 1-11, 1971.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México: Ediciones Era, n. 12, p. 21-39, 1977.

_____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

_____. **A dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. RJ/Buenos Aires. Vozes/Clacso, 2000.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Clásicos**, no. 10, septiembre-diciembre, 2011.

_____. Subdesenvolvimento e revolução [1969]. Florianópolis: **Insular**, 4^a ed. 270 p. 2013.

_____. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

_____. **Mais-Valia extraordinária e acumulação de capital**. Tradução de Leonardo Laurindo do Nascimento. Revisão de Carlos Eduardo Martins e Talissa Barcelos, 2022. Tradução do original: Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. Cuadernos Políticos, n. 20, p. 18-39, abr-jun, 1979.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**; tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do Governo Geisel (1974-1979). **Século XXI**, v. 2, n. 2, p. 11-29, jul-dez 2011.

OSORIO, Jaime. **Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización**. Seminario REGGE, 2005. Disponível em www.clacso.org. Acesso em: janeiro de 2026.

_____. **Estado, reproducción del capital y lucha de clases: La unidad económico/política del capital**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014. 131 p.

_____. Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 44, p. 73-85, 2017a.

_____. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 34, p. 25-51, 2017b.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, p. 62-98, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.

RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos; MOURA, Epitácio Macário. O (sub)imperialismo: Lênin, Marini e o debate contemporâneo. **Rebela**, v. 8, n. 2, p. 201-225, Maio-Agosto 2018.

SADDI, Fabiana da Cunha. Política e economia no federalismo do governo Geisel. **Revista de Economia Política**, 23, 2 (90): 28-46, 2003. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/90-2.pdf>. Acesso em: março de 2026.

SELEME, Ascânio. **O guarda da esquina**, 2018. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/551553/noticia.html?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: fevereiro de 2026.

SILVA FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Dos “dividendos da paz” à guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria (1991-2009). Brasília: **Ipea**, 2012.

SIPRI, **Unprecedented rise in global military expenditure as European and Middle East spending surges**, 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2025/unprecedented-rise-global-military-expenditure-european-and-middle-east-spending-surges>. Acesso em: fevereiro de 2016.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, 62(2), jun, 2008.